

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

PATRICIA IZILDA SILVA

**A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DISCURSO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE PRONUNCIAMENTOS DO EX-PRESIDENTE
JAIR BOLSONARO**

UBERLÂNDIA – MG

2025

PATRICIA IZILDA SILVA

**A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DISCURSO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE PRONUNCIAMENTOS DO EX-PRESIDENTE
JAIR BOLSONARO**

Dissertação Pós-Graduação apresentada ao Programa de em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Israel de Sá.

Linha de Pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso.

UBERLÂNDIA – MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586p Silva, Patricia Izilda, 1977-
2025 A produção da violência contra a mulher no discurso político [recurso eletrônico] : uma análise discursiva de pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro / Patricia Izilda Silva. - 2025.

Orientador: Israel de Sá.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5034>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Sá, Israel de, 1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Nelson Marcos Ferreira
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica,
Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado - PPGEL				
Data:	Vinte e nove de julho de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12312ELI017				
Nome do Discente:	Patrícia Izilda Silva				
Título do Trabalho:	A produção da violência contra a mulher no discurso político: uma análise discursiva de pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Discurso, história e memória: a constituição do autoritarismo contemporâneo e a formação das práticas de resistência				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Vanice Maria Oliveira Sargentini - UFSCar; Denise Gabriel Witzel - UNICENTRO; Israel de Sá - UFU, orientador da Dissertação.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Israel de Sá, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Israel de Sá, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/07/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanice Maria Oliveira Sargentini, Usuário Externo**, em 29/07/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Gabriel Witzel, Usuário Externo**, em 29/07/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6543045** e o código CRC **484A44E1**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de realizar o sonho de cursar o mestrado na área pela qual sempre fui apaixonada.

Aos meus pais (in memoriam), minha eterna gratidão. Foram eles que me ensinaram, desde cedo, que para os grupos minoritários o estudo é uma das poucas e mais poderosas ferramentas de transformação e conquista.

Ao Professor Israel de Sá, registro meu sincero agradecimento pela orientação generosa, pela paciência e pelo incentivo constante ao longo deste percurso de escrita um processo desafiador, mas também profundamente transformador.

Às Professoras Vanice Sargentini e Denise Witzel, agradeço pelo olhar atento e pelas contribuições essenciais no momento da qualificação, que foram decisivas para o aprimoramento teórico e metodológico desta pesquisa.

À minha amiga-irmã Josiane, por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, sempre me lembrando com ternura e firmeza do mantra que me manteve em movimento: “continue a nadar”.

A todos os colegas e profissionais do PPGEL, que sempre demonstraram imensa disponibilidade, acolhimento e apoio durante toda esta jornada, o meu muito obrigada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as “Marias” cantadas por Milton Nascimento, mulheres que, mesmo diante das dores, das dificuldades e das injustiças, encontram em si mesmas a força, a coragem e a dignidade para seguir em frente.

Mulheres que carregam no corpo e na alma as marcas da história, da resistência e da luta cotidiana e que, apesar de tudo, se recusam a ser silenciadas ou a desistir de seus caminhos.

Que esta dissertação seja, ainda que modestamente, um tributo à potência dessas mulheres protagonistas de suas próprias histórias e um convite para que suas vozes sigam ecoando, transformando realidades e inspirando o futuro.

RESUMO

Este estudo explora as declarações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que reverberam o papel da mulher na sociedade, no intuito de investigar como os discursos sobre a mulher são estrategicamente empregados no contexto político da extrema-direita. A pesquisa examina o uso do discurso misógino como ferramenta para consolidar a imagem de Bolsonaro como representante dos valores conservadores tradicionais, que se posicionam contra as agendas progressistas. Fundamentada nas contribuições teóricas de Foucault (2022), especialmente na análise do discurso e nas relações de poder, e de Rago (2016), que discute as construções sociais de gênero e o impacto da linguagem na constituição de identidades, a análise considera como esses discursos se enraízam em um contexto político específico. O método utilizado é a perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que possibilita examinar as raízes macro e micro dos enunciados emergentes, considerando o contexto eleitoral que propiciou o surgimento dessas declarações, assim como os períodos de fragilidade política do ex-presidente, nos quais a retórica misógina se tornou mais agressiva como um meio de consolidar o seu poder. A abordagem metodológica inclui a seleção de enunciados de pronunciamentos públicos de Bolsonaro entre 2019 e 2022, seguida de uma análise crítica que considera as formações discursivas, as relações de poder e as resistências presentes nos discursos proferidos por ele. O objetivo geral da pesquisa é analisar, a partir da perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os pronunciamentos misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro, investigando de que forma esses enunciados ope como estratégia política para mobilizar setores conservadores da sociedade e legitimar discursos contrários à agenda progressista. Os objetivos específicos consistem em descrever os modos pelos quais a misoginia e o machismo se manifestam no discurso político da extrema-direita brasileira, à luz da perspectiva foucaultiana, examinar como os enunciados que emergem dos pronunciamentos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro produzem efeitos de verdade que sustentam práticas de exclusão simbólica e violência de gênero, articulando –se com formações discursivas conservadoras e autoritárias; compreender de que maneira tais discursos inscrevem na continuidade histórica da violência contra a mulher no Brasil, ao mesmo tempo em que destacam descontinuidades promovidas pelo funcionamento do discurso político contemporâneo e, analisar como os discursos da extrema – direita são mobilizados na construção da chamada “Guerra Cultural, com ênfase em sua dimensão antifeminista e antidemocrática, bem como mostrar as práticas discursiva de resistência à misoginia e ao machismo, sobretudo aquelas formuladas por movimentos feministas e coletivos sociais no espaço público e digital , que se contrapõem aos dispositivos de poder dominantes. Os enunciados retirados dos pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro foram organizados em três categorias, construídas a partir das regularidades discursivas. Primeira categoria, intitulada *Desqualificação do feminino*, segunda categoria, *Violência simbólica e discursiva*, por fim, a terceira categoria, *Normatização do estereótipo feminino*. Os resultados sugerem que o ex-presidente utilizava declarações misóginas ao se dirigir aos seus seguidores conservadores e reacionários para reforçar sua posição como defensor dos valores tradicionais. Ele critica políticas de igualdade de gênero e desacredita movimentos feministas como parte de sua estratégia para se opor à “agenda progressista”, buscando solidificar um eleitorado leal e resistente às mudanças sociais e aos avanços dos direitos das mulheres, em uma estratégia para fortalecer o papel central de um plano governamental alinhado ao patriarcado e à perspectiva conservadora da sociedade brasileira. As descobertas indicam que os discursos de Bolsonaro não apenas sustentam as estruturas de poder patriarcais, como também perpetuam uma forma de violência simbólica contra as mulheres, ao mesmo tempo em que utilizam o contexto político para retroceder nas políticas de igualdade de gênero. Essas conclusões são essenciais para

compreender as interações entre linguagem e poder de gênero na sociedade contemporânea e para enriquecer os debates sobre como os discursos políticos impactam na perpetuação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Misoginia; Estudos Discursivos Foucaultianos; Relações de Poder; violência contra a mulher.

ABSTRACT

This study explores statements made by former President Jair Bolsonaro that reflect the role of women in society, with the aim of investigating how speeches about women are strategically employed in the political context of the far-right. The research examines the use of misogynistic speech as a tool to consolidate Bolsonaro's image as a representative of traditional conservative values, which position themselves against progressive agendas. Based on the theoretical contributions of Foucault (2022), especially in the analysis of speech and power relations, and Rago (2016), who discusses the social constructions of gender and the impact of language on the constitution of identities, the analysis considers how these speeches are rooted in a specific political context. The method used is the archeogenealogical perspective of Foucaultian Discursive Studies, which makes it possible to examine the macro and micro roots of the emerging statements, considering the electoral context that led to the emergence of these statements, as well as the periods of political fragility of the former president, in which misogynistic rhetoric became more aggressive as a means of consolidating his power. The methodological approach includes the selection of statements from Bolsonaro's public statements between 2019 and 2022, followed by a critical analysis that considers the discursive formations, power relations and resistance present in the speeches he gave. The general objective of the research is to analyze, from the archeogenealogical perspective of Foucaultian Discursive Studies, the misogynistic statements of former president Jair Bolsonaro, investigating how these statements operate as a political strategy to mobilize conservative sectors of society and legitimize speeches contrary to the progressive agenda. The specific objectives consist of describing the ways in which misogyny and sexism manifest themselves in the political speech of the Brazilian far right, in light of the Foucauldian perspective, examining how the statements that emerge from the speeches made by former president Jair Bolsonaro produce effects of truth that sustain practices of symbolic exclusion and gender violence, articulating themselves with conservative and authoritarian discursive formations; understand how such speeches are part of the historical continuity of violence against women in Brazil, while highlighting discontinuities promoted by the functioning of contemporary political speech, and analyze how far-right speeches are mobilized in the construction of the so-called "Cultural War", with emphasis on its anti-feminist and anti-democratic dimension, as well as show the discursive practices of resistance to misogyny and sexism, especially those formulated by feminist movements and social collectives in the public and digital space, which oppose the dominant power mechanisms. The statements taken from former president Jair Bolsonaro's speeches were organized into three categories, constructed from discursive regularities. The first category, entitled Disqualification of the feminine; the second category, Symbolic and discursive violence; and finally, the third category, Normalization of the feminine stereotype. The results suggest that the former president used misogynistic statements when addressing his conservative and reactionary followers to reinforce his position as a defender of traditional values. He criticizes gender equality policies and discredits feminist movements as part of his strategy to oppose the "progressive agenda," seeking to solidify a loyal electorate that is resistant to social change and advances in women's rights, in a strategy to strengthen the central role of a government plan aligned with patriarchy and the conservative perspective of Brazilian society. The findings indicate that Bolsonaro's speeches not only sustain patriarchal power structures but also perpetuate a form of symbolic violence against women, while using the political context to roll back gender equality policies. These findings are essential to understanding the interactions between language and gender power in contemporary society and to enrich debates on how political speeches impact the perpetuation of social inequalities.

Keywords: Bolsonarism; Misogyny; Foucauldian Discursive Studies; Power Relations, violence against women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Guias da Embratur	105
Figura 2 – Guias da Embratur	105
Figura 3 – Tweet do Deputado Eduardo Bolsonaro	112
Figura 4 – Tweet do Deputado Eduardo Bolsonaro	113
Figura 5 – Tweet de um seguidor do Deputado Eduardo Bolsonaro	116
Figura 6 – Tweet de um seguidor do Deputado Eduardo Bolsonaro	116
Figura 7 – Reportagem Jornal Metr��poles	126
Figura 8 – Reportagem Poder 360.....	134
Figura 9 – Reportagem Poder 360.....	138
Figura 10 – Percentual de raça/cor das vítimas de femin��c��dio e demais mortes violentas Brasil, 2022	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos encontrados no Google Acadêmico (continua)	37
Quadro 2 – Condições históricas e características das ondas do movimento feminista.....	49
Quadro 3 – Vertentes do feminismo e suas características	80
Quadro 4 – Categorização dos enunciados pelas regularidades discursivas.....	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAJ	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e "mais"
MBL	Movimento Brasil Livre
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDH-3	Plano Nacional de Direitos Humanos – 3
PT	Partido dos Trabalhadores
SDH	Secretaria Nacional de Direitos Humanos
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Unitri	Centro Universitário do Triângulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Contextualização pessoal e relevância do estudo	31
Trajetória acadêmica e escolha do tema: a violência discursiva contra a mulher no governo Bolsonaro	33
1 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO DISCURSO POLÍTICO DE BOLSONARO.....	37
1.1 Gênero e dominação: um breve histórico da opressão sob regimes patriarcais	39
1.2 Feminismos e resistências	42
1.2.1 As Ondas do Movimento Feminista	47
2 A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS PARA FOUCAULT	63
2.1 A Constituição dos enunciados.....	69
2.1.1 A Noção de Acontecimento Discursivo.....	73
2.1.2 Problematizações feministas em torno da obra de Michel Foucault	78
3 O DISCURSO MISÓGINO UTILIZADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO GOVERNO BOLSONARISTA.....	88
3.1 Guerra cultural e manipulação da informação: o papel da mídia e das redes sociais na estratégia política do bolsonarismo.....	95
3.1.1 O Discurso político e a construção de inimigos.....	97
4 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS E A DESLEGITIMAÇÃO DO FEMININO NO BOLSONARISMO.....	102
4.1 A primeira categoria de enunciados Violência Simbólica e Discursiva.....	102
4.1.1 Análise do primeiro enunciado.....	102
4.1.2 Análise do segundo enunciado	109
4.1.3 Análise do terceiro enunciado	120
4.2 A segunda categoria de enunciados: Desqualificação do feminino.....	125
4.2.1 Análise do primeiro enunciado.....	125
4.2.2 Análise do segundo enunciado	130
4.3 A Última categoria de enunciado: Normatização do estereótipo feminino	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

Na última década, especialmente a partir de 2015, a sociedade brasileira tem vivenciado profundas transformações nos campos social, político e econômico. É importante destacar, que nesse período o país estava sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, que enfrentava simultaneamente uma grave crise econômica e uma crescente instabilidade política. Essa conjuntura foi marcada por embates intensos entre diferentes forças sociais e institucionais, contribuindo para um ambiente de polarização e fragilidade democrática.

As questões políticas relacionadas à Operação Lava-Jato¹, as denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras, os problemas com a desaceleração da economia e o aumento das taxas de juros, criaram um campo propício para a insatisfação popular e a onda de protestos que assolaram o Brasil.

A crise enfrentada pela presidenta Dilma Rousseff foi acompanhada por manifestações populares que expressavam insatisfação política, mas que também atuavam por meio de discursos que reativavam valores patriarcais, nacionalistas e autoritários, especialmente em sua rejeição às políticas de redistribuição de renda, à participação de minorias e à presença feminina no poder. Esses discursos podem ser compreendidos como parte de uma formação discursiva conservadora, caracterizada, segundo Safatle (2020, n.p), pela mobilização das forças da reação de forma insurrecional. O autor observa que “setores expressivos da população foram às ruas, e nos anos seguintes pediram golpes militares, defenderam o fascismo de quem ainda nos governa”, confirmando a atuação discursiva de sujeitos reacionários empenhados em preservar o poder tal como ele sempre foi.

Em março de 2015², milhares de manifestantes tomaram as ruas de São Paulo para protestar contra o governo da referida ex-governante e a mobilização foi transmitida pela televisão, com grande apoio de parte expressiva da população e dos grandes grupos midiáticos.

¹ A Operação Lava Jato representou uma significativa força de desestabilização e reorganização do bloco hegemônico no Brasil, impulsionando figuras políticas como Jair Bolsonaro. Em seu desenvolvimento, a operação utilizou uma narrativa que ampliou um discurso dominante, caracterizando-se pelo delineamento de heróis e vilões, afetando profundamente a crise social brasileira. Este impacto é analisado em detalhes no contexto de uma crise mais ampla da formação social brasileira, sugerindo que a Lava Jato foi tanto produto quanto vetor de mudanças significativas na política e na sociedade do Brasil (Bello; Capela; Keller, 2021). Por hegemonia entende-se segundo Gramsci, a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecosques de percepções, juízos de valor e princípios entre os sujeitos da ação política (Moraes, 2010).

² ROSSI, Marina, BEDINELLI, Talita, JÍMENEZ, Carla. Uma multidão protesta contra o Governo Dilma: São Paulo domina os protestos que pedem o impeachment da presidenta. El País, 2015. Disponível em:

De acordo com Tatagiba (2018, p.116),

A partir de 2014, o antipetismo como fenômeno sócio-político, encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento com o início das investigações da Polícia Federal, com a Operação Lava Jato, destinada a investigar desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro.

Em uma vertente analítica desse movimento complexo, Jakobsen (2021) realça que tudo começou a partir da reação da direita para tentar barrar o possível quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT), com um admissível retorno de Lula em 2018. Por isso, promoveram cinco frentes³ para impedi-lo, sendo que a principal delas ressoava que “A direita e os grupos de extrema-direita, com apoio da mídia, começaram a organizar manifestações contra a suposta corrupção do PT revelada pela Operação Lava Jato” (Jakobsen, 2021, p.94).

Nesse ínterim, ressalta-se que foi durante o primeiro governo de Dilma Rousseff que Jair Bolsonaro passou a ser construído discursivamente como uma figura mítica por parte de seus seguidores, perfazendo uma construção simbólica que se deu em meio à insatisfação popular com a política tradicional e ao desgaste de partidos como o PT e o PSDB. Sua retórica agressiva, voltada ao enfrentamento e à negação de pautas progressistas, encontrou forte ressonância nas redes sociais, cuja figura passou a circular como símbolo de “ordem”, “verdade” e “moralidade”. Como aponta Pompeu (2017, n.p), “desiludido com a política tradicional, o Brasil assiste à ascensão de um personagem que desperta sentimentos contraditórios, mas é tratado como ‘mito’ por seus admiradores”, uma figura que transcende à racionalidade política tradicional e se transforma em um símbolo de salvação. Essa mitificação não decorre de uma trajetória parlamentar sólida ou de um legado político consistente, mas sim por um discurso político radical e reacionário.

O discurso moralista, no contexto do bolsonarismo, é mobilizado como uma estratégia de controle social e dominação simbólica, sendo dirigido, sobretudo, a grupos minoritários

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html#?prm=copy_link. Acesso em: 14 jul. 2024.

³ As outras frentes citadas pelo autor são:

- Oposição questionou o resultado eleitoral e pediu recontagem dos votos, o que não foi concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas radicalizou a coalizão PSDB-DEM, que começou a articular o processo de impeachment da presidenta recém-eleita;
- A direita, na Câmara de Deputados, organizou-se para eleger o novo presidente da casa, em 2015, independentemente da vontade do governo;
- Os setores empresariais e os meios de comunicação começaram a pressionar o governo para adotar medidas de austeridade e equilíbrio das contas públicas;
- A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, começou a assediar ex-diretores e assessores da Petrobras, parlamentares e dirigentes do PT, bem como da base aliada.

como as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, indígenas e negros com o objetivo de restringir sua atuação política e social. Esse discurso, travestido de defesa dos “valores da família” e da “ordem moral”, serve como justificativa para a diminuição ou estagnação dos direitos desses sujeitos historicamente marginalizados.

Embora as manifestações fossem amplamente divulgadas como um clamor popular contra a corrupção associada ao Partido dos Trabalhadores e às chamadas “pedaladas fiscais” da presidenta Dilma Rousseff, é importante compreender que essas mobilizações estavam calcadas em posicionamentos conservadores mais profundos. Elas refletiam um descontentamento latente de setores da classe média e alta não apenas com o governo petista, mas com toda uma agenda política voltada à ampliação de direitos sociais, às políticas de redistribuição de renda e ao fortalecimento de movimentos sociais organizados. Tais manifestações expressaram também a emergência de um conservadorismo moral, ressentido com os avanços nas pautas de gênero, raça e sexualidade, que mais tarde encontrariam eco e legitimação na ascensão da extrema direita e no discurso bolsonarista.

Assim, considera-se que as manifestações foram somente uma face de um movimento orquestrado e complexo, ajuizado pela direita brasileira, e que foi e é observado sob diferentes perspectivas acadêmicas e estudiosos, como Singer (2018), que analisa que esses protestos representaram as consolidações de uma nova direita no Brasil, impulsionadas por um forte sentimento antipetista e conservador e que encontrou respaldo nas classes médias e nas elites empresariais.

Sob outro prisma, e muito relevante, Secco (2021) assevera que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi precedido por um processo de deslegitimação midiática, em que uma grande imprensa desempenhou um papel fundamental ao ajudar a construir uma narrativa de crise política e moral. No entender de Nobre (2018), essa conjuntura teve seu papel como parte de um “imobilismo em movimento”, no qual a direita conseguiu transformar a insatisfação popular em uma agenda de radicalização política.

Nesse sentido, podemos destacar nesses protestos um apelo contra o posicionamento de esquerda, que pode ter aflorado um sentimento de antipetismo e que foi determinante para o *impeachment* da Presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016, e a ascensão da extrema direita, em 2018, com a eleição de Bolsonaro. Isto posto, para Brown (2019), desde as manifestações de 2013 pode-se entender, diante desse contexto todo, um movimento que desloca as insatisfações populares para uma crítica generalizada direcionada ao Estado brasileiro, alimentando cada dia mais um discurso que associa a esquerda ao atraso econômico e à corrupção, perfazendo um processo que se insere no contexto global da radicalização do

neoliberalismo, o qual se manifesta como uma política econômica e como uma lógica que redefine subjetividades e até as relações sociais.

Isso pode ser explicado por Andrade (2019, p. 163): “Os neoliberais sempre nutriram profunda desconfiança em relação à participação popular, já que podem levar à extensão dos direitos e exigir intervenções estatais na economia em nome da justiça social”. O autor ainda acrescenta, que:

Por isso, o neoliberalismo, ainda que admita que a democracia seja o melhor meio protegido a uma sociedade de mercado, busca esvaziá-la de seu conteúdo substantivo, destacando a soberania popular por representantes eleitos acusados sistematicamente de irresponsabilidade e 'populismo', por medidas de gestores e improvisadas em consonância com uma lógica do mercado (Andrade, 2019, p. 163).

Como aponta ainda Brown (2019), o neoliberalismo contemporâneo atua não apenas pela redução do Estado, deixando à vista as intenções de se perpetuar um Estado Mínimo, mas pela reconfiguração das esferas política e moral, promovendo valores como individualismo extremo, competição e deslegitimação de políticas de bem-estar social.

Como bem observam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo ultrapassa a mera redução do Estado, passando a funcionar como uma verdadeira *racionalidade governamental*. Em vez de simplesmente suprimir o papel do Estado, ele o reconfigura para funcionar como instrumento de difusão da lógica de mercado em todas as esferas da vida social. “O neoliberalismo não é uma ideologia ou uma política econômica, mas uma norma de governo, que prescreve a conduta das condutas segundo o modelo da empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 23). Outrossim, essa normatividade age de modo difuso, internalizando-se nos sujeitos que, ao se compreenderem como “empresários de si mesmos”, ajustam sua existência às exigências da competitividade, produtividade e autoaperfeiçoamento.

Para além dessas perspectivas, essa racionalidade neoliberal redefine profundamente o modo como as relações sociais e políticas são concebidas, isso quer dizer, em nosso entendimento, que “A concorrência se impõe como o princípio organizador não só da economia, mas também da sociedade como um todo” (Dardot; Laval, 2016, p. 289). Ainda nessa vertente, as políticas públicas e as instituições passam a ser avaliadas por métricas de desempenho típicas do setor privado, deslegitimando discursos coletivos e solidários em prol da meritocracia e da performance individual, numa lógica que corrói o tecido da cidadania e substitui os vínculos sociais por relações estratégicas, em que cada um é responsável não só pelo seu sucesso, mas também por seu fracasso o que, em última instância, aprofunda desigualdades sob o verniz da liberdade individual.

Nesse cenário, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018, com 55,13% dos votos válidos, não pode ser dissociada dos efeitos da racionalidade neoliberal, que já vinha moldando os sujeitos e os espaços políticos. O discurso bolsonarista, embora ancorado em pautas ultraconservadoras e autoritárias, encontrou terreno fértil justamente em uma sociedade previamente reconfigurada pelos imperativos neoliberais de individualismo, meritocracia e desprezo por políticas coletivas. Sua trajetória política de 27 anos como deputado federal foi marcada por declarações misóginas, racistas, homofóbicas e elitistas enunciados que, mais do que opiniões isoladas, apresentam como certos discursos se institucionalizam como práticas de exclusão e dominação.

Esses discursos, ao circularem no espaço público sem a devida responsabilização, contribuem para naturalizar violências simbólicas e materiais contra grupos historicamente marginalizados. Assim, esses discursos agem como mobilizadores de regimes de verdade, sustentados pelas relações de poder dentro de uma dada época, de uma formação histórica.

Sobre isso, Foucault (1979, p. 22) esclarece que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade. Isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Nesse entendimento, o discurso se traduz não somente a um conjunto de falas entre falantes e ouvintes, mas é considerado como um dispositivo de poder, posto que tem o poder de organizar e estruturar o que pode ser dito e como certas verdades são produzidas no interior dos regimes discursivos.

Foucault procura demonstrar, em seus estudos, como o discurso é utilizado como instrumento de poder, não apenas para proibir ou censurar, mas principalmente para produzir saberes, constituir sujeitos e organizar o real. Nesse contexto, as chamadas "verdades" não são universais ou naturais, mas construídas historicamente no interior de regimes discursivos específicos. Esses regimes delimitam o que pode ser dito, quem tem autoridade para dizer, de que modo se diz, e quais enunciados são legitimados como verdadeiros.

Ainda segundo o autor, os discursos agem dentro de formações discursivas que, por assim serem, estabelecem relações de poder, validando e corroborando normas sociais. No caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, seu discurso autoritário se insere em uma formação discursiva neoconservadora e ultraliberal, que reforça posições sociais excludentes, machistas, homofóbicas e misóginas.

Foucault (2022, p.88) afirma que:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Assim, as formações discursivas são como delimitadoras do que pode ser dito e pensado em determinado contexto social, orientando por posicionamentos e seus efeitos de verdade. Ou seja, não é qualquer coisa que pode ser dita a qualquer momento. Para que um enunciado exista, ele precisa obedecer às condições de possibilidade do seu tempo, obedecendo a regras, instituições e práticas que favorecem a sua emergência.

A partir dessa perspectiva, podemos entender que o discurso autoritário do ex-presidente não é um fenômeno isolado, mas faz parte de uma rede discursiva neoconservadora e ultraliberal, que se consolidou globalmente a partir da ascensão de líderes populistas e de extrema direita. Esses discursos atuam na reativação de sentidos conservadores sobre gênero, sexualidade e democracia, promovendo uma resistência às pautas progressistas e reforçando um modelo social excludente.

Assim, esses enunciados que emergem desses discursos autoritários só se tornam possíveis e aceitáveis a partir de determinadas condições históricas de possibilidade, que autorizam e legitimam certas formas de dizer e de silenciar outras. A institucionalização desses discursos é garantida por instituições de validação como o Estado, a mídia e instituições religiosas, que funcionam como vetores de sua disseminação e naturalização. Dessa forma, o discurso autoritário bolsonarista se estabelece como um regime de verdade que, ao mesmo tempo que impõe normas e exclusões, também fabrica sujeitos que o reproduzem.

Os discursos pejorativos dirigidos às mulheres, durante a sua vida política, são vários. Porém, o mais conhecido talvez seja o de 2014, quando o ex-presidente, ainda como deputado, e durante uma réplica a um discurso contra a Ditadura Militar da então deputada Maria do Rosário (PT-RS), Bolsonaro⁴ fala que em um período anterior a deputada o havia chamado de estuprador, porém, ele diz que jamais a estupraria, pois ela era feia e não merecia.

Testemunhar esse tipo de discurso machista e agressivo contra as mulheres, especialmente no século XXI e vindo de uma figura pública em pleno discurso na Câmara dos

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-repete-que-nao-estupra-deputada-porque-ela-nao-merece.html> Acesso em: 12 jul. 2024.

Deputados, representa, no mínimo, um retrocesso aos direitos constitucionais e uma violação do Estado de Direito, no que tange às leis de proteção e combate à violência de gênero.

Sardenberg e Tavares (2016), denomina a violência de gênero como, “[...] violência de gênero diz respeito a qualquer violência, física, social ou simbólica que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude ao seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”.

Segundo as autoras, a violência de gênero é direcionada tanto às mulheres quanto aos homens. No caso dos homens, destaca-se que essa violência de gênero atinge especialmente grupos minoritários, como pessoas homoafetivas, transexuais e travestis, reforçando que o alvo é o estereótipo feminino associado a esses grupos.

Porém, as autoras destacam que, historicamente, os números da violência de gênero estão mais fortemente associados às mulheres.

Sardenberg e Tavares afirmam:

Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, vez que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades(Sardenberg e Tavares,2016, p.8).

Assim, quando o então pré-candidato Bolsonaro, ainda em campanha presidencial, afirma em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em tom de brincadeira: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher⁵”, mostra uma visão depreciativa do feminino.

Nesse sentido, discursos como o proferido por Bolsonaro, ao desqualificar o feminino ao afirmar que ter uma filha foi “fraquejada”, contribuem para alimentar o imaginário social que normaliza a inferiorização das mulheres. Essas manifestações simbólicas, mesmo quando expressas em tom de aparente brincadeira, reforçam hierarquias de gênero que estão na base da violência masculina contra mulheres e ajudam a perpetuar práticas discriminatórias profundamente enraizadas na sociedade.

Nesse norte, analisar esses enunciados é propor uma reflexão sobre o sistema patriarcal e conservador disperso nesses discursos, exaltando posicionamentos que trouxeram de volta um tradicionalismo conservador e que criaram condições para a emergência de discursos

⁵ Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/jair-bolsonaro-polemica-palestra/> Acesso em: 12 jul. 2024.

antifeministas e misóginos. De acordo com Biroli, Tatagiba e Quintela (2024, p.3), “[...] com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, o contramovimento antifeminista obteve vantagens significativas em relação aos movimentos feministas e se beneficiou de uma dinâmica de ocupação do Estado de tipo coalizão convergente”.

Assim, as referidas autoras conceituam Coalização convergente como “[...] o Estado que exclui a presença de projetos e interesses divergentes àqueles da coalizão de poder, mantendo os grupos antagônicos apartados da possibilidade de acessar recursos públicos e incidir sobre as políticas públicas” (Biroli; Tatagiba; Quintela, 2024, p.6). Ou seja, as propostas políticas antifeministas do governo Bolsonaro não tinham a intenção de criar políticas públicas que promovessem a igualdade de gênero.

Isso pode ser explicado pelo fato de que a adesão ao antifeminismo dentro da coalizão bolsonarista não se deu apenas entre homens, mas também entre mulheres que se identificam com valores conservadores e reforçam a retórica antifeminista em diversos espaços sociais. Como bem esclarece Galetti (2024), a atuação de deputadas federais de extrema direita na 56ª Legislatura demonstra como algumas mulheres se apropriam de discursos de empoderamento feminino para legitimar pautas que, paradoxalmente, reforçam a submissão da mulher ao papel tradicional de esposa e mãe, ao mesmo tempo em que ocupam espaços de poder.

Galetti afirma que:

A despeito das inúmeras conquistas obtidas por meio da atuação de movimentos feministas nas lutas pela maior participação e valorização das mulheres na política, a filiação partidária dessas senadoras e deputadas evidencia que a maioria das novas eleitas são de partidos conservadores que participaram ativamente da campanha antifeminista de difamação da imagem de Dilma Rousseff, retirada do poder após o golpe parlamentar de 2016 (2024, p.2)

Com isso fica clara a contradição estrutural no movimento conservador feminino, que rejeita o feminismo como luta política, mas que se beneficia dos avanços conquistados pelo próprio movimento feminista ao longo da história. Desta feita, os posicionamentos do ex-Presidente, além de excluírem essa pauta de projetos que beneficiariam a igualdade de gênero, ainda criaram um campo fértil para a emergência de enunciados que disseminavam a misoginia e o sexismo.

Nesse viés, diante da facilidade e agilidade que o meio digital proporciona na veiculação de conteúdos diversos, alguns discursos, mesmo aqueles profundamente ofensivos em relação às mulheres, passaram a ganhar visibilidade e a se espalharem com rapidez. Isso ocorreu especialmente entre sujeitos que se reconheciam nos enunciados que os compunham, pois estes

circulavam com vista a atingir grupos de pessoas que ocupavam as mesmas redes de posicionamento reacionário.

Trata-se de práticas discursivas que se repetem, se legitimam mutuamente e integram um regime de verdade que autoriza certas violências simbólicas, naturalizando posições de poder e exclusão no interior do debate público.

A adesão a tais discursos, portanto, não decorre apenas de afinidades individuais, mas da inserção dos sujeitos em jogos discursivos que determinam o que pode ser dito, por quem e com quais efeitos de verdade, mecanismos que também atuam como formas de violência simbólica, ao naturalizar hierarquias e impor sentidos que moldam percepções e comportamentos.

Por violência simbólica Sandenberg (2018) afirma,

[...]entendemos por ‘violência simbólica de gênero’, uma forma de violência que contribui para a naturalização e legitimação da violência contra mulheres na contemporaneidade. Para Pierre Bourdieu (1998), sociólogo que primeiro conceituou ‘violência simbólica’, trata-se de uma forma de coação, apoiada no reconhecimento de uma imposição determinada, que se fundamenta na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, responsáveis por induzir o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante(SANDENBERG,2018, p.2).

Assim, a violência simbólica dispensa o uso de força física, atuando por meio de padrões culturais, normas sociais, estereótipos e expectativas que a própria sociedade naturaliza, mas que acabam sustentando desigualdades e legitimando a dominação masculina. Nesta pesquisa, analisaremos como essa forma de violência é disseminada nos discursos do ex-presidente, manifestando-se muitas vezes de modo velado e disfarçado, porém extremamente eficaz, conforme aponta Sandenberg (2018).

Tavares e Recuero (2023) afirmam que “o discurso tóxico, assim, faz parte do uso da linguagem como arma de violência simbólica, e a sua legitimação está diretamente relacionada com a construção simbólica de mecanismos de dominação”. Nesse sentido, o emprego da linguagem para disseminar e reforçar discursos de ódio direcionados a determinados grupos sociais configura a violência discursiva.

A violência discursiva é um conceito amplamente discutido por diversos autores. Tavares e Recuero (2023) citam Bourdieu (1991) ao afirmar que a violência da linguagem está diretamente relacionada ao poder simbólico. Esse poder se organiza por meio de sistemas simbólicos como a religião, a linguagem e a arte que sustentam mecanismos de dominação ao funcionarem como formas legítimas de conhecimento sobre o mundo. Dessa forma, tais sistemas simbólicos legitimam e estruturam relações de dominação entre classes sociais,

configurando o que Bourdieu denomina violência simbólica.

É importante destacar que os discursos misóginos do ex-presidente encontram respaldo no poder simbólico, especialmente em instâncias como a religião. Como demonstrado nesta pesquisa, o ex-presidente possuía elevada aceitação entre o público evangélico, que, em grande parte, concordava e legitimava seus discursos

É fundamental ressaltar que, desde tempos imemoriais, as mulheres vêm sendo submetidas a múltiplas formas de violência ao longo da história. No Brasil, essa violência se torna ainda mais explícita a partir do processo de colonização, quando, como será apontado nesta pesquisa, a mulher nativa foi reiteradamente reduzida a objeto de desejo e hipersexualizada pelos colonizadores.

De acordo com Costa (2021), as características da violência contra a mulher no Brasil foram sustentadas pelas relações de poder que atravessam a sociedade patriarcal, pela hierarquia que coloca os homens acima das mulheres e pela condição de submissão à qual elas são historicamente submetidas.

A autora ainda ressalta que;

A construção da inferioridade feminina é histórica e se fez presente nos mais diversos discursos, a exemplo da distorcida concepção de mulher associada ao pertencimento a um homem, como objeto de posse e opressão do gênero masculino. Desse modo, a história da violência contra o gênero feminino está relacionada com uma visão deturpada das mulheres como propriedade de seus cônjuges e com a perspectiva de manter um status quo em que as desigualdades de gênero são perpetuadas para explicar o escopo dessa violência. A posição de inferioridade e de violência contra a mulher (moral, física e psicológica) é registrada desde a Antiguidade, justificada e admitida face à submissão do sexo feminino aos homens(COSTA,2021,p.26).

Ainda é possível afirmar que os tipos de violência contra a mulher são inúmeros e que, quando o Estado deixa de cumprir sua obrigação de implementar políticas voltadas à saúde feminina, não cria leis eficazes para punir agressores ou deixa de sancionar partidos que descumprem as cotas de participação das mulheres na política, todas essas omissões configuram uma forma de violência simbólica, perpetuada pela sensação de hierarquia que os homens acreditam ter em relação às mulheres.

Nesta pesquisa, propomos analisar os discursos que ganharam maior visibilidade durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como aqueles proferidos por figuras centrais do bolsonarismo no que diz respeito às mulheres, enfatizando como tais enunciados atuam como formas de violência simbólica e discursiva que reforçam desigualdades de gênero.

A misoginia explícita presente nos enunciados analisados reatualizou concepções patriarcais que, embora historicamente contestadas por movimentos sociais e feministas, continuam a operar como bases de um pensamento machista e de desvalorização do feminino.

É necessário, em vista disso, reiterar que embora esses discursos tenham se materializado durante o governo do ex-presidente, as condições sociais e políticas que possibilitaram sua emergência se firmava naquele momento. Para aferir essa constatação, tem-se que o conservadorismo no Estado brasileiro é intrínseco e elemento estrutural da formação política e social do país, enraizado desde o período colonial e perpetuado ao longo das diferentes fases da história nacional. Como bem discutem Schwarcz e Starling (2015), o Brasil desenvolveu uma cultura política baseada na manutenção das elites no poder, no autoritarismo e na exclusão sistemática de grupos marginalizados, fatores que favoreceram e fortaleceram a resistência a transformações progressistas. Nesse sentido, a despeito das descontinuidades que há nesse processo histórico, afinal o autoritarismo, o reacionarismo e o conservadorismo não se manifestam sempre da mesma forma e com a mesma intensidade, é possível asseverar uma continuidade que forma e sedimenta as estruturas político-sociais brasileiras.

Essa lógica conservadora foi ainda mais aprofundada no contexto contemporâneo, com a ascensão do neoliberalismo autoritário, que, como argumenta Safatle (2019), age por meio da deslegitimação da participação popular e da normalização da indiferença estatal diante da exclusão social. Para o autor, o neoliberalismo não apenas reduz a atuação do Estado, mas transforma sua função em uma gestão da precarização e da violência, em que grupos marginalizados são tratados como objetos de controle, punição ou experimento, e não como sujeitos de direitos.

No cenário atual, a emergência desses discursos da direita brasileira ganhou notoriedade anos antes com a mobilização dessa corrente e a onda de protestos contra o governo da Presidente Dilma Rousseff, que tomaram conta de todo o país, criando condições para o impeachment, em 2016.

O que se verificou foi que, alicerçados por pensamentos conservadores, esses agentes construíram um movimento consistente de oposição à esquerda, o que, por sua vez, também potencializou manifestações misóginas contra Dilma Rousseff, especialmente pelo fato de ela ter se consolidado como a primeira mulher a ocupar a presidência do país. Sua presença no mais alto cargo político nacional desestabilizou simbolicamente as estruturas patriarcais, despertando reações que iam além do debate político e se inscreviam em discursos de gênero excludentes.

Um dos exemplos que podemos destacar, é a cobrança feita pela opinião pública em relação às chamadas pedaladas fiscais. Embora esse tipo de manobra contábil já tivesse sido adotado por outros presidentes em gestões anteriores, nenhum deles foi alvo de um processo de *impeachment* por essa razão específica. No entanto, no caso da presidenta Dilma Rousseff, essa prática foi transformada em justificativa central para sua destituição, sinalizando não apenas uma seletividade política, mas também a atuação de forças conservadoras e antipetistas que, à época, buscavam reconfigurar o cenário de poder no país.

Nesse contexto, podemos identificar a emergência de um discurso político orientado por uma formação discursiva conservadora, que instrumentalizou juridicamente as pedaladas como símbolo de corrupção e má gestão. Essa narrativa ganhou força por meio de práticas discursivas amplificadas por setores da mídia, do Judiciário e do Legislativo, a construção de um regime de verdade que associava o governo do Partido dos Trabalhadores à desordem econômica e moral. A intensificação desse discurso foi determinante para a legitimação social e institucional do *impeachment*, ainda que amparado por argumentos frágeis do ponto de vista jurídico.

Embora seja inegável que o Brasil enfrentava uma crise política e econômica durante o governo de Dilma Rousseff, seu afastamento não pode ser compreendido apenas como uma resposta institucional à instabilidade fiscal ou administrativa. Ao contrário, o processo de *impeachment* foi orientado por uma busca sistemática de retirar do poder um projeto político que, desde 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, vinha promovendo políticas públicas progressistas voltadas à redução das desigualdades sociais e à ampliação de direitos para os grupos historicamente marginalizados.

A retórica em torno das chamadas pedaladas fiscais e das denúncias de corrupção foi intensamente mobilizada como parte de um espetáculo midiático, que buscava reforçar uma narrativa de ilegitimidade do governo petista. A mídia tradicional, ao eleger seletivamente os alvos de sua cobertura e ao dramatizar os fatos com linguagem alarmista, atuou como uma avalanche de discursos estratégicos, capaz de articular narrativas contrárias ao governo de Dilma Rousseff. Nesse contexto, a crise deixou de ser apenas econômica e política para se configurar como uma crise discursiva, na qual a "verdade" sobre os acontecimentos era incessantemente produzida e reproduzida conforme os interesses de grupos conservadores e antipetistas, sustentando um discurso de exceção que viabilizou o processo de *impeachment*.

Segundo Menezes (2016), analisando um artigo publicado na Folha de São Paulo⁶, é possível observar como a imprensa pode ter atuado como um agente legitimador de decisões políticas que influenciaram os rumos do país. Naquele contexto, a narrativa que apresentava o governo trabalhista como uma ameaça à estabilidade econômica foi amplamente difundida, servindo como justificativa para a retirada da então presidenta. Essa construção discursiva, alinhada ao senso comum e à percepção política da época, reforçou a ideia de que a continuidade de um projeto mais à esquerda representava um risco iminente.

Apesar da resistência de parte da população à substituição de Dilma, o discurso midiático parece ter contribuído para consolidar uma visão hegemônica que priorizava a mudança como forma de evitar supostos perigos para a estabilidade nacional, o que pode ser observado numa dinâmica de como a produção social da realidade pode ser conduzida por meio de regimes de verdade que se estruturam por meio de enunciados que emergem e circulam em determinada época. Nesse sentido, mais do que mero canal informativo, a imprensa atua como um dispositivo estratégico no campo das relações de poder, atuando na delimitação do que pode ser dito, pensado e validado publicamente.

Entendemos, dessa forma, que sua atuação contribui para a manutenção ou construção da ordem ao reforçar narrativas que naturalizam determinadas decisões políticas. Assim, a mídia não exerce o *biopoder* de forma direta, mas se insere em uma engrenagem discursiva que organiza a percepção da realidade e viabiliza intervenções sobre os corpos sociais por meio do saber e da crença.

A tese histórica, segundo a qual a mulher está predestinada a ser confinada ao espaço privado, sempre foi pauta nas lutas feministas e Dilma Rousseff quebrou esses padrões ao ser reeleita presidenta em 2014, demonstrando que uma mulher é capaz de transpor essa condição de submissão e acessar com sucesso ao espaço público, assumindo um cargo de máxima importância em um país.

⁶ O susto do mercado financeiro, com o avanço da presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, nas últimas pesquisas, derrubou a Bolsa de Valores e fez o dólar subir nessa segunda-feira (29). A pesquisa Datafolha de sexta-feira, mostrando que a vantagem de Dilma havia aumentado, jogou um balde de água fria no mercado e provocou uma onda de adaptação das apostas ao novo cenário. O mercado financeiro não gosta da gestão de Dilma na economia. Considera que sua política intervencionista provocou crescimento baixo com inflação elevada. “O país está com crescimento zero, inflação a 6% e a presidente diz que está tudo bem. Só podemos acreditar que não mudará nada num segundo mandato”, diz o presidente de um banco estrangeiro no Brasil. Para investidores e analistas, a permanência de Dilma no cargo por mais quatro anos poderia significar a continuação deste cenário. Por isso, apostam, se ela for reeleita, as empresas e a moeda brasileira vão perder valor. Assim, a Bolsa cairia e o dólar subiria. MENEZES, Kátia. O discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (organizador). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EduFSCar, 2016.

A desautorização discursiva de mulheres no espaço público, no entanto, pode ser observada em diferentes estratégias simbólicas de apagamento e diminuição de sua autoridade e um desses mecanismos é o tratamento desigual entre homens e mulheres na nomeação pública: enquanto políticos como "Cardoso", "Collor" ou "Bolsonaro" são nomeados pelo sobrenome, reforçando autoridade institucional, figuras como "Dilma", "Marina" ou "Heloísa Helena" são comumente referidas pelo prenome, prática que carrega traços de familiaridade e informalidade que enfraquecem simbolicamente suas posições nessa esfera.

Lima e Braga (2020) mostram como, no caso de Dilma Rousseff, esse processo de deslegitimação discursiva se manifesta também na recusa ao uso do termo "Presidenta", apagando seu desejo de ser nomeada de forma afirmativa enquanto mulher no poder. Segundo as autoras, a grande mídia "sustentou vontades de verdades forjadas pelo patriarcado na tentativa de deslegitimar a presença de uma mulher na presidência de um país" (Lima; Braga, 2020, p. 89), demonstrando como o gênero funciona como eixo estruturante dos discursos políticos e midiáticos.

A resistência da mídia conservadora em adotar a palavra "presidenta", mantendo o termo "presidente", foi discutida por Sargentini e Sá (2016, p.180):

Numericamente, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, houve, na Folha de S. Paulo, apenas 527 ocorrências – páginas do jornal – para o termo "presidenta", sendo quase todas as referências a Dilma Rousseff. Em 2010, o emprego do feminino, discursivamente, mobilizava e alinhava posições relativas à valorização da eleição de uma mulher ao cargo da Presidência, à oposição ao machismo historicamente presente na língua e ao apoio a uma atitude politicamente correta. Entretanto, a essas referências discursivas, ao longo dos quatro anos de seu governo, outras emergiram, não pelo seu valor de novidade, porque historicamente eram já assentadas, mas sobretudo, pelas condições de produção de caracterização de um dizer feminino que daria amparo à desqualificação das ações da presidenta e, por extensão, da sua candidatura. No período eleitoral de 2014, por sua vez, empregar o termo torna-se expressão de um discurso político partidário. "Presidenta", nesse período, sofre deslocamentos, passando a evocar ou recusar tal expressão. Mais do que isso, a opção pelo termo rotula antecipadamente o enunciador, impondo –lhes um dos lados dos polos em uma eleição fortemente dividida.

Ainda sobre isso, Bittencourt (2018, p.15) afirma que:

[...] parece ter provocado ainda mais extensa e intensamente um conjunto de práticas e de discursos reativos que evocam os poderes e os perigos de uma governança feminina e que sempre a fazem equivaler a uma submissão masculina, a "uma subversão da natureza" e, portanto, ao que há de mais indesejável, produzindo, portanto, um efeito de desconfiança sobre a mulher política em nossa sociedade. Assim, atos e palavras traduzem os conflitos, as disputas, as lutas pelo poder, pela vontade de verdade da qual queremos nos apoderar e controlar.

A imagem da ex-governante durante esse processo foi frequentemente maculada nos meios digitais por meio de imagens e piadas degradantes. Um dos casos mais notórios foi o do adesivo para tanque⁷ de combustível, em que sua foto foi usada pejorativamente, fomentando um discurso de ódio contra ela nas redes sociais. Essa imagem mostrava Dilma Rousseff com as pernas abertas, com a entrada do tanque disposta no meio de suas pernas. Notadamente de cunho sexual, a foto propunha que a ex-presidenta estava sendo penetrada pela mangueira de combustível.

Seu nome foi completamente desmoralizado, e as ofensas não se limitaram ao episódio do tanque de combustível; elas também incluíram discursos misóginos. Durante o pronunciamento de 8 de maio de 2015, centenas de pessoas bateram panelas nas janelas em um “panelaço” contra seu governo. Nesse protesto, foi possível ouvir diversos insultos, como “vaca”, “vadia”, “arrombada”, “corrupta”, entre outros.

É possível observar que os insultos direcionados à ex-presidente Dilma durante seu discurso possuem um caráter machista, reforçando discursos misóginos voltados especificamente contra mulheres.

Dessa forma, Elias afirma:

[...] Na noite do último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, fui surpreendido por um ensurdecido barulho de panelas sendo batidas na minha vizinhança, em um bairro da zona nobre do Rio de Janeiro. Era a reação a um pronunciamento televisivo da Presidente da República. O protesto, legítimo como qualquer protesto deve ser, vinha acompanhado de gritos majoritariamente masculinos de “vaca” e “piranha”. Quase duzentos anos depois de Joana Angélica ter sido massacrada na Bahia por se interpor em um conflito político “de homens”, a sociedade brasileira ainda admite, inclusive dentro do Parlamento que mulheres em função pública sejam estigmatizadas pelo fato de serem mulheres. O aprendizado político, enquanto aprendizado de vida, requer a percepção de que a participação no espaço público é um direito das mulheres. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz (ELIAS, 2015, p.3)

Lima (2020) reforça a análise de Elias (2015) ao afirmar que a presidenta Dilma foi e ainda é alvo de discursos de ódio e misoginia, configurando um ataque não apenas ao seu governo, mas também à sua condição de mulher que ocupa um espaço historicamente negado ao feminino (LIMA, 2020, p. 270).

Depois de sua destituição, seu vice-presidente, Michel Temer, que apresentava um caráter mais conservador e com um perfil Neoliberal, começou as primeiras mudanças em

⁷ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

várias áreas, como o congelamento⁸ dos repasses públicos por 20 anos, o que afetou diretamente as verbas para a educação e a saúde. Outra mudança que afetou diretamente os trabalhadores foi a Reforma⁹ da Previdência, que aumentou consideravelmente o tempo de contribuição, de 30 anos para 40 anos, para se receber o valor integral, dificultando assim a aposentadoria de muitos trabalhadores.

Outra questão que demonstra um lado mais conservador ocorreu quando Temer era vice-presidente: a Revista Veja fez uma reportagem com Marcela Temer, 43 anos mais nova que ele. Na revista há um artigo que exalta as qualidades de Marcela e se inicia indicando: “Marcela Temer¹⁰ é uma mulher de sorte...” a reportagem enfatiza-se que a ex-primeira-dama é recatada e do lar, que faz tudo o que uma dona de casa deve fazer, que tem um filho, mas que gostaria de ter mais um e que fosse, de preferência, uma menina.

É importante destacar, que durante o governo Temer o Brasil passava por uma dupla transformação visualmente perceptível, por um lado a economia assumia um caráter mais neoliberal, com propostas de congelamento dos gastos públicos por 20 anos e a Reforma da Previdência, e assume um posicionamento mais conservador em relações aos costumes, principalmente na questão da mulher nos espaços públicos. Além disso, podemos destacar a apresentação da nova equipe de Ministros do governo Temer, a sua totalidade representada por homens.

Bittencourt (2018, p. 264) destaca essa questão ministerial:

É sintomático pensar que a foto oficial do dia da posse dos novos ministros do governo interino de Michel Temer tenha sido composta por homens de meia-idade, ricos e brancos. A imagem desse evento representa a exclusão dos mais pobres, das mulheres, dos trabalhadores, dos negros e dos jovens da representação política do Brasil.

É justamente nesse artigo da Revista Veja que surge a frase que foi muito propalada nos meios de comunicação e redes sociais: “Bela, recatada e do lar”, levando-nos a perceber uma fratura no que tange ao papel da mulher na sociedade e que trabalha fora, focando na sua carreira e que, muitas vezes, não deseja ter filhos. A ideia de que uma mulher deve ser recatada, submissa e com menor participação na esfera pública reverbera a ideia de uma continuidade

⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 18 jul.2024.

⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/23/politica/1511462959_394417.html. Acesso em: 8 jul. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

dos valores patriarcais historicamente impostos às mulheres, nos quais sua subjetividade é construída a partir da domesticidade e da dependência econômica do marido.

Percebe-se nesse artigo que teve como foco principal Marcela Temer uma “adoração” de um estereótipo de mulher que é vista como bela e desejável aos olhos masculinos, frequentemente considerada um troféu. Além disso, destaca-se por ser recatada, contida em sua sexualidade e submissa ao marido e ao lar. Isso implica que, devido ao seu gênero, suas ambições se restringem ao âmbito doméstico, um espaço privado a que supostamente está destinada.

A sujeição da mulher ao espaço privado é historicamente relevante quando se trata de manter a mulher confinada a esse lugar, sendo destinada a ser dona de casa, educar os filhos e a servir o marido. Esse tipo de regime foi bem representado nas sociedades patriarcais ao longo da história, originado das relações familiares as quais o chefe de família exercia a autoridade e o poder sobre o restante dos familiares, predominantemente as mulheres.

Sobre o patriarcado Lerner (2029, p. 203) explica que:

A dependência vitalícia que as mulheres tinham de seus pais e maridos estabeleceu-se de forma tão firme na lei e no hábito, a ponto de ser considerada “natural” e uma dádiva divina. Para mulheres de classe baixa, sua força de trabalho estava a serviço da família ou de quem possuísse a servidão de sua família. Suas funções sexuais e reprodutivas foram transformadas em mercadoria, comercializadas, alugadas ou vendidas conforme o interesse dos homens da família.

Ainda mais, o enunciado da Revista Veja exalta um estereótipo de esposa que seria ideal, seja como troféu de uma personalidade política (43 anos de diferença na idade), recatada (fácil de ser conduzida pelo marido e do lar - perfeita dona de casa). Esse modelo passou a ser visto pela comunidade conservadora com um ideal de mulher e isso repercutirá nos discursos do próximo governo (de Bolsonaro).

Explicar acontecimentos como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e os primeiros passos do governo de Michel Temer é fundamental para compreender a abertura de um novo ciclo discursivo no campo político brasileiro. Isso porque, esses eventos não apenas marcaram uma ruptura institucional, mas também inauguraram condições de possibilidade para a emergência de um novo discurso político mais conservador, moralista e antiprogressista que ganharia força nas eleições de 2018.

Nesse processo, assistimos à reconfiguração dos regimes de verdade que orientam a percepção pública, consolidando-se uma retórica baseada na negação da política tradicional, na demonização da esquerda e na exaltação de valores neoliberais e patriarcais. O campo

discursivo foi, assim, preparado para a ascensão de Jair Bolsonaro, cuja campanha se apoiou em discursos de ódio, simplificações morais e um forte apelo à ordem, segurança e à família tradicional.

Assim, é possível salientar que o golpe e a consequente ascensão de Michel Temer à presidência, marcada por um discurso conservador e neoliberal, contribuíram para a criação de um cenário favorável à emergência de Jair Bolsonaro, cuja retórica incorporou posicionamentos abertamente contrários às mulheres.

É fundamental realizar essa contextualização histórica e política para se compreender a emergência do fenômeno do bolsonarismo e a consolidação de discursos de ódio direcionados a grupos historicamente marginalizados. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, somado ao enfraquecimento de pautas progressistas durante o governo de transição de Michel Temer, abriu caminho para a rearticulação de forças conservadoras, que encontraram terreno fértil para se consolidar nas eleições de 2018.

Nesse cenário, instaurou-se um novo regime discursivo, no qual os enunciados misóginos, racistas, homofóbicos e antidemocráticos passaram a circular com maior frequência e legitimidade, não apenas no campo político institucional, mas também nas redes sociais, na mídia tradicional, nas igrejas e em outros aparelhos ideológicos. Os discursos inflamados do então presidente Jair Bolsonaro funcionaram como catalisadores de afetos reacionários e ressentidos, mobilizando uma retórica agressiva contra as minorias e contra qualquer forma de divergências de opiniões, seja ela política, cultural ou posicionamentos conservadores, sobretudo aquelas que confrontavam o modelo da família tradicional. O bolsonarismo, mais do que um projeto de governo, configurou-se como uma engrenagem discursiva que age pela exclusão, pela negação do outro e pela desqualificação sistemática de agendas comprometidas com os direitos humanos, a equidade de gênero e a justiça social.

Contextualização pessoal e relevância do estudo

As questões sobre o papel da mulher na sociedade sempre estiveram presentes na minha vida adulta. Aos quinze anos, nos anos noventa, perdi minha mãe e me vi sozinha em uma sociedade conservadora e patriarcal. Os regimes de verdade que predominavam naquela época sustentavam uma visão sexista e tradicional: a mulher era destinada ao espaço privado e às tarefas domésticas. O sonho de muitas meninas da minha idade era casar, cuidar da casa e dos filhos. No entanto, a minha visão era muito diferente.

A partir desse período eu passei a ser responsável pelo meu sustento e assumi o papel de mulher independente em um momento histórico nada propício para isso, e na prática eu já era uma feminista sem saber o que isso significava.

Esse ideal de mulher, proposto pela sociedade patriarcal brasileira, sempre foi um objeto de questionamentos na minha vida pessoal, porque nunca aceitei essa imposição social de que a mulher nascia com um destino pré-definido de ser mãe e dona de casa, eu acreditava que a gente podia ser o que quisesse e esse tipo de pensamento era muito criticado, o que convenhamos, é próprio da minha época. Até os anos de 1990, isso era da ordem do impensado.

Nesse contexto, algumas perguntas ainda repercutem em todos os espaços, como esta: quando vai casar e os filhos? E eu sempre respondia que queria estudar primeiro e que isso não estava nos meus planos. Assim, consegui terminar o ensino médio e resolvi fazer vestibular, mas o tempo para estudar era mínimo e não consegui entrar na universidade.

Meus planos então se voltaram para a concretização da minha independência financeira. Trabalhava em dois turnos como atendente de *Call Center* a noite e como auxiliar de sala de aula na parte da manhã, mas o desejo de estudar nunca passou.

Naquele momento eu tinha dinheiro, mas não tinha tempo para cursar uma faculdade e sempre sentia que faltava alguma coisa. Foi quando, em 2007, o Centro Universitário do Triângulo (Unitri) lançou um curso de Letras Português/Inglês em formato Modular. As aulas eram aos sábados o dia todo e alguns dias específicos da semana. Pensei então que era a minha chance de fazer um curso superior e o curso de Letras era atrativo para mim.

Concluí a graduação em julho de 2010, o que não foi fácil, porque trabalhava dois turnos e ainda estudava aos sábados. Fiquei todo o período da faculdade sem folga no trabalho, pois usei esse direito, que era aos sábados, para ir à faculdade, mas não me arrependo, faria tudo de novo.

Quando terminei o curso, uma das minhas professoras me falou sobre o mestrado em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mas não era o que eu queria fazer na época.

Depois disso, eu fiz três especializações na área da educação, mas continuava conversando com a minha professora da graduação e ela sempre falando sobre o mestrado e eu sempre ficava com aquele desejo de tentar.

Trajetória acadêmica e escolha do tema: a violência discursiva contra a mulher no governo Bolsonaro

A questão da mulher na sociedade e as formas como o sistema a oprimia sempre foi um ponto de questionamento durante a minha vida, e foi a partir dessas indagações que comecei a me sentir incomodada com disseminação dos discursos do ex-Presidente Bolsonaro sobre a mulher, que foram amplificados em razão de um movimento denominado “Ele não”¹¹, que ocorreu durante as eleições presidenciais de 2018, no Brasil, como uma forma de manifestação e repúdio a discursos ofensivos dirigidos às mulheres, bem como as suas declarações racistas e homofóbicas. Essa coletividade, majoritariamente formada por mulheres, o movimento negro e a comunidade LGBTQIAPN+, adotou a *hashtag* #elenão como um símbolo de resistência contra os posicionamentos discursivos preconceituosos e agressivos do candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro. O movimento se consolidou como uma das maiores manifestações públicas contra um candidato durante um período eleitoral, representando uma postura contra-hegemônica a esses discursos (Silveira, 2023).

Assim, resolvi que o tema da minha pesquisa de mestrado seria constituído em torno dos enunciados misóginos e sexistas que surgiram durante o governo desse político, tendo como ferramenta teórico-metodológica a análise do discurso para compreender o funcionamento dos enunciados que emergiam desses pronunciamentos. Desse modo, propus um projeto de pesquisa que deságua nesta dissertação de mestrado.

Assim, o Objetivo geral da pesquisa é: Analisar, a partir da perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os pronunciamentos misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro, investigando de que forma esses enunciados funcionam como estratégia política para mobilizar setores conservadores da sociedade e legitimar discursos contrários à agenda progressista.

Os Objetivos específicos consistem em:

- I) Descrever os modos pelos quais a misoginia e o machismo se manifestam no discurso político da extrema direita brasileira, à luz da perspectiva foucaultiana.
- II) examinar como os enunciados proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro produzem

¹¹ Seu surgimento se dá nas disputas eleitorais à presidência do Brasil em 2018 como um ato de manifestação e repúdio decorrentes de atos discursivos ofensivos relacionados às mulheres do Brasil, aos discursos de cunho racistas e homofóbicos [...].

efeitos de verdade que sustentam práticas de exclusão simbólica e violência de gênero, articulando-se com formações discursivas conservadoras e autoritárias;

III) compreender de que maneira tais discursos inscrevem uma continuidade histórica da violência contra a mulher no Brasil, ao mesmo tempo em que destacam descontinuidades promovidas pelo funcionamento do discurso político contemporâneo;

IV) analisar como os discursos da extrema-direita são mobilizados na construção da chamada “guerra cultural”, com ênfase em sua dimensão antifeminista e antidemocrática, bem como mostrar as práticas discursivas de resistência à misoginia e ao machismo, sobretudo aquelas formuladas por movimentos feministas e coletivos sociais no espaço público e digital, que se contrapõem aos dispositivos de poder dominantes.

Para atender aos objetivos propostos, de acordo com o percurso metodológico, realizamos um estudo baseado em enunciados provenientes dos pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante o mandato de 2019 a 2022. A pesquisa encontra-se pautada por bibliografia que trata do campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos e leitura e discussão de bibliografia para uma base teórica sobre os fundamentos dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

A constituição do *corpus* se deu por meio da seleção de pronunciamentos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem como objeto de discurso a mulher, e a análise do *corpus* por meio de instrumental teórico-metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos e ao final realiza-se uma sistematização dos resultados.

É necessário ressaltar, que com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro os obstáculos ao exercício dos direitos, pelas mulheres, se amplificaram e as políticas públicas de enfrentamento às desigualdades (inclusive a de gênero) se enfraqueceram, uma vez que não compunham o projeto de governo vigente (coalização convergente).

Pelo exposto, este estudo trata, em sua base teórico-conceitual, da produção da violência contra a mulher, tendo como tema central a análise dos enunciados discursivos que carregam e expressam misoginia e reforçam a marginalização da mulher no espaço público e privado. Falar de violência aqui não se restringe apenas ao que entendemos como agressão física, abrange a violência simbólica e aquela proferida em falas normalizadas entre homens e mulheres e que contribui para a manutenção de um sistema patriarcal e conservador, legitimando práticas de desigualdade e opressão.

Nesse viés, e com base nos Estudos Discursivos Foucaultianos, a premissa maior é entendermos como os pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro atuam *para* e *na* estruturação dessa violência, produzindo sentidos que muitas vezes reforçaram e deram mais

voz ao machismo enraizado e à tentativa constante de desqualificação da mulher. Isso tudo disseminado de modo a influenciar na perpetuação de ideologias antifeministas no cenário político brasileiro recente, protegido por um discurso de proteger “a tradicional família brasileira”. Por essas e outras problemáticas aqui tratadas, afirmamos que a violência, como expressa no título deste trabalho, não é apenas um ato isolado, mas um efeito de discursos históricos e relações de poder que moldam as possibilidades de existência da mulher na sociedade.

Desse modo, na esteira de Foucault, conceitos como formação discursiva, enunciado e função enunciativa, relações de poder e resistência, processos de objetivação e subjetivação são fundamentais para a compreensão das práticas autoritárias contra as mulheres, sobretudo em âmbito estatal, na contemporaneidade. Mobilizados em conjunto, esses conceitos permitem analisar como os discursos da extrema-direita atual articula poder e linguagem para reiterar violências de gênero no espaço político

Assim sendo, esta pesquisa se divide em três capítulos, sendo o primeiro uma discussão de como as sociedades patriarcais sempre oprimiram e subjugaram as mulheres, o qual inicia-se demonstrando como o sistema patriarcal tratava as mulheres na Grécia antiga, fazendo um percurso até a modernidade. Nesse capítulo 1 apresenta-se também a questão da mulher na Revolução Francesa como um início de mobilização feminina em busca de igualdade e das mulheres serem reconhecidas como cidadãs com todos os direitos garantidos na Declaração de homens e cidadãos. Em seguida, faz-se um Panorama dos Movimentos Feministas e como as Ondas emergiram ao longo da história, bem como as reivindicações que as compuseram.

No segundo capítulo, abordamos como Foucault teoriza a constituição dos enunciados, investigando as condições de possibilidade que permitem sua emergência em determinadas épocas históricas. São discutidas as noções de formação discursiva e acontecimento discursivo, fundamentais para compreender como certos dizeres se tornam possíveis e legitimados em épocas específicas. Além disso, explora-se o funcionamento da função enunciativa, compreendida como o conjunto de regras que determina quem pode falar, o que pode ser dito, em que condições e com que efeitos de verdade. A partir dessa análise, é possível entender como os discursos se organizam, circulam e produzem sentidos que funcionam na constituição dos sujeitos e na delimitação dos saberes.

Nesse mesmo capítulo, analisamos como a teoria foucaultiana tem sido mobilizada no campo dos estudos feministas e de que maneira suas contribuições são interpretadas, apropriadas ou mesmo criticadas por autoras que se debruçam sobre as questões de gênero, poder e subjetivação.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da ascensão da extrema direita no Brasil, marcada pela eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. São observadas as formas pelas quais seu discurso misógino foi utilizado estrategicamente para mobilizar e fidelizar um público conservador e religioso, alinhado a valores patriarcais e tradicionais. Além disso, discute-se como esse tipo de retórica funcionou como uma cortina de fumaça, desviando a atenção da população e da mídia de diversas especulações e escândalos que marcaram seu governo. Também é abordado o conceito de "bolsonarismo", entendido não apenas como um projeto político, mas como um fenômeno discursivo que se consolidou por meio da construção de inimigos simbólicos e da promoção de uma "guerra cultural", sustentada por regimes de verdade que visam deslegitimar pautas progressistas, especialmente aquelas ligadas à igualdade de gênero, aos direitos humanos e à diversidade.

Logo em seguida, no terceiro capítulo, é realizada a análise dos enunciados que emergiram dos pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato, com foco em como esses discursos foram mobilizados para evocar e reforçar um posicionamento conservador que desqualifica o feminino. Por meio dessa análise, será possível observar como tais enunciados contribuíram para a construção de regimes de verdade que perpetuam a subalternização das mulheres na esfera pública e privada. Para isso, recorreremos ao conceito de "campo associado", conforme a perspectiva foucaultiana, a fim de demonstrar que os enunciados não surgem de forma espontânea ou isolada. Pelo contrário, eles são produzidos e legitimados dentro de uma rede discursiva mais ampla, constituída por saberes, instituições, práticas e relações de poder historicamente situadas, que tornam possível sua emergência e circulação.

Dessa forma, a pesquisa está sustentada por referenciais que trabalham com a temática da mulher na história, principalmente aqueles que discutem o feminino, pautados nas teorias foucaultianas. Autores como, Margaret McLaren, Margaret Rago, Carla Cristina Garcia e Heleieth Saffioti, além das obras de Foucault, como *Arqueologia do Saber*, *a Ordem do Discurso* entre outras, compuseram o corpus teórico do estudo.

A mobilização dessas autoras e autores fornece um olhar crítico e histórico sobre os processos de subjetivação e controle social das mulheres, particularmente em contextos de dominação discursiva e política. Com base nesse embasamento teórico, inicia-se, a seguir, o capítulo dedicado ao marco teórico da pesquisa, no qual serão apresentados os principais estudos, conceitos e perspectivas que fundamentam a análise aqui empreendida.

1 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO DISCURSO POLÍTICO DE BOLSONARO

Para compreender o estado atual da pesquisa e estabelecer um panorama sobre a temática, foi realizada uma busca sistemática em plataformas científicas e acadêmicas que reúnem dissertações, teses e artigos publicados em periódicos de ampla relevância, tanto no cenário nacional quanto internacional.

Dessa forma, as principais fontes de referência utilizadas foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, bases reconhecidas por sua ampla abrangência e rigor acadêmico. No entanto, ao utilizar os descritores "violência de gênero" AND "discurso político" AND "Bolsonaro", não foram encontrados trabalhos nessas plataformas no período delimitado (2018-2023, correspondente ao mandato presidencial de Jair Bolsonaro).

Diante dessa limitação, a busca foi ampliada para o Google Acadêmico, no qual foi possível localizar estudos que abordam a relação entre discurso político, misoginia e violência de gênero no contexto do governo Bolsonaro. Essa estratégia permitiu identificar 9 pesquisas relevantes, mapeando tendências, lacunas e abordagens teóricas predominantes sobre a temática.

A seguir listamos as pesquisas encontradas e que foram relevantes para o nosso trabalho.

Quadro 1 – Trabalhos encontrados no Google Acadêmico (continua)

Autor	Título	Tipologia	Ano
CARVALHO, Carla Severiano de; FREITAS, Geisa Fróes de	A pandemia de COVID-19 e de misoginia no Brasil: discursos sobre a violação dos direitos das mulheres	Artigo	2022
CUNHA, Leonam Lucas Nogueira	A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência	Artigo	2020
FURLIN, Nádia.	Agenda neoconservadora como disputa para a política educacional: O discurso da 'ideologia de gênero' em notícias publicadas na internet (2019-2021)	Artigo	2023
NASCIMENTO, Isabela Rodrigues do	O significante “mulher” em disputa no discurso eleitoral: Sentidos atribuídos à mulher nos discursos eleitorais de Lula e Bolsonaro em 2022	Dissertação	2024
MACHADO, Aline Campos	Fundamentalismo religioso no governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras	Monografia	2019

Quadro 1 – Trabalhos encontrados no Google Acadêmico (conclusão)

Autor	Título	Tipologia	Ano
MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela	“ <i>Fake news</i> acima de tudo, <i>fake news</i> acima de todos”: Bolsonaro e o 'kit gay', 'ideologia de gênero' e fim da 'família tradicional'	Artigo	2018
MIGUEL, Luís Felipe	O mito da 'ideologia de gênero' no discurso da extrema direita brasileira	Artigo	2021
SILVEIRA, André Luiz Cohn da	“Ele não”: tradução cultural das masculinidades em conflito materializado no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro	Dissertação	2023
VALLE, Júlia Abrantes	Análisis crítico de la influencia de los discursos políticos machistas como instrumento legitimador de la violencia de género: el discurso actual en la política brasileña	Capítulo de Livro	2021
ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso	Os impactos do discurso político neoconservador do governo Bolsonaro sobre as políticas públicas relacionadas aos direitos das mulheres no Brasil	Trabalho em Anais de Congresso	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Como pode ser observado no quadro 1, os oito trabalhos tratam da temática circundante deste estudo, focalizando a violência de gênero no discurso político brasileiro, colocando luz no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que é notadamente uma pessoa que não valoriza a mulher. As pesquisas revisadas para compor esta dissertação exploraram diferentes aspectos dessas características, incluindo a disseminação da misoginia no discurso político, a utilização da ideologia de gênero como estratégia retórica, o impacto do fundamentalismo religioso na construção de narrativas sexistas e a influência dessas dinâmicas na formulação e no desmonte de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres, ou seja, ao tratarmos de misoginia, a violência é sempre contra a mulher.

Dos oito estudos em tela, cinco são artigos científicos, sendo que essa predominância pode ser explicada por fatores estruturais da produção acadêmica, visto que é uma forma mais ágil e acessível de divulgar pesquisas recentes, e como o governo do ex presidente ocorreu entre 2019 e 2022, a produção acadêmica ainda está em um estágio inicial, e muitos estudos foram publicados primeiro como artigos antes de resultarem em dissertações ou teses.

1.1 Gênero e dominação: um breve histórico da opressão sob regimes patriarcais

Os temas da opressão e da violência contra a mulher podem ser considerados complexos e, de forma geral, atravessam a história da humanidade, tornando-se importante meio de debate para se combater as injustiças e os preconceitos em torno da questão, pois desde a Grécia Antiga, até os dias atuais, a figura feminina foi frequentemente relegada a uma posição subalterna e silenciada.

No contexto da Grécia Antiga, a mulher era confinada somente ao espaço doméstico e vivia sob a constante vigilância e controle dos homens de sua família, fato que para Lois (1999, p.125):

[...] há seguramente razões históricas, razões de civilização: uma mulher grega vivia sua existência de moça, de esposa e de mãe de obra no lugar mais recôndito da casa; ela também devia partir desta vida de sua casa bem fechada ao abrigo dos olhos, longe de todo o público.

Entende-se que esse confinamento não era somente físico e tinha um simbolismo, ou seja, refletia as concepções de uma sociedade que excluía sistematicamente as mulheres do espaço público e das decisões políticas. A referida autora, citando o filósofo Aristóteles, reforçava essa divisão ao mencionar que “[...] o que constitui propriamente o cidadão [...] é o direito de votar nas assembleias e de participação no exercício do poder público em sua pátria”, um direito do qual as mulheres estavam completamente alijadas (Aristóteles, 1998, p.42 *apud* Lois, 1999, p.126).

Em termos de organização patriarcal da sociedade grega, esta estabelecia um sistema no qual a mulher era considerada como propriedade masculina, em primeiro plano pelo poder paterno e depois de seu marido. Nesse sentido,

Historicamente, veremos que esse pertencimento dava à mulher o dever de assegurar a honra de seu pai ao manter-se virgem e depois a honra de seu marido ao manter-se fiel. Assim, a honra era construída como um bem masculino, cabendo à mulher o dever de manter-se intacta (Ramos, 2012, p.56).

Fischer e Marques (2001, p.2) ainda explicam que:

A exclusão feminina também se manifestava na ausência de direitos e na falta de reconhecimento como cidadãs, isto é, a “[...] exclusão social da mulher é secular e diferenciada. A compreensão sobre a condição bipolarizada do sexo possibilita indicações dos nortes da exclusão social fundamentada na diferença”.

Nesse norte, Lois (1999, p.126) compreende que, apesar de se considerar efetiva a importância das mulheres na reprodução e manutenção da família, elas eram constantemente excluídas nas esferas políticas e sociais, isso a partir de uma “construção de todo um discurso histórico, filosófico e literário que passa a desconsiderar a mulher não somente enquanto cidadã, mas também como objeto de conhecimento, que servem para justificar e confirmar a superioridade masculina no domínio político e social”.

O que nos leva a entender que a história da Grécia Antiga é contada majoritariamente do ponto de vista masculino, silenciando e invisibilizando as contribuições e a presença das mulheres, como bem argumenta Louro (2020), dizendo que nessa época a prerrogativa de disseminar as ideias era feita partir da visão masculina, sendo que os registros disponíveis foram produzidos por homens e refletem valores patriarcais da época. Contudo, ele também clarifica que a realidade vivida pelas mulheres pode ter sido mais dinâmica do que as fontes tradicionais sugerem.

Por outro lado, a ideologia oficial reservou à mulher o papel de administradora da casa na ausência do esposo, cabendo-lhe também zelar pelas crianças e colocar-se como habilidosa artesã nas tarefas de fiação e tecelagem. Por estas razões, o elemento feminino era associado ao espaço interior e privado (Louro, 2020, p.176).

Dessa forma, o autor ainda enfatiza que na ausência do marido a esposa assume a responsabilidade pela administração da casa, sendo ela quem coordena as tarefas domésticas e cuida da família no cotidiano. Em “*Econômico*”, obra de Xenofonte, Iscômaco conversa com Sócrates e declara: "Nunca permaneço em casa, pois, no que se refere aos assuntos domésticos, minha esposa está plenamente capacitada para administrá-los sozinha (Louro, 2020, p.176).

A partir de um ponto de vista crítico, mesmo com o surgimento da democracia ateniense, é fato que as mulheres continuaram a ser marginalizadas e mesmo com as reformas de Sólon e Clístenes, que visavam a criação de uma sociedade mais igualitária, isso não alterou, de forma significativa, a posição das mulheres.

Lois (1999, p.131) assevera que “[...] a democracia grega está longe de representar uma democracia real [...] tratava-se, na verdade, de uma forma de oligarquia atenuada, já que somente uma pequena parcela de cidadãos usufruía dos privilégios da igualdade perante a lei”, porque as mulheres permaneciam excluídas dos direitos civis e políticos, limitadas ao papel de esposas e mães, sem voz ativa nas decisões da pólis. Segundo Louro (2020, p.172),

Jardé considera que "a mulher permanecia confinada em seu domicílio recebendo visitas só de outras mulheres ou de parentes próximos, aparecendo

em público apenas em dias de festas. Mas, enquanto o marido passava os dias fora do lar, ela é que era a verdadeira dona dentro da casa"¹².

Desta feita, a concepção de inferioridade feminina, enraizada desde a Grécia Antiga, não se manteve intacta, mas foi ressignificada e reatualizada ao longo da história ocidental. Segundo Duby e Perrot (1990), desde as primeiras sociedades patriarcais até o século XIX, o espaço da mulher foi se caracterizando por lógicas de subordinação sustentadas por sistemas religiosos, jurídicos e filosóficos.

Na Idade Média, por exemplo, a justificativa do confinamento ao espaço privado fortaleceu-se por meio dos valores da obediência e da castidade, sustentados por interpretações cristãs que posicionavam a mulher como origem do pecado, narrativa que, como aponta Scott (1995), alimentava uma dicotomia entre razão masculina e emoção feminina.

No Renascimento, embora o pensamento filosófico e científico tenha avançado, a presença feminina permaneceu quase nula nos espaços institucionais, com exceções no campo da arte e da literatura, e ainda assim, muitas vezes desqualificadas como expressões menores, como observa Rago (1998). O Iluminismo, apesar de promover discursos sobre liberdade e razão, consolidou a exclusão feminina sob a justificativa de que o racional era domínio masculino e o emocional, um atributo restrito ao privado feminino, crítica já esboçada por Mary Wollstonecraft em sua obra pioneira *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792).

Então, pode-se inferir que é somente no século XIX que se iniciam, de forma mais organizada, as primeiras articulações de mulheres por direitos civis e políticos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, inaugurando o que viria a ser chamado, posteriormente, de Primeira Onda do Feminismo (Garcia, 2006), entendendo-se que essas bases, construídas historicamente, são fundamentais para compreender o presente feminista como resistência à violência de gênero e à opressão estrutural

Assim, com esse recorte temporal afirma-se que as mulheres foram sistematicamente oprimidas e violentadas física e em termos de direitos e reconhecimento social, o que demanda compreendermos essas dinâmicas para lutarmos por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as vozes femininas sejam ouvidas e respeitadas em todas as esferas da vida pública e privada.

¹² Segundo Louro (2020), retomando os estudos de Auguste Jardé sobre a Grécia Antiga, a mulher era majoritariamente confinada ao espaço doméstico, tendo sua presença pública limitada a ocasiões específicas, como festas religiosas. Jardé observa que, embora houvesse essa segregação entre os espaços do homem e da mulher, a autoridade da mulher dentro do lar era reconhecida como central, ainda que isso não lhe conferisse cidadania ou poder público efetivo

1.2 Feminismos e resistências

As formas de submissão impostas às mulheres, baseadas em seu gênero, vêm sendo reproduzidas historicamente em diferentes sociedades, assumindo configurações variadas ao longo do tempo. Essa opressão só pode ser compreendida dentro de contextos históricos e culturais específicos, nos quais homens e mulheres têm experiências subjetivas distintas, moldadas pelas relações sociais, políticas e simbólicas de cada época.

A busca pela libertação desse estado de dominação e opressão culmina em organizações de movimentos que buscavam a emancipação das mulheres diante da sociedade europeia no início do século XIX. Esses movimentos, mais tarde, seriam nomeados de Feministas e foram incentivados principalmente pelos ideais de “igualdade” que ressoaram da Revolução Francesa e a ascensão de um novo sistema econômico capitalista. É necessário deixar claro, que embora tenha ocorrido uma mobilização das mulheres francesas em busca de igualdade de direito, esse movimento ainda não era organizado como sendo feminista, como ocorrerá séculos depois.

Os questionamentos das mulheres francesas que participaram da Revolução ao lado dos homens começaram a reverberar diante da criação da “Declaração do direito do homem e do cidadão”, que estabeleciam direitos universais ao gênero masculino. Temos que salientar que embora os ideais de igualdade e liberdade, disseminados pela Revolução Francesa, as mulheres não foram beneficiadas. A ideia de democracia e de igualdade da Declaração não era destinada ao sexo feminino, pelo simples fato de que elas não eram consideradas cidadãs aos olhos da sociedade francesa.

Segundo Morin (2009, p. 16), “[...] os princípios da Declaração afirmavam que homens e mulheres nasciam racionais em sua humanidade e iguais em seus direitos”, porém, ficou claro que as condições de direitos entre homens e mulheres eram muito diferentes, a condição da mulher perante a sociedade francesa continuava a mesma, eram vistas como inferiores e sem representatividade política e social.

Alicerçados por uma sociedade patriarcal e sexista, as reivindicações das mulheres francesas não foram atendidas, principalmente aquelas que eram mais necessárias. Segundo Morin (2009, p. 83):

Apesar da pressão feminina, os deputados que elaboraram a Constituição de 1791 não incluíram a legislação considerada mais essencial para o sexo: o direito ao divórcio, oportunidades iguais de educação fundamental para as meninas e regulamentação sobre serviços de saúde para a mulher. Não houve nenhuma consideração séria de sufrágio feminino.

Mesmo com ideais Iluministas florescendo na França, é importante salientar que a sociedade da época ainda era regida por um pensamento conservador que vislumbrava o homem como superior, fundamentada em um pensamento patriarcal que confinava a mulher ao espaço privado, no qual ela era submetida aos afazeres domésticos e à educação dos filhos.

Rousseau era um dos pensadores da época e embora fosse um crítico das desigualdades e um defensor da liberdade como um bem alienável ao homem, ele não condenou a desigualdade entre gêneros e nem direcionou as suas críticas contra o regime de subserviência político e social, ao qual as mulheres francesas eram condenadas. Para ele, o papel da mulher era definido por causa da sua natureza frágil e a sua felicidade estava diretamente ligada à sua vida de dona de casa e aos cuidados destinados aos filhos e ao marido (Rousseau, 1999).

Patman (1993, p.17) debate a questão da liberdade civil defendida por Rousseau nos primórdios da Revolução Francesa. Para a autora, em sua obra *O Contrato Sexual*, “[...] a liberdade civil não é universal, é um atributo masculino e depende do direito patriarcal”, ou seja, o direito que os homens adquirem sobre as mulheres pelo sistema patriarcal de cada época.

Embora as mulheres tenham participado da Revolução, a sua porcentagem em comparação aos homens foi bem menor, e mesmo assim, o apoio feminino ao movimento foi grande, sendo que a participação em assembleias e eventos políticos ficaram marcados pela presença das mulheres.

Tilly (1994, p. 60) acrescenta que:

Como todas as revoluções, a Revolução Francesa foi alimentada por uma coalizão de grupos descontentes com o Antigo Regime, cujo governo era solapado, entre outros, por problemas financeiros. Uma vez derrubado o regime, o espaço estava livre para o combate entre os grupos que se aliaram para precipitar sua queda. Novos grupos, novos indivíduos, e entre eles as mulheres, politizaram-se em uma extraordinária efervescência de clubes, jornais, circulação e discussão de ideias sobre a estrutura de um novo Estado.

A participação feminina foi expressiva independentemente de sua classe social. A busca por mudanças e ao direito de liberdade era palpável, como afirma Morin (2009, p.36):

As mulheres apoiaram a Revolução, independentemente de sua classe social, queriam e precisavam romper com a persistente imagem de egoísmo, vaidade, dissimulação e futilidades associadas ao sexo feminino, para poder integrar-se à nova ordem social. Esse é um dos sentidos da militância política. A imagem negativa emergia com frequência nos discursos e panfletos masculinos como exemplos de vícios que deveriam desaparecer com a regeneração dos costumes. No contexto da nova sociedade que aspirava à virtude, os defeitos atribuídos às aristocratas e à Rainha respingavam no sexo feminino como um todo.

O acesso das mulheres a alguns espaços antes frequentados somente pelo gênero masculino causou furor moralista na sociedade francesa contra a participação feminina nos espaços públicos e na esfera política, o que pode ser pensado a partir da luta de Gouges (feminista e escritora da época), que foi marcada pela defesa das mulheres. Ela percebeu que, apesar da intensa participação feminina em todo o período revolucionário, inclusive nas frentes de batalha, as mulheres foram progressivamente excluídas dos espaços públicos de poder. Ela acreditava que era possível exercer a cidadania no feminino. No entanto, a república recém-proclamada, que havia alimentado o sonho de muitas mulheres por igualdade, não lhes permitiu seguir o caminho do progresso e da liberdade ao lado dos homens (Santos, 2021).

Os ideais da Revolução Francesa reverberaram e impactaram diversos setores da sociedade, mesmo que as reivindicações femininas não tenham sido atendidas na Constituição de 1791, devido às pressões e ao cenário político durante a efervescência da Revolução.

Foi Olympe de Gouges quem ousou contestar os ideais de liberdade e igualdade proclamados pela Revolução Francesa, ao denunciar que tais princípios eram negados às cidadãs francesas. Na sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, Gouges reivindicava a plena inclusão das mulheres como sujeitas de direitos políticos e civis, denunciando o caráter excludente de uma revolução que pregava igualdade, mas apenas para os homens.

Ainda sobre isso, Perrot (2007, p. 142) afirma que:

A Revolução Francesa é, também, contraditória. O universalismo da Declaração dos direitos do homem e do cidadão não concerne verdadeiramente às mulheres: elas não são indivíduos. A Revolução lhes concede, no entanto, direitos civis, mas nenhum direito político. Direitos civis: igualdade de sucessão, igualdade no ato civil do casamento que supõe seu livre consentimento e pode ser dissolvido pelo divórcio; direito de gerir seus bens em função do contrato de casamento.

Segundo Cavaliere Tavares (2023, p.4), “Olympe de Gouges lançou ao mundo a mais contundente reação feminista da Revolução ao elaborar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, defendendo a igualdade de direitos políticos e civis entre homens e mulheres”.

Sobre a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã Santos (2021, P. 13-14) ressalta:

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã se constitui em um texto jurídico produzido em 1791, de autoria de Olympe de Gouges (1748-1793). Pesquisando sobre a origem deste documento, encontrei estudos amplamente divulgados por historiadores, cientistas sociais e educadores de expressão nacional e internacional sobre alguns fatos históricos da vida de Olympe de Gouges, passados durante a Revolução Francesa (em francês, Révolution française), visto que sua trajetória de vida se relaciona com as lutas e a resistência ao processo de desconstruir preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres e pela opressão a que eram submetidas.

Assim, em 1792 o divórcio foi elucidado, dando direitos iguais às mães na supervisão dos filhos, sendo aprovado em consequência dos ideais de liberdade e Igualdade nos quais a lei era igual para homens e mulheres (Morin, 2009). Mesmo que as reivindicações das mulheres francesas não tenham sido totalmente atendidas, esse momento marcou uma importante mobilização coletiva. As mulheres passaram a ser vistas e percebidas como cidadãs de direitos em uma sociedade patriarcal e conservadora, pautada em um pensamento que defendia a permanência da mulher no espaço privado e sua condição biológica

Ademais, é a partir da Revolução Francesa que as mulheres se deparam com as condições emancipatórias frente a um Estado que pregava a liberdade e Igualdade aos indivíduos, mas, mesmo assim, as excluía desse processo. Segundo Cavalieri Tavares (2023, p.), “Olympe de Gouges lançou ao mundo a mais contundente reação feminista da Revolução ao elaborar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, defendendo a igualdade de direitos políticos e civis entre homens e mulheres”.

Mesmo sendo considerada uma mulher à frente de seu tempo e buscando a emancipação política da mulher durante a Revolução Francesa, a trajetória de Olympe de Gouges foi abruptamente interrompida em 3 de novembro de 1793, quando foi guillotizada, apenas alguns dias após a execução de Maria Antonieta.

Sobre isso Morin (2009, p.85) ressalta, “ Em 19 de novembro, o *Moniteur* comentou sua trajetória: Ela quis ser homem de Estado, e parece que a lei a puniu esta conspiradora por ter se esquecido das virtudes que convém ao seu sexo”. Ainda segundo a autora, além de ser condenada por tentar participar do regime político em condições de igualdade, Olympe de Gouges também sofreu com a censura moral imposta pelo Estado patriarcal da época, que buscava limitar o papel das mulheres à esfera doméstica e à obediência às normas de gênero vigentes.

Nesse norte, é necessário entendermos que durante toda história tivemos inúmeros movimentos de resistências contra as imposições da sociedade patriarcal, enfatizando-se que as lutas eram constantes e nem sempre passivas, pois “[...] ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (Pinto, 2010 p.15). Um dos principais movimentos contra a opressão e a busca pela igualdade ficou conhecido como Movimento Feminista.

As raízes do Movimento Feminista surgem na Europa no final do século XIX, fruto de questionamentos e inquietações femininas, provenientes das novas condições de trabalho e o fim do isolamento doméstico vivido pelas mulheres, causado pela Revolução Industrial, e pelas ideias de igualdade difundidas pela Revolução Francesa.

Sobre o feminismo, Siqueira e Bussinguer (2020, p.146) ressaltam que:

O feminismo, propriamente dito, surge sob o prisma das ideias de liberdade e igualdade relacionadas aos indivíduos no século XIX, especialmente em função dos ideais da Revolução Francesa que passaram a garantir aos homens uma série de direitos até então inimagináveis e, a partir desses conceitos, muitas fendas sociais foram questionadas e situações já cristalizadas foram perdendo seu aspecto natural.

Com a consolidação do capitalismo, as formas de exploração contra a mulher se ampliaram, sobretudo pela separação entre produção e reprodução. Como afirma Federici (2019, p.42):

Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho das mulheres foi redefinido como trabalho não remunerado, naturalizando a ideia de que sua principal função seria a reprodução da força de trabalho e o cuidado com a família. Quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres foram relegadas aos setores mais precarizados e mal pagos, sendo tratadas como uma reserva de mão de obra barata.

Dessa forma, o trabalho das mulheres passou a ser desvalorizado ou invisibilizado, sendo tratado como uma extensão natural de suas funções biológicas. Nesse contexto, o capitalismo apropriou-se do corpo feminino como instrumento de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que inseriu a mulher no mercado em posições precarizadas e mal remuneradas. Conforme citado, “[...] a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo” (Beauvoir, 2016, p.166).

A busca pela igualdade social e a participação ativa no discurso democrático da época fizeram com que as mulheres se organizassem em busca desses direitos, formando assim o que viria a ser conhecido historicamente como as “Ondas do Feminismo”. Essas “Ondas” representavam a mobilização de mulheres em busca de suas reivindicações e a cada uma dessas reivindicações tomavam novos rumos, adequando-se à realidade história da época.

No próximo tópico explicaremos cada uma dessas Ondas.

1.2.1 As Ondas do Movimento Feminista

O feminismo, segundo Gonzaga (2018), pode ser entendido como um acontecimento discursivo¹³, uma vez que é constituído por práticas discursivas¹⁴ que promoveram e continuam a promover transformações sociais e históricas. Essas mudanças ocorrem tanto por meio da crítica às desigualdades de gênero quanto pelas reivindicações relacionadas à condição da mulher em diversos âmbitos. Do ponto de vista da história tradicional, que tende a narrar eventos centrados em figuras “importantes” e a monumentalizá-los como representações fiéis de uma época, o feminismo se apresenta como uma força crítica, que desafia essas formas lineares e heroicas de narrar o passado.

Ainda assim, há uma cronologia reconhecida dentro da história dos movimentos sociais, marcada por acontecimentos de grande impacto político e cultural. Como aponta Gonzaga (2018, p. 104), “O movimento mantém relações, por exemplo, com acontecimentos dos anos 1960 (ao lado das revoltas estudantis do maio de 68 e dos movimentos de contracultura), e nos anos 1970 (com o movimento hippie e a liberação sexual) ”, sendo que, nesse sentido, o feminismo não apenas se entrelaça a esses processos históricos, como também promove uma releitura crítica das formas como a história é escrita e dos sujeitos que têm o direito de figurá-la.

O Movimento feminista, assim, passou por diferentes fases (ou ondas) e cada uma delas foi representada por reivindicações diversas e dependentes de cada período histórico em que as mulheres estavam inseridas. Segundo Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), os marcos característicos das ondas feministas, inicialmente refletem os interesses de mulheres europeias, brancas e da classe burguesa.

Não se pode dizer com exatidão quando o feminismo teve origem no Brasil, entretanto, é possível vislumbrar indícios de seu surgimento a partir das condições políticas instauradas pela Proclamação da República no final do

¹³ Para Foucault (2022), o acontecimento discursivo diz respeito às condições de possibilidade que tornam certos discursos possíveis e legítimos em determinada época. Ou seja, para que um discurso seja institucionalmente autorizado e socialmente aceito como verdadeiro, ele deve obedecer a um conjunto de regras, tanto internas ao discurso (regras discursivas) quanto externas a ele (regras não discursivas), como as condições sociais, políticas e institucionais vigentes. O acontecimento, nesse contexto, não é uma simples ocorrência cronológica, mas uma irrupção que rompe com enunciados anteriores, instaurando uma nova regularidade discursiva. Dessa forma, Foucault compreende o acontecimento como aquilo que emerge em meio a disputas de poder e saber, transformando o campo do dizível e instituindo novas formas de verdade em determinada época. Foucault (2022, p.33) afirma: “A descrição de acontecimentos do discurso coloca outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? ”

¹⁴ Para Foucault (2022, p.144), “[...] prática discursiva é o conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística determinada, as condições de exercício da função enunciativa. ”

século XIX. As reivindicações das feministas nos anos 1920 giravam em torno do acesso pleno à educação, do direito de voto e de elegibilidade. Nessas condições, os discursos feministas que circulavam nessa época produziram subjetividades para as mulheres instaurando embates com outras subjetividades já existentes, que lhes eram atribuídas historicamente (Gonzaga, 2018, p.106).

Apesar de serem prejudicadas por uma estrutura patriarcal que lhes negavam acesso à educação, participação nas decisões públicas e privadas, e uma vida além das responsabilidades domésticas, suas condições privilegiadas de classe permitiram e deram visibilidade, ainda que limitada e difícil, às suas lutas por esses direitos básicos.

Na literatura brasileira, a escritora e educadora Nísia Floresta é frequentemente reconhecida como a primeira mulher feminista de destaque e seu discurso é produzido em um contexto de transformações sociais, como a ascensão do liberalismo, o abolicionismo, assim como da educação para, ainda que restrito, possível para as mulheres brancas da elite.

Podemos caracterizar o Movimento Feminista como uma tomada de consciência por parte de grupos de mulheres em um determinado contexto histórico, sobre a opressão e pela dominação perpetuada pelo sistema patriarcal ao longo do tempo. Em relação ao termo “ondas”, segundo a pesquisadora Zirbel (2021), em seu artigo “Ondas do Feminismo”, este foi usado metaforicamente para dar maior visibilidade ao movimento e também para mostrar que a cada onda que ia surgindo as reivindicações aumentavam.

Em um esforço analítico os movimentos feministas são apresentados por meio de “ondas”, que são períodos cronológicos que auxiliam na compreensão e diferenciação as suas demandas. Essa distinção cronológica está associada a compreensão de que tais movimentos apresentavam demandas específicas, evoluindo em direção a outras matérias conforme a passagem do tempo e as mudanças na sociedade, que traziam questões novas e o amadurecimento do próprio movimento feminista (Caetano, 2017, p. 4).

Entendemos desse aporte, que descrever os movimentos feministas como “ondas” é uma maneira bem elementar de entender como as demandas feministas mudaram ao longo do tempo, isso porque cada uma delas reflete um período específico, com questões e lutas que eram (e ainda são importantes) naquela época.

Demonstrar essa visão cronológica nos permite perceber como o movimento feminista se adaptou e foi mudando com a sociedade, ou seja, conforme o tempo passava, novas questões foram surgindo e o movimento amadurecia, ampliando suas reivindicações e incluindo novas vozes e experiências.

É importante ressaltar que, embora o movimento feminista seja comumente dividido em 'ondas' que seguem uma cronologia histórica, tal divisão deve ser entendida como uma

estratégia didática e não como uma narrativa evolutiva contínua ou linear. À luz da noção de descontinuidade desenvolvida por Foucault (2022), podemos compreender que os discursos feministas são atravessados por rupturas, desestabilizações e reorganizações que respondem às condições históricas e políticas específicas de cada época. Em vez de uma progressão acumulativa, cada onda feminista representa a emergência de novas formações discursivas, que se constituem a partir de disputas por sentido, resistência a regimes de verdade dominantes e reconfigurações nas formas de subjetivação. A cronologia, nesse sentido, serve apenas como uma ferramenta de localização temporal, e não como um indicativo de progresso contínuo.

A seguir essa cronologia pode ser melhor vislumbrada no quadro 2.

Quadro 2 – Condições históricas e características das ondas do movimento feminista

Onda	Contexto histórico-social	Temas centrais / Reivindicações
Primeira Onda (séc. XIX – início do XX)	Expansão do liberalismo, capitalismo industrial, urbanização e surgimento das lutas por cidadania.	Direito ao voto, acesso à educação, reforma das leis civis e direito à propriedade.
Segunda Onda (déc. 1960–1980)	Pós-guerra, contracultura, movimentos estudantis, ascensão do Estado de bem-estar social e novas pautas sociais.	Igualdade no trabalho, direitos reprodutivos, liberdade sexual, crítica ao patriarcado.
Terceira Onda (déc. 1990–2010)	Globalização, ascensão das teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e inclusão de vozes negras e LGBTQIA+.	Interseccionalidade, crítica ao feminismo branco, identidade, sexualidade, pluralidade de agendas.
Quarta Onda (2010–atualidade)	Expansão das redes sociais, ativismo digital, retrocessos políticos e emergência de novos movimentos populares.	Denúncia da violência de gênero, empoderamento digital, sororidade, justiça social e visibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A metáfora das ondas ajuda-nos a entender a história do feminismo e ressalta o quanto esse processo é contínuo, dinâmico e em constante reelaboração, marcado por disputas simbólicas e reorganizações discursivas. Como observa Scott (1995), o gênero não é uma categoria estática, mas um campo de relações que organiza o poder e estrutura formas de exclusão e resistência. Assim, o feminismo não apenas denuncia desigualdades, mas também questiona os regimes de verdade que determinam quem pode falar, sobre o quê e em que espaços. Nessa direção, Ribeiro (2017) destaca que é justamente o deslocamento dos limites entre o privado e o público que permite à mulher se constituir como sujeito político e epistêmico, problematizando normas que antes eram naturalizadas.

Em acréscimo, Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021, p.59) dizem que:

Elas representam uma espécie de linha do tempo, apresentando os avanços e as principais pautas de cada época. Contudo, similares às ondas que podem ser observadas na beira-mar, elas não são contínuas, arrebentam na areia, avançando e conquistando maior alcance, mas também regressam ao oceano, sendo puxadas por uma grande força, até rebentarem novamente, às vezes ainda mais fortes.

Nesse contexto, Gonzaga (2018) enfatiza o papel de Bertha Lutz, uma feminista que atuou diretamente no Congresso em defesa do direito ao voto feminino, conquistado em 1932. Na década de 1920, Lutz uniu-se a outras mulheres para fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Esse grupo era composto por mulheres que compartilhavam uma posição social privilegiada, pertencentes à elite econômica e com formação acadêmica, características que marcaram o perfil do movimento feminista da época.

As “Ondas” não tiveram uma linearidade ao longo da história, cada movimento foi marcado por continuidades e descontinuidades ao durante todo o processo, fato que se deu pelos diferentes “contextos”. Por exemplo, diferentemente da Europa, na América do Sul (e no Brasil, obviamente) essas ondas não se formaram do mesmo modo e no mesmo tempo. Isso porque a trajetória histórica e social do continente sul-americano é distinta, e marcada por processos de colonização, escravidão e uma estrutura socioeconômica que influenciou diretamente as demandas e as estratégias dos movimentos feministas na região. Para Gonzaga (2018, p.59) é preciso pensar esse movimento em relação ao Brasil, isso porque:

Compreendemos a necessidade de se construir no contexto brasileiro as suas próprias versões, outrora, tão negligenciadas e, por vezes, ocultadas, ao mesmo tempo, consideramos a leitura dos feminismos a partir das ondas uma rica fonte de literatura, arcabouço documental e de história sobre pensamentos, rupturas e marcadores importantes construídos contra a dominação masculina e em busca da equidade de gênero.

No Brasil, por exemplo, as lutas feministas integraram não apenas as questões de gênero, mas também questões raciais e sociais, refletindo a complexidade e a interseccionalidade das opressões enfrentadas pelas mulheres brasileiras ao longo dos diferentes períodos históricos (Silva, Carmo; Ramos, 2021).

De acordo com Gonzaga (2018), a interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw, em 1989, aponta que a discriminação enfrentada pelas mulheres não se restringe apenas ao gênero, mas se entrelaça com outros marcadores sociais, como classe, raça, etnia, religião, nacionalidade e orientação sexual (Crenshaw, 2002, citada por Gonzaga, 2018). Da mesma forma, Ângela Davis, filósofa e ativista estadunidense, desde a segunda onda do feminismo, já discutia a interconexão entre essas categorias de opressão. Em sua obra *Mulher*,

Raça e Classe, originalmente publicada em 1981, Davis (2016, *apud* Gonzaga, 2018) analisou como essas estruturas de desigualdade se sobrepõem e impactam de maneira diferenciada as mulheres em diversos contextos sociais.

Ou seja, às vezes conseguiam avançar e alcançar alguns direitos, mas em outras ocasiões, esses mesmos direitos eram retirados ou os avanços ficavam estagnados. É necessário salientar, que o Movimento Feminista nasceu a partir de condições históricas específicas, alicerçado por várias mudanças sociais, econômicas e políticas.

O movimento feminista tem por marca distintiva de movimentos de mulheres em sentido mais amplo a defesa dos interesses de gênero, a horizontalidade decisória, a sua autonomia e a crítica as construções sociais das suas atribuições. O feminismo compreendido como movimento social foi originado em um cenário moderno e, inicialmente, estava relacionado as reivindicações por direitos sociais e políticos, tendo a luta sufragista como ápice da mobilização das mulheres em torno deste ideário em diversos países (Caetano, 2017, p. 4).

O contexto histórico favorecido pela Revolução Francesa e as ideias de igualdade proporcionaram um campo favorável à discussão sobre equidade entre os gêneros. Um fator importante a se mencionar, é a Revolução Industrial, que trouxe ao campo de trabalho mulheres que antes eram confinadas ao trabalho doméstico e à criação dos filhos. Isso porque, ao serem inseridas ao trabalho externo, os questionamentos referentes às condições insalubres de labor e aos salários baixos começam a repercutir na sociedade fabril da época.

1.2.1.1 A Primeira onda (século XIX e início do século XX)

Antes de adentrarmos no período que pode ser identificado como a primeira onda feminista, importante se faz mencionar que já existiam movimentos de mulheres que resistiam às normas impostas. Por exemplo, Silvia Federici destaca o movimento de caça às bruxas entre os séculos XVI e XVII, que resultou no extermínio de milhares de mulheres que resistiam às normas impostas e não colaboravam com a criação do sistema capitalista. Ângela Davis, por sua vez, também denunciava a falta de referências sobre a luta de muitas mulheres abolicionistas (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

No mesmo sentido, Ribeiro (2017) observa que a construção das narrativas feministas hegemônicas, centradas em mulheres brancas e letradas, contribuiu para o apagamento das vozes negras e populares. Saffioti (2004) também demonstra que a opressão de gênero foi

estruturada de forma a se articular com os sistemas de classe, reforçando desigualdades sociais desde os primórdios da sociedade patriarcal.

Apesar dessas expressivas resistências históricas, essas práticas não foram incluídas nas chamadas “ondas do feminismo” porque o conceito de “onda” foi formulado retrospectivamente, a partir de uma perspectiva eurocentrada e branca, que privilegiou certos sujeitos e agendas. Por isso, é essencial problematizar essa periodização e buscar uma abordagem mais interseccional da história dos feminismos.

A primeira “Onda” surge no final do século XIX e se caracteriza pela busca da igualdade política e econômica e que teve seu auge na luta das Sufragistas em busca do direito ao voto, esse fenômeno inicia primeiramente na Inglaterra e Estados Unidos e teve duas fases que caracterizaram o movimento. A primeira foi a constitucionalista, que pregava uma busca por direitos de forma pacífica, preservando a ordem e seguindo a lei e a outra se caracterizada por uma militância mais fervorosa e, às vezes, até violenta para chamar a atenção da sociedade e demonstrar o descontentamento com a indiferença com que o Estado tratava as mulheres da época.

A luta das Sufragistas não se restringiu somente ao direito ao voto, com afirma Garcia (2015, p.54):

Ainda que o movimento tenha ficado conhecido pela ênfase que dava direito ao voto, as Sufragistas lutavam pela igualdade em todos os terrenos apelando à autêntica universalização dos valores democráticos e liberais. Por uma questão estratégica, consideravam que uma vez conseguindo o voto e o acesso ao Parlamento, poderiam começar a modificar o resto das leis e instituições.

A questão da conquista do voto pelas Sufragistas era o caminho para as mulheres se tornarem, de fato, cidadãs dentro de uma sociedade construída por posicionamentos misóginos e sexistas. Por meio dessa conquista, buscavam a participação no campo político e econômico da época.

De acordo com Zirbel (2021), a primeira “Onda” do feminismo privilegiou as mulheres estadunidenses brancas e de classe média, além das ativistas brancas inglesas e francesas. Porém, essa afirmação deve ser contestada, pois, embora ao longo da história tenha ocorrido um apagamento e silenciamento das memórias de resistências e lutas de grupos minoritários, é necessário salientar que houve, sim, uma grande movimentação das mulheres operárias e negras ao longo do processo de busca por emancipação feminina.

Esse recorte não deve ser compreendido como negação da participação de mulheres negras, indígenas ou operárias nas lutas históricas por emancipação, mas sim como uma crítica à forma como os discursos feministas dominantes silenciaram ou marginalizaram as

reivindicações desses grupos. Como aponta Akotirene (2019), os feminismos hegemônicos do século XIX e início do XX muitas vezes reproduziram estruturas de exclusão, ao não incorporar plenamente pautas que relacionavam gênero, raça e classe. Assim, é justamente a não incorporação das demandas desses grupos que mostra o caráter limitado e excludente do feminismo branco da época, e que motiva o surgimento de perspectivas interseccionais, mais tarde.

No Brasil, na primeira “Onda” do feminismo, segundo Sarmiento (2017) *apud* Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021, p. 63), o tema do feminismo na primeira metade do século XX surge com “[...] o ativismo feminista para além do voto; trabalho fora do lar e comportamento. Em tais matérias não circulavam exclusivamente notícias nacionais, mas também acontecimentos de outros países”.

Essa primeira onda esteve vinculada ao movimento das mulheres operárias anarquistas, associadas à “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, assim como ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres. Este último foi liderado principalmente pelas sufragistas, entre as quais se destaca Bertha Lutz, que iniciou a luta pelo direito ao voto feminino (Caetano, 2017).

Contudo,

Ao contrário de um movimento bem organizado, no Brasil não podemos caracterizar períodos tão distintamente claros de movimentação de mulheres como sendo exclusivamente “feministas”. Porém é necessário destacar que as “vozes feministas” aqui sempre surgiram diante das muitas estruturas opressoras e conservadoras, mesmo precocemente, desde o século XVII e XVIII (Matos, 2010, p. 79).

De acordo com Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), Bertha Lutz, dentre as sufragistas, é reconhecida mundialmente por sua atuação à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que foi fundada em 1922, e que se dedicava a lutar pelos direitos das mulheres, utilizando manifestações e acordos políticos para disputar espaços públicos e de poder.

Com isso, compreendemos que, na primeira onda do feminismo brasileiro, não era qualquer mulher que poderia falar sobre feminismo e dizer-se feminista. Ser feminista não incluía sentidos históricos como os de mulher operária, negra, empregada doméstica, mãe e do lar. Para enunciar a partir da posição-sujeito feminista, era preciso ter acesso a determinados saberes (acadêmicos, políticos, econômicos, históricos) que possibilitassem entrar em meios mais restritos da sociedade brasileira e ter voz diante dos homens políticos (Gonzaga, 2018, p. 107).

Nesse sentido, esse primeiro movimento feminista é comumente ligado a um “feminismo bem-comportado” e:

[...] que pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas (Caetano, 2017, p. 5).

Assim, a primeira onda do feminismo focou na luta pela igualdade política e econômica das mulheres, sendo que as principais reivindicações giravam em torno do direito ao voto, algo visto como relevante para que as mulheres pudessem adentrar no processo democrático e aprovar leis nas instâncias que continuavam a ser discriminatórias.

Além disso, o movimento buscava garantir um acesso igualitário à educação e a condições de trabalho mais justas, tentando quebrar de vez as amarras que mantinham as mulheres à margem dos direitos básicos e longe das esferas públicas.

É preciso ressaltar, que apesar de a citação de Gonzaga (2018, p. 107) mencionar que a posição-sujeito feminista exigia acesso a determinados saberes e espaços restritos da sociedade, o que, na prática, excluía mulheres negras, operárias, empregadas domésticas e mães do lar, isso não significa que essas mulheres não estavam em luta.

No contexto brasileiro, apesar de não estarem plenamente incluídas nos discursos feministas hegemônicos da Primeira Onda, mulheres operárias, anarquistas e negras mobilizaram-se ativamente por condições dignas de trabalho, educação e reconhecimento social.

Ainda assim, como bem observa Saffioti (2004), essas vozes, embora muitas vezes silenciadas na história oficial, constituíram formas de resistência fundamentais que ajudaram a expandir os limites do que poderia ser considerado luta feminista. Nesse sentido, é necessário diferenciar o “feminismo reconhecido” do “feminismo praticado”, ampliando a compreensão do movimento para além das narrativas dominantes.

1.2.1.2 A Segunda “Onda” (décadas de 1960 a 1980)

De forma geral, a segunda “Onda” do movimento feminista no Brasil aconteceu entre as décadas de 1960 a 1980, fase que foi influenciada pelos movimentos de direitos civis e pelo crescimento da conscientização política das mulheres, ganhando força em plena ditadura militar de 1964.

No entanto, é importante fazer um parêntese, interpondo que os marcos internacionais da primeira onda, que se estenderam por muitos anos, até aproximadamente meados dos anos 60, concentravam-se principalmente em questões civis e jurídicas.

Contudo, conquistas como o direito ao voto e a possibilidade de mulheres disputarem as eleições, embora já tenham se tornado realidade em vários países, ainda hoje não conseguem romper as “dinâmicas sociais de desvantagem” (Biroli, 2018, p. 171) vivenciadas por mulheres (Ribeiro, Nogueira; Magalhães, 2021, p.64).

As autoras ainda ressaltam que, embora essa tenha sido uma pauta central da primeira onda do movimento feminista, é importante ressaltar que o debate continue nos dias de hoje, a fim de erradicar os estereótipos e privilégios que associam ao gênero masculino a competência para ocupar espaços de poder e participação política.

Sem dúvida, foi um período de expansão dos direitos femininos para além dos aspectos legais, abrangendo questões sociais e culturais. “O feminismo” da segunda “Onda” se ocupou da proteção da mulher com as suas especificidades, partindo-se de uma perspectiva de isonomia formal, característica da primeira Onda, para de isonomia material” (Caetano, 2017, p. 5). Nesse período, segundo a autora:

Foram levantadas questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e o aborto, o controle de natalidade, e a sua realização pessoal enquanto ser e indivíduo. Destarte, nesse período, ganhou destaque a elaboração do conceito de gênero como ferramenta para possibilitar a visualização dessas questões, concebendo-o o como uma construção social e rechaçando a teoria que atribui determinadas características à biologia. (Caetano, 2017, p. 5).

Além disso, tem-se como principais reivindicações dessa fase a igualdade no trabalho, como a isonomia salarial e oportunidades iguais no mercado; a saúde reprodutiva, como ter direito ao controle do próprio corpo, incluindo acesso a contraceptivos e ao aborto; fim da violência de gênero, como o combate à violência doméstica e ao assédio sexual e direitos sexuais, como a liberdade sexual e autonomia sobre o próprio corpo.

Como figura de destaque dessa época, encontra-se a filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, em sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, que até hoje causa inquietações pela célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Além da luta contra a dominação masculina, a violência sexual e pela liberdade do exercício do prazer, a segunda onda do feminismo no Brasil foi profundamente marcada pelo contexto da ditadura militar. Esse período gerou processos de silenciamento, censura e repressão, mas também impulsionou a mobilização de muitas mulheres em movimentos

feministas que se organizaram em oposição ao autoritarismo, ao militarismo e à negação de direitos civis e políticos. Assim, as pautas feministas passaram a se articular não apenas em torno das questões de gênero, mas também em defesa da democracia e da liberdade de expressão.

De acordo com Rago (2020, p.24):

Desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando espaços públicos, desenvolvendo novas formas sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural.

De acordo com Alves (2022), o movimento feminista no período ditatorial era articulado com movimentos populares e partidos de esquerda. As feministas não lutavam apenas por pautas específicas de gênero, mas também integravam suas reivindicações às demandas mais amplas por justiça social, democratização e direitos humanos.

Essa atuação “com um tom próprio” deixa claro como o feminismo no Brasil se construiu de forma interseccional desde cedo, mesmo que o termo ainda não fosse amplamente utilizado na época. O diálogo com as camadas populares trabalhadoras, camponesas, donas de casa, sindicalistas ampliou as pautas feministas para além do direito ao voto ou à contracepção, incluindo temas como salário igual, creches públicas, saúde materna, combate à violência doméstica e acesso à moradia.

De acordo com Alves (2022, p.179),

No país, conforme já exposto, a história da participação das mulheres na cena política e social, naquele período, nem sempre esteve marcada pelo viés explicitamente feminista, ou seja, pelas lutas e discussão de seus próprios direitos enquanto sujeitos e pela igualdade nas relações entre homens e mulheres.

Dessa forma, essas reivindicações, ainda que nem sempre nomeadas como feministas, expressam claramente um enfrentamento aos regimes de verdade instituídos pelo Estado patriarcal e uma tentativa de subverter normas historicamente impostas às mulheres. Assim, o que se viu foi a emergência de práticas discursivas que desestabilizavam o modelo tradicional de gênero e reivindicavam autonomia, dignidade e participação ativa na esfera pública, expondo a potência transformadora do pensamento feminista mesmo em contextos de forte repressão.

É importante ressaltar, que no cenário internacional o período entre guerras representou um ponto crucial para o movimento feminista. Com a ida massiva dos homens para os campos de batalha, as mulheres passaram a ocupar espaços no mercado de trabalho e em setores da sociedade que até então lhes eram vedados, tradicionalmente destinados ao público masculino.

Esse processo ocorreu tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, marcando uma significativa transformação nas dinâmicas de gênero e contribuindo para a ampliação das reivindicações por igualdade de direitos.

De acordo com Zirbel (2021, p. 15), “no intervalo entre as guerras, políticas natalistas foram implementadas e o tema da maternidade ocupou um lugar central nas discussões públicas e feministas de muitos países, dividindo opiniões”. Segundo a autora, as reivindicações feministas ora avançavam, ora estagnavam, dependendo do contexto político e social de cada país, bem como das tensões entre as diferentes correntes do próprio movimento.

Zirbel (2021) ainda afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos cederam à pressão dos movimentos de mulheres e lhes concederam alguns direitos civis, entre eles o direito ao voto. No entanto, é importante destacar que, embora o sufrágio feminino tenha sido formalmente garantido em 1920, com a aprovação da 19ª Emenda à Constituição, esse direito beneficiou majoritariamente as mulheres brancas. Mulheres negras, indígenas, latinas e asiáticas continuaram a enfrentar inúmeras barreiras legais, institucionais e sociais para o pleno exercício do voto, especialmente nos estados do sul do país, onde leis segregacionistas e mecanismos como testes de alfabetização e taxas eleitorais restringiam fortemente o acesso dessas mulheres às urnas.

O movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos assumiu, em muitos momentos, um caráter mais libertário, voltado à luta por autonomia corporal, liberdade sexual, igualdade de direitos civis e políticos, bem como à contestação das normas patriarcais que restringiam o papel da mulher à esfera doméstica.

Sobre isso Pinto (2010, p. 15) explica:

Durante a década 60, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Assim, Pinto (2010) afirma que enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era propício para que o movimento feminista buscasse a emancipação, a liberdade e a igualdade para as mulheres, no Brasil o feminismo enfrentava maiores dificuldades, sobretudo em razão do contexto autoritário imposto pela ditadura militar (1964-1985). Nesse período, a repressão política, a censura e a vigilância estatal dificultavam a organização de movimentos sociais,

inclusive os feministas, limitando o espaço para manifestações públicas e o debate sobre os direitos das mulheres.

Ainda sobre isso, a autora afirma que:

Portanto, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (Pinto, 2010, p.16).

Assim, é possível observar que, embora inseridos em uma mesma época histórica, marcada pela efervescência da segunda onda do feminismo, os movimentos feministas apresentaram características distintas nos diferentes contextos geopolíticos.

1.2.1.3 A Terceira “Onda” (início dos anos 1990 até os anos 2000)

Marcada pela diversidade e pela globalização, esta terceira “Onda” tentou abranger uma variedade de experiências femininas, reconhecendo as diferenças de raça, classe, etnia, religião e orientação sexual, numa postura crítica das limitações da segunda “Onda”, que procurou expandir a agenda feminista para incluir uma multiplicidade de vozes e experiências.

Na perspectiva de Caetano (2017, p.7), nessa fase se “busca desenvolver o próprio conceito da categoria ‘mulher’ enquanto categoria pretensamente universal, que carregaria as mesmas questões, debruçando-se sobre a análise da diferença dentro da semelhança”.

Nesse viés, encontra-se no livro “Problemas de Gênero”, de Butler (2017), lançado nos anos 90, alguns elementos muito importantes para as teorias feministas, visto que ele destaca uma ação política centrada nas construções das identidades de gênero e nos mecanismos de poder que as sustentam.

Ainda mais, a autora problematiza o papel binário (homem x mulher) da sociedade ocidental, demonstrando que as construções em torno dessas representações conduzem a uma ordem compulsória da matriz heterossexual, com exigências de repetição das performatividades do que é considerado masculino e feminino (Caetano, 2017).

No que tange às principais reivindicações desta terceira “Onda”, estão o reconhecimento de que opressões múltiplas e sobrepostas afetam diferentes grupos de mulheres de maneiras distintas, como a inclusão de questões de identidade de gênero e orientação sexual e uso da cultura popular para desafiar estereótipos e normas de gênero.

Assim, segundo Caetano (2017, p. 7),

[...] entende-se a questão de gênero não mais como algo a ser isoladamente considerado, mas fundamentalmente ligado a questões como etnia, sexualidade, classe e afins, sob a perspectiva de que as desigualdades sociais são, na verdade, fruto de uma complexidade, oriunda do emaranhamento de relações.

Nesse sentido, importante se faz acrescentar que concomitante às discussões sobre gênero, durante esta “Onda”, destaca-se na literatura o feminismo negro e o surgimento do movimento interseccional, sistematizando o ponto de vista das mulheres negras e assumindo-se um compromisso com a mudança social, que vai além das questões de gênero, abrangendo em suas lutas outros marcadores sociais.

Assim, essa época foi marcada por uma resistência à categorização e ao essencialismo, desafiando as visões binárias de gênero e promovendo a maior inclusão de vozes marginalizadas dentro do movimento feminista. Nota-se, então, que essa combinação de fatores criou um terreno fértil para que as feministas da terceira onda pudessem expandir e diversificar ainda mais suas crenças e estratégias de ação.

1.2.1.4 A Quarta “Onda” (década de 2010 até o presente)

A quarta “Onda”, que compreende a década de 2010 até o presente momento, pode-se dizer que é bastante impulsionada pela internet e pelas redes sociais, e que se tem utilizado essas plataformas para mobilização e conscientização de inúmeras pessoas no mundo todo, apresentando como foco de luta as questões contemporâneas e a resposta rápida a eventos atuais.

Além dessas nuances, esse movimento carrega uma diversidade de feminismos, e:

[...] o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam, para fazerem manifestações, [...] são organizações mais fluídas, diferentes das organizações tradicionais, esses grupos se reúnem através das redes sociais, assim o pessoal vai se engajando para determinada ação. (Silva; Carmo; Ramos, 2021, p. 113).

Segundo, Soares e Mazzarin (2021, p.267), “a Quarta Onda Feminista utiliza as redes sociais como veículo de comunicação interna e externa, como ferramenta de organização, articulação e fortalecimento dos ideais feministas”. Por meio do acesso rápido e fácil a plataformas digitais, como Facebook, Instagram, WhatsApp, entre outras:

[...] possibilitou-se expandir as ideologias feministas como a defesa dos direitos de igualdade através de discursos virtuais, empoderando cada vez as mulheres, propiciando um novo mecanismo de fala. Além de facilitar a ampliação de informações em grande escala de idealizações feministas, o mundo digital proporcionou a mobilização política das mulheres, que por meio das redes sociais são organizadas ações, reuniões, manifestações, protestos e divulgação dos resultados. (Silva; Carmo; Ramos, 2021, p. 113).

Ainda na perspectiva de Soares e Mazzarin (2021, p.267), essa nova fase do movimento feminista ganha força com a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que também são utilizadas para combater a misoginia, a LGBTfobia, o sexismo, o racismo, a xenofobia e outras formas de preconceito. A disseminação da informação por meio das redes sociais impulsiona o feminismo contemporâneo, ampliando a voz de grupos que não foram representados nas fases anteriores e levando conhecimento a quem antes estava à margem desses debates. O feminismo se apropria das redes sociais e do espaço virtual para defender causas já conhecidas, como o empoderamento feminino, o fim da cultura patriarcal, a luta contra a violência de gênero e a consolidação da interseccionalidade.

A desconstrução de relacionamentos românticos abusivos é outra pauta fortemente trabalhada pelas feministas contemporâneas. Na internet, as militantes se unem para denunciar cada pequena violência sofrida no dia a dia, em campanhas virais como o #MeuPrimerioAssédio, que movimentou o Brasil em 2015, revelando relatos angustiantes e repugnantes, os quais mostraram que o primeiro assédio geralmente ocorre enquanto as mulheres ainda são adolescentes ou, por vezes, crianças. Outra campanha que ganhou espaço, em seguida, foi a #MeuAmigoSecreto, utilizada pelas ativistas para expor atitudes machistas de colegas, amigos e familiares na forma de uma “indireta” nas redes sociais (Soares; Mazzarin, 2021, p.267).

No caso do Brasil, as redes sociais, em 2013, foram um marco significativo para as campanhas e convocações para manifestações feministas, amplamente disseminadas pelo compartilhamento de *hashtags*¹⁵. Embora o movimento de 2013 tenha nascido da insatisfação popular com o aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte público, ele rapidamente abriu precedentes para reivindicações políticas e sociais mais amplas. No entanto, essa mobilização foi posteriormente apropriada por grupos reacionários que buscavam uma mudança no cenário político. Em 2014, o movimento ganhou novos contornos com o surgimento do grupo Movimento Brasil Livre (MBL), popularizando campanhas como o #VemPraRua.

Esse movimento teve grande participação no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. De certa forma, ele se entrelaçou com os movimentos sociais que

¹⁵ Posteriormente esta e outras *hashtags* (e slogans) foram apropriadas por grupos reacionários para a disseminação de pautas conservadoras.

reivindicavam melhores condições de vida, mas foi gradualmente capturado por grupos políticos que visavam à ascensão ao poder. Assim, a mobilização popular acabou servindo como plataforma para a legitimação de projetos conservadores e neoliberais, distanciando-se das pautas progressistas, inicialmente presentes nas manifestações.

O uso coletivo e diversificado de hashtags em arranjos sociotécnicos que permearam as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil não teve função de unificar o discurso político. Pelo contrário, hashtags como #VemPraRua contribuíram para a gestão de compreensões interinas, muitas vezes contraditórias. E são precisamente esses aspectos, raramente abordados na representação política tradicional, que as tornam profundamente políticas e sintonizadas com o caráter contemporâneo das assembleias coletivas (D'Andréa; Alzamora; Ziller, 2015, p. 119 *apud* Gomes, 2019, p. 83).

Isso tem a ver com o que discute Recuero (2009), ou seja, a interação digital supostamente dissolve as negatividades e as diferenças: em terminais do Brasil, da China, da Holanda e da Índia, todos parecem cultos, bonitos e bem-intencionados. Por outro lado, para os pessimistas, a comunicação mediada por computadores esfria as relações humanas e amplia os piores traços da natureza humana. O “ciberespaço” é considerado um território de falsidade, hipocrisia e más intenções. Ambas as visões, no entanto, desvinculam a internet do contexto social que a cerca, ignorando que as tecnologias são, na verdade, produtos culturais.

Nesse contexto, instauraram-se mais demandas de lutas, como combater o assédio sexual e à misoginia tanto *online* quanto *offline*, a visibilidade trans e não-binária, denúncia e combate ao assédio e à violência sexual em todas as esferas da sociedade e por mais discussões para incluir questões ambientais, econômicas e sociais que afetam as mulheres.

De acordo com Soares e Mazzarin (2021), apesar do impacto significativo das ações feministas nas redes sociais, é crucial reconhecer os desafios presentes no ambiente virtual, especialmente no que diz respeito ao acesso à internet no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2018, dos 71,738 milhões de domicílios particulares permanentes no país, 79,1% tinham acesso à internet. Nas áreas urbanas, esse percentual era de 83,8%, enquanto nas áreas rurais, apenas 49,2% das residências possuíam conexão. Esses dados mostram as disparidades regionais e socioeconômicas que podem limitar o alcance e a efetividade das ações feministas no espaço digital.

Haja vista as práticas misóginas características das sociedades patriarcais, os Movimentos Feministas surgem com o propósito de promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres e durante séculos essa busca sempre foi constante, posto que em cada período histórico as reivindicações se modificam e adquirem novas perspectivas de lutas.

Segundo Rago (2020, p. 207):

[...] falar de movimentos feministas é tratar de lutas constantes, moleculares, visíveis ou invisíveis, que põem em xeque leituras arrogantes do mundo, maneiras de pensar e de viver pautadas pela racionalidade masculina, excludente, autoritária, identificada com o sujeito universal, já bastante denunciado como branco, proprietário detentor de poder e da verdade.

Discutir a questão da mulher no contexto atual é aceitar que ao longo da história as questões sobre equidade, visibilidade e direitos vêm alcançando altos índices de conquistas em comparação a décadas anteriores. Porém, apesar desse aparente avanço nas conquistas das mulheres em busca da igualdade de direitos, ainda podemos perceber uma continuidade dos pensamentos patriarcais e machistas presentes em partes das sociedades mais conservadoras, pensamentos esses que nunca deixaram de existir, mas que por algum tempo foram silenciados pelas conquistas históricas do feminismo.

Nessa perspectiva, para esta análise, delimitamos os enunciados que emergem em pronunciamentos do ex-Presidente Jair Bolsonaro em vários de seus pronunciamentos, nos quais a temática central era as mulheres, a fim de observar como esses enunciados criaram um campo fértil para o debate sobre direitos já conquistados por essa categoria, como por exemplo, o direito à licença – maternidade e como esses pronunciamentos poderiam ser questionados.

O discurso misógino de Bolsonaro levanta a questão que, mesmo no século XXI, as mulheres ainda são vistas por muitos como inferiores e destinadas apenas ao espaço privado, agindo como dona de casa e mãe. A expressão “bela, recatada e do lar” nunca esteve tão em alta durante seu governo.

2 A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS PARA FOUCAULT

Foucault (2022), em sua obra “*A Arqueologia do Saber*”, propõe que o discurso seja considerado o foco principal da investigação. A partir disso, ele busca entender as regras que regem a formação dos discursos e os modos pelos quais eles são legitimados em épocas históricas específicas. Sua abordagem baseia-se no método arqueogenealógico, o que implica analisar os discursos de forma vertical, reconhecendo as descontinuidades históricas e as rupturas no processo, em vez de tratá-los como sequências contínuas e lineares.

Sobre a arqueologia, Foucault (2022, p.170) explica:

A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são; nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los. Ela não vai, em progressão lenta, do campo confuso da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é uma “doxologia”, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso.

No método foucaultiano de análise dos discursos, o foco está na articulação entre o que fazemos e dizemos em um determinado período histórico, buscando compreender quais são as condições de possibilidade que permitem a emergência, legitimação e aceitação desses discursos. Em outras palavras, trata-se de investigar as condições sociais, políticas, culturais e institucionais que tornam certos enunciados possíveis e verossímeis em determinada época, mostrando como as relações de poder que atravessam e sustentam tais discursos.

Como exemplo dessa legitimação dos discursos, pode-se citar a ascensão da extrema-direita no Brasil, especialmente com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, que criou condições de possibilidades para que discursos machistas e conservadores fossem naturalizados e aceitos por parcelas significativas da sociedade. Tal contexto favoreceu a emergência e a reverberação de enunciados que, em outros momentos, poderiam ter sido socialmente reprimidos ou marginalizados. Esses discursos passaram a circular com maior intensidade nos espaços públicos, nas mídias e nas instituições, ganhando legitimidade sob o amparo de uma nova formação discursiva sustentada por relações de poder que a validava.

Os discursos proferidos pelo ex-presidente indicam um posicionamento marcadamente machista, ao mesmo tempo em que trazem à tona ressignificações de um discurso colonial que, embora muitas vezes velado, ainda permeia e é naturalizado pelos setores mais conservadores

da sociedade brasileira. Esse discurso colonial pode ser compreendido como o conjunto de narrativas produzidas, historicamente, por determinados grupos para legitimar a dominação sobre outros, baseando-se em ideias de superioridade racial, de gênero, cultural, religiosa, entre outras. Tais narrativas sustentam a construção de hierarquias entre os grupos sociais, oferecendo respaldo simbólico e político a práticas de exploração, exclusão e silenciamento de sujeitos considerados inferiores e marginalizados.

Sobre a legitimação dos discursos, Foucault (2022, p.54) assevera que:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade.

Ou seja, o discurso colonial que exalta o conservadorismo e sustenta a lógica do Estado patriarcal não emerge pela primeira vez com a ascensão da extrema-direita no Brasil, mas se trata de um discurso já sedimentado historicamente, que foi apenas reatualizado e ressignificado no contexto político contemporâneo. Esses enunciados, ao se inscreverem na memória discursiva da sociedade brasileira, reaparecem sob novas roupagens, mas conservam a mesma estrutura de dominação que marca relações de gênero, raça e poder desde o período colonial.

Nesse panorama, o método arqueogenealógico de Foucault busca compreender como certos discursos emergem, se transformam e se perpetuam ao longo do tempo, indicando as condições históricas, sociais e políticas que possibilitam ou não sua existência. Por meio da arqueologia, a investigação se pauta na análise das formações discursivas e das rupturas históricas que moldam determinados saberes. Articulado a isso, o método genealógico permite examinar como as relações de poder atravessam os discursos, produzindo efeitos de verdade, mas também apagando ou silenciando outros regimes de verdade que, embora desqualificados, resistem e reaparecem em diferentes épocas históricas.

Essa perspectiva implica reconhecer que os discursos não surgem ao acaso, tampouco em qualquer lugar ou tempo. Como afirma Foucault (2022, p.50), “seria preciso inicialmente demarcar as superfícies primeiras de sua emergência: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que [...] vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc.”.

No caso do Brasil contemporâneo, a ascensão do bolsonarismo criou uma dessas superfícies de emergência. A eleição de Jair Bolsonaro e o fortalecimento de um discurso político conservador, patriarcal e autoritário instauraram um novo cenário discursivo em que enunciados antes considerados inaceitáveis, misóginos, racistas e homofóbicos passaram a ser não apenas tolerados, mas legitimados como formas “autênticas” de expressão política.

Muitas vezes, esses discursos se manifestam sob a forma de um discurso colonial persistente, naturalizado por meio de práticas discursivas que afirmam e reproduzem novos regimes de verdade, os quais reforçam a hierarquização entre colonizadores e colonizados, perpetuando desigualdades históricas com roupagens contemporâneas. Porém, segundo Foucault, as relações discursivas que se articulam nos discursos e permitem que certos objetos possam ser nomeados, classificados ou silenciados. De acordo com ele:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. (Foucault, 2022, p.56).

As relações discursivas no bolsonarismo, por exemplo, permitem que o corpo da mulher seja constantemente referido como objeto de desejo, como “frágil”, “sexualizado” ou “naturalmente cuidador”. Isso ocorre não apenas por motivações pessoais do ex-presidente, mas porque o discurso político, dentro de um campo de poder conservador e patriarcal, torna possível que tais enunciados sejam compreendidos, aceitos e até defendidos por setores da sociedade

Assim, é necessário ter em vista que mesmo com o avanço histórico da modernidade, a permanência e a reatualização de discursos excludentes e hierarquizantes continuam sendo possíveis no Brasil contemporâneo. Isso ocorre por meio da legitimação e da emergência de um novo acontecimento discursivo, que se consolida com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse acontecimento é sustentado por uma rede de preceitos conservadores, religiosos e tradicionais que criaram condições de possibilidade para a emergência e a reatualização de efeitos de verdade misóginos e machistas e que se estabelecem por meio dos discursos e das relações de poder que os atravessam.

Além disso, essa análise busca compreender como os discursos se formam, se legitimam e se perpetuam em determinadas sociedades, bem como os mecanismos pelos quais são naturalizados e tomados como verdadeiros. Nesse sentido, consideramos importante examinar esses discursos a partir de uma perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, baseada nos estudos de Foucault, que propõe uma compreensão dos regimes de saber-poder em um percurso arqueogenealógico, como já mencionado.

Sobre o método arqueológico, McLaren (2016, p.14) propõe a seguinte conceituação: “O método arqueológico tenta mostrar os limites inconscientes de pensamento e saber; ele investiga as estruturas que o sublinham o pensamento e tornam possíveis tipos particulares de saberes em momentos históricos específicos”.

O conceito de História para Foucault é visto como a produção de discursos que são orientados pela emergência de inquietações que surgem pela ação de forças e saberes, que resultam em uma rede de acontecimentos. Esses acontecimentos são atualizados conforme o período histórico em que ocorrem, sendo que o interesse de Foucault é entender como esses saberes emergem e porque alguns saberes podem emergir e outros não.

O pensamento de Foucault abrange três categorias e foram exploradas em três fases (Arqueológica, Genealógica e a Ética), embora haja essa divisão didática, as obras não estão isoladas e conversam entre si.

Na fase Arqueológica, Foucault compreendia o sujeito com um indivíduo construído historicamente, explorava as condições de possibilidades que faziam a emergência de determinados discursos e a constituição dos regimes de verdades, ou seja, pensar como ideia ou discursos eram construídos historicamente como verdade.

Em sua obra “A Ordem do Discurso”, Foucault passa a tratar da relação entre discurso-poder e como esses discursos são perpassados pelas relações de poder, ele se preocupa em analisar como os poderes são constituídos historicamente, ou seja, como as formas modernas de poder emergiram de formas anteriores.

Para Foucault, as formas anteriores de poder estavam relacionadas ao poder do soberano, enquanto as formas modernas são caracterizadas como "poder disciplinar". Como afirma Lynch (2018, p. 24), “Ele identifica as formas modernas de poder, como os modos estreitamente relacionados de 'poder disciplinar' e 'biopoder', e as formas anteriores, pré-modernas, como 'poder soberano’”.

Para Foucault, o poder é sempre visto como uma relação de forças indo além da situação de dominador e dominado, como era visto nas relações pré-modernas, nas quais o poder era

exercido pelo soberano. As relações de forças formam uma rede de poderes que são exercidos por todos, a isso Foucault deu o nome de “Microfísica do Poder”, pois:

[...] o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos, que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. (Foucault, 1987, p. 26).

O filósofo ainda afirma que as relações de poder são móveis e podem ser modificadas, dependendo da formação histórica em que está inserido e que essas relações não estão presentes em uma pessoa ou instituições e que só podem ser aplicadas em sujeitos livres. Ou seja, para que as relações de poder possam ser exercidas é necessário que os sujeitos em relação sejam constituídos de liberdade, para que haja uma ação sobre uma ação e possível efeito de resistência.

Segundo McLaren (2016, p. 59), “A liberdade, para Foucault, nunca está fora das relações de poder, mas ocorre quando as relações de poder se deslocam através de reversão ou resistência”. Para Foucault, o objeto das lutas de poder está inscrito nos discursos, para ele o discurso como fenômeno histórico organiza o que pode ou não pode ser dito em determinada sociedade.

O discurso também é um fenômeno social que cria as regras de formação e de circulação, ou seja, os meios nos quais determinados discursos podem circular e funcionar, além disso, os discursos têm uma regulação que determina o que pode ser ou não dito, quem pode falar ou quando falar. Assim:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância que qualquer um, enfim, não se pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (Foucault, 2014, p.9).

Foucault, ao determinar como os discursos são produzidos e controlados, define possíveis padrões que funcionam como processos que servem para legitimar ou excluir determinados discursos. A esse tipo de funcionamento dos discursos Foucault o nomeia como sistemas de exclusão, que são mecanismos externos de controle do discurso, é algo que está fora dos discursos, mas que controla aquilo que acontece em seu interior. Por exemplo, as estratégias de interdição (Foucault, 2014, p. 9) que determinam que não se pode falar sobre determinado assunto, porque nem sempre o sujeito é privilegiado com o poder de fala na sociedade.

Não podemos deixar de salientar, nesse sentido, a questão da mulher na contemporaneidade e o seu poder de fala, pois embora estejamos no século XXI, o privilégio da fala em alguns lugares ainda é destinado ao homem branco e de classe média.

Foucault (2014) ressalta ainda os mecanismos de separação e rejeição, ele destaca a separação entre a razão e a loucura, o autor afirma que devido a condições históricas e os saberes de determinada época, a fala do louco não era ouvida ou seu estado de loucura era relacionado a atos simbólicos, como a divindade.

Dessa forma, Foucault exemplifica que mesmo que a palavra do louco fosse ouvida, ela era silenciada, ou então a palavra lhe era dada somente simbolicamente, a exemplo, em alguma peça de teatro. E mesmo com a emergência de novos saberes, a voz do louco ainda não era devidamente ouvida, pois a memória discursiva médica ainda o considerava um sujeito sem fala privilegiada. Assim, Foucault (2014) afirma que “[...] e mesmo que o papel do médico fosse senão prestar ouvido a uma palavra enfim livre, é sempre a manifestação da censura que a escuta se exerce”.

A vontade de verdade está relacionada à constituição dos discursos e à produção dos enunciados “verdadeiros”, ou seja, aqueles que ocupam um regime de verdade, sendo construída a partir de determinadas condições históricas específicas. Essa vontade de verdade é apoiada por um suporte institucional, composto por um conjunto de práticas que ditam o saber e como ele é distribuído e valorizado em determinada sociedade.

Em se tratando da fase genealógica de Foucault, esta é representada principalmente em sua obra “Vigiar e Punir”, na qual ele analisa as várias formas de poder, com um retorno à época medieval em que o autor aborda as estratégias de poder por meio da punição (McLaren, 2016).

Foucault afirma que com a entrada da modernidade, as formas como o poder é visto são modificadas, passando da punição para a vigilância, porque para ele isso seria visto como “poder disciplinar”. O conceito de poder disciplinar está ligado à definição de verdade, e ao criar determinado tipo de verdade, ele dita como o sujeito deve ou não se comportar em determinada sociedade.

Assim, propomos também uma análise da constituição do sujeito para Foucault, pois para ele o processo de constituição do sujeito é permeado por mecanismos de Objetivação e Subjetivação. A Objetivação implica transformar o homem em objeto, referindo-se aos processos disciplinares e buscam tornar o homem dócil politicamente e útil politicamente. Já a Subjetivação refere-se aos processos sociais que fazem do indivíduo sujeito.

É necessário esclarecer, contudo, que o sujeito do enunciado ocupa posições que são implicadas pelos diferentes regimes de saber e que são construídos historicamente. Assim, na

próxima seção apresentamos como os enunciados são constituídos, segundo a visão de Foucault.

2.1 A Constituição dos enunciados

Para analisar os discursos do ex-Presidente Bolsonaro, partiremos da premissa de examinar o conceito de enunciado para Foucault, compreendendo que o discurso é composto por vários elementos verbais e não verbais e não se reduz a uma análise gramatical, o texto pelo texto e muito menos está relacionado com a intencionalidade do autor, mas está ligado às suas regras de formação historicamente construídas.

Para Foucault (2022), o enunciado tem que ser analisado plenamente com um viés histórico, ou seja, deve estar ligado não às suas especificidades temporais, típicas do conhecimento histórico, mas, sim, às suas regras de formação. Para ele, o enunciado não atravessa os séculos e é usado conforme a época, ele é produzido conforme os saberes próprios de cada época.

Dessa forma, um enunciado é:

[...] um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (Foucault, 2022, p. 96).

O autor, ao propor um método de análise do discurso, traz em evidência o conceito de enunciado como uma função enunciativa, destacando assim as suas quatro principais propriedades: o referencial, a posição-sujeito, domínio associado e materialidade repetível.

O conceito de Referencial para Foucault (2022, p. 110) é:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

Ou seja, o referencial para Foucault (2022) está relacionado às condições de possibilidades que determinam as regras de existência de determinado enunciado. Assim, o enunciado não é o que atribui nome ou sentido ao objeto ao qual está relacionado, pois não é determinado por simples regras de utilização.

Assim, o referencial para Foucault (2022) não é constituído por um agrupamento de “coisas”, mais sim por regras de existências que possibilitam que determinado enunciado tenha condições de emergir. O enunciado poderá ser constituído por frases e preposições, mas será o referencial que fará com essas frases tenham sentido e, que as preposições sejam interpretadas como verdadeiras (Garre; Vieira 2021).

Foucault (2022) ainda afirma que o enunciado se diferencia de qualquer elemento linguístico, pois ele mantém com o sujeito uma relação determinada que se deve isolar, principalmente com aquelas que podem ser confundidas e cuja natureza é necessário especificar.

A segunda propriedade que é usada para analisar o enunciado, segundo Foucault, é a posição- sujeito, pois para o autor é importante destacar que o sujeito não se reduz às regras gramaticais, ou seja, ele não é o sujeito que constitui a frase. O autor dita que o sujeito do enunciado é exterior à frase, mas isso não significa que esteja ligado a uma pessoa, em específico.

Para a análise do enunciado, conforme o método foucaultiano, não há uma emergência de um indivíduo, autor que cria determinado discurso, uma vez que um autor diz o que se é possível dizer. O sujeito que enuncia é diferente do sujeito enunciado, pois nos mais diferentes contextos, um único enunciado pode ser dito por diferentes pessoas e essa mesma pessoa pode se referir a inúmeros enunciados (Garre; Vieira 2021).

Para Foucault (2022, p.112), “esse “autor” não é idêntico ao sujeito da enunciação: a relação de produção que mantém com a formulação não pode ser superposta à relação que une o sujeito denunciante e o que ele enuncia”. Foucault (2022) ainda afirma que determinados enunciados ocupam uma posição neutra, indiferente a sistemas linguísticos, a tempo e espaço, esses enunciados podem ser ditos por qualquer pessoa, já outros enunciados requerem condições e requisitos para que o indivíduo ocupe essa posição.

A terceira característica da função enunciativa destacada “[...] não pode se exercer sem a existência de um domínio associado” (Foucault, 2024, p.116). O autor explica que, diferentemente de um enunciado, uma frase ou uma proposição pode existir sem estar relacionada com nenhuma outra e sem estar inserida em nenhum contexto específico, pois basta que a frase atenda às regras gramaticais e que a proposição seja constituída de uma unidade lógica (Garre; Vieira, 2021).

A função enunciativa não tem efeito sobre frases e preposições isoladas na sua emergência, o enunciado estabelece relações com um domínio associado, ou seja, com outros enunciados que o antecedem, e que estão em concomitância e que ainda estão por emergir.

Nesse contexto, pode-se afirmar que:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração - limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração) (Foucault, 2022, p.119).

Ao fazer a análise do domínio associado, é fundamental articulá-lo ao conceito de memória discursiva, conforme proposto por Courtine (2009). Para o autor, “toda formulação apresenta em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega”.

Isso significa que os enunciados não são isolados, mas são constituídos por sentidos já ditos, os quais compõem a memória discursiva. Essa memória atua tanto na produção quanto na interpretação dos discursos, ao ativar reverberações de formulações anteriores que interferem na maneira como certos dizeres são proferidos, compreendidos e legitimados. Assim, os discursos carregam marcas de outros discursos, o que mostra seu caráter histórico e interdiscursivo.

Courtine (2009, p.106) ainda explica que

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer”(Courtine, 2009, p.106).

Trata-se, portanto, de discursos que produzem efeitos duradouros, funcionando como matrizes de sentido que alimentam novas formulações no interior de regimes de verdade específicos. Como exemplo, podemos citar os enunciados proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, como quando afirmou ter tido uma "fraquejada" ao se referir ao nascimento de sua filha mulher. Ao enunciar tal formulação, Bolsonaro reativa uma memória discursiva patriarcal, segundo a qual o nascimento de uma filha representa uma espécie de falha ou diminuição da masculinidade do pai. Esse enunciado não é isolado, mas se ancora em uma longa tradição discursiva que associa o valor simbólico do masculino à força, à virilidade e à autoridade, enquanto relega o feminino à fragilidade ou à inferioridade.

Ao mobilizar essa memória, o discurso do ex-presidente não apenas reproduz estruturas de gênero historicamente naturalizadas, mas também atualiza e legitima, no espaço público, um discurso conservador e misógino, já sedimentado socialmente. Trata-se, assim, da reinscrição de um dizer antigo em um novo contexto político, que torna possível sua circulação e aceitação por determinados segmentos da sociedade.

Esses dizeres antigos não retornam de forma idêntica, mas são reescritos e ressignificados conforme as condições de possibilidades de cada época histórica. São enunciados que emergem dentro de formações discursivas específicas, sustentados por posicionamentos que carregam sentidos anteriores e os atualiza segundo os discursos que ganham força e visibilidade em determinado momento.

Assim, ao realizar uma análise do discurso a partir da perspectiva francesa, com base na conceituação de Courtine, é fundamental adotar uma abordagem que considere o campo social e histórico em que os discursos são produzidos. Nessa perspectiva, os discursos são compreendidos como resultados de práticas discursivas situadas no tempo, atravessadas por posicionamentos ideológicos múltiplos, que atuam na constituição dos sentidos e na disputa por liderança no interior das formações discursivas.

A materialidade é a última propriedade da função enunciativa explicada por Foucault (2022). O autor explicita que para que o enunciado possa emergir é necessário que ele tenha uma existência material. Essa materialização pode se dar por meio da escrita, da fala e de algum tipo de registro, ou seja, o “[...] enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (Foucault, 2022, p.123).

Foucault ainda afirma que é por meio da materialidade que se pode fazer a diferenciação entre o enunciado de uma enunciação, além disso, o autor destaca que na enunciação a materialidade não é passível de repetição, pois se o falar for repetido três vezes pela mesma pessoa, haverá três enunciações diferentes, já no enunciado a repetição é uma possibilidade (Garre; Vieira 2021, p.31).

Para que possamos entender a materialidade de um enunciado, é necessário saber que a sua repetição está ligada às possibilidades que ele tem de ser reescrito e transcrito. Para Foucault, para que isso ocorra há regras específicas para que um enunciado se repita, o que o autor chama de “campo de estabilização”.

Assim, Foucault (2022, p.126) explica que:

[...] um campo de estabilização que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo

preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. Mas é possível, sem dúvida, ir mais longe: podemos considerar que existe apenas um único e mesmo enunciado onde as palavras, a sintaxe, a própria língua não é idêntica.

Desse modo, para analisar determinado discurso é necessário propor uma compreensão histórica que compõe o seu funcionamento dentro de uma determinada sociedade, é detectar a sua ligação com outros discursos, a sua materialidade e como os sujeitos se posicionam dentro de determinado discurso. Além disso, Foucault ainda afirma que a análise dos enunciados propõe compreender o que os sujeitos falam e como falam em um contexto histórico específico.

Por isso Foucault (2022) nos convida a analisar a constituição dos acontecimentos, para que possamos, na dispersão do seu surgimento, buscar entender seu funcionamento e as regras de sua emergência. Além de analisar as condições de possibilidades que fazem com um acontecimento discursivo silencie e outro acontecimento discursivo venha emergir em uma determinada sociedade.

2.1.1 A Noção de Acontecimento Discursivo

Em Foucault, a noção de acontecimentos é fundamental para romper com a ideia tradicional de uma história linear e contínua. Para o autor, o acontecimento não se insere em uma narrativa evolutiva, mas sim como uma singularidade que rompe e desestabiliza o discurso vigente. Trata-se de uma irrupção que só se torna possível a partir de determinadas condições históricas específicas, sendo capaz de transformar o campo discursivo ao reorganizar saberes, práticas e relações de poder.

Dessa forma, Foucault (2022, p.126) afirma que:

Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimentos que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorpora.

Assim, é possível afirmar que o acontecimento discursivo não é algo abstrato ou ideal; ele ocorre na materialidade dos enunciados, no modo como eles existem, circulam, são retomados, silenciados ou reescritos. O acontecimento se dá na dispersão dos modos de dizer,

e os sentidos que carrega são produzidos no interior de formações discursivas historicamente situadas. Essa dispersão permite que um mesmo enunciado (por exemplo, uma fala misógina) apareça em diferentes formações discursivas, ganhando sentidos variados e conforme as condições históricas, sociais e ideológicas de sua enunciação.

Um acontecimento discursivo não se resume ao que foi dito, mas ao surgimento de uma nova possibilidade de dizer, ou seja, uma nova configuração de sentidos que se torna possível e aceitável dentro de determinado campo de saber e poder. Essa “nova” possibilidade de dizer algo só é possível por meio das formações discursivas que constituem os sistemas de regras de formação dos discursos e das práticas discursivas históricas que legitimam o que pode ser pensado e reconhecido como verdadeiro.

Sobre isso, Foucault (2022 p. 88) afirma ser um:

Conjunto de regras para uma prática discursiva, o sistema de formação não é estranho ao tempo. Não reúne tudo que pode aparecer, através de uma série secular de enunciados, em um ponto inicial que seria, ao mesmo tempo, começo, origem, fundamento, sistema de axiomas, e a partir do qual as peripécias da história real só se desenrolariam de maneira inteiramente necessária. O que ele delinea é o sistema de regras que teve de ser colocado em prática para que tal objeto se transformasse, tal enunciação nova aparecesse, tal conceito se elaborasse, metamorfoseado ou importado, tal estratégia fosse modificada - sem deixar de pertencer a esse mesmo discurso; e o que delinea, também, é o sistema de regras que teve de ser empregado para que uma mudança em outros discursos (em outras práticas, nas instituições, relações sociais, processos econômicos) pudesse ser transcrita no interior de um discurso dado, constituindo assim um novo objeto, suscitando uma nova estratégia, dando lugar a novas enunciações ou novos conceitos. Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Assim, o acontecimento discursivo não é um simples enunciado isolado, mas o resultado da mobilização e reorganização das formações discursivas que, ao se transformarem, abrem espaço para novas verdades e práticas discursivas. No contexto político brasileiro recente, por exemplo, a ascensão do bolsonarismo pode ser entendida como um acontecimento discursivo que rearticulou discursos conservadores, legitimando narrativas misóginas e patriarcais como parte de um novo regime de verdade socialmente aceito.

É importante ressaltar, que Foucault (2022) estabelece uma distinção entre a análise da língua, tal como concebida pela linguística tradicional, e a análise dos acontecimentos discursivos. De um lado, a linguística busca identificar um conjunto de regras que permite a

produção de enunciados possíveis dentro de um sistema. Por outro lado, a análise dos acontecimentos discursivos interroga como e porque determinados enunciados efetivamente emergem em épocas históricas específicas, em vez de outros, indicando as condições de possibilidade que tornam certos discursos legítimos em um dado momento.

Sobre isso Foucault (2022 p. 88) ressalta ainda que:

Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso; mas trata-se, então, de definir, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, regras que permitam construir eventualmente outros enunciados diferentes daqueles: mesmo que tenha desaparecido há muito tempo, mesmo que ninguém a fale mais e que tenha sido restaurada a partir de raros fragmentos, uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Dessa forma, e com base nesse conceito de acontecimentos discursivos, podemos exemplificar o objeto de estudo desta pesquisa e analisar como os discursos voltam a ser destacados e a ganharem um pouco do espaço que tinham perdido. E no confronto com outros discursos, ganham maior visibilidade em um contexto em que tinham menor visibilidade. Contudo, é necessário deixar claro, que embora os discursos machistas e sexistas nunca tenham sido realmente silenciados, os enunciados provenientes deles eram menos frequentes e não eram tão expostos na mídia. Assim, os enunciados que emergiam, de certa maneira, pregavam uma igualdade entre os gêneros e a sua inserção com sucesso no espaço público.

É necessário contextualizar, que a ascensão de figuras políticas, como o ex-presidente Bolsonaro, trouxe maior visibilidade a enunciados que compõem discursos machistas e sexistas, os quais passaram a ser amplificados por meio das redes sociais e da retórica política. Isso não significa que tais discursos estiveram ausentes no passado, mas sim que as condições de possibilidade atuais permitiram a produção de efeitos de verdade, por meio de uma circulação com maior força na esfera pública.

Esses discursos misóginos que emergiram durante o governo Bolsonaro não surgiram do nada; eles são entrelaçados e sustentados por discursos anteriores, sobretudo os discursos patriarcais que, historicamente, atribuíram às mulheres uma posição subordinada na estrutura social. Segundo Foucault, os discursos não são criações individuais isoladas, pois uma vez que partem de uma rede discursiva mais ampla, eles são ligados a uma série de outros enunciados, o que Foucault chama de campo associado.

Assim, a ascensão do discurso conservador e sexista na esfera pública deve ser compreendida não como um específico inédito, mas como uma ressignificação e reatualização de discursos já estabelecidos historicamente, reforçados por novas condições discursivas que permitem sua legitimação e circulação ampliada. Isso explica por que, mesmo em um cenário de avanços nos direitos das mulheres, ainda há uma forte resistência e a reafirmação de discursos que tentam reafirmar papéis tradicionais de gênero.

O discurso feminista e de igualdade, que anteriormente encontrava espaço para se fortalecer, especialmente impulsionado pela eleição da primeira mulher à Presidência, passou a ser desacreditado, enquanto uma retórica machista e conservadora ganhou força, sobretudo nas redes sociais. Como destacado nesta pesquisa, os ideais patriarcais e machistas sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, porém, com a maior inserção das mulheres no espaço público, esses discursos passaram a circular mais ativamente em determinados nichos conservadores.

De forma mais contundente, com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, esses discursos passaram a circular e a serem vistos e compartilhados com mais intensidade e com menos receio pelos setores mais conservadores, pois viam cumplicidade advinda do representante maior do poder executivo.

Ainda é necessário afirmar, que mesmo com a emergência desse tipo de pronunciamento, os discursos feministas e de busca por equidade não cessaram, as resistências são muitas e constantes.

Podemos refletir que durante os governos progressistas as condições de possibilidade não favoreciam a sustentação de discursos misóginos e sexistas. A formação discursiva predominante era orientada pela promoção da igualdade de gênero e pela implementação de políticas públicas voltadas à equidade. Com a ascensão da extrema-direita, marcada pela eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, essas condições se transformaram. Posicionamentos conservadores, patriarcais e religiosos ganharam força, permitindo a emergência de discursos que antes estavam à margem. Esse cenário instaurou um embate discursivo entre as forças que

defendem a igualdade de gênero e aquelas que buscam restaurar normas tradicionais e hierarquizadas de gênero.

Assim, é importante ressaltar que diversos enunciados misóginos emergiram durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Alguns desses enunciados ganharam ampla visibilidade e repercussão, enquanto outros foram naturalizados dentro de uma formação discursiva conservadora e patriarcal, que encontrou, naquele contexto político, condições de possibilidade favoráveis para se consolidar. A emergência desses discursos deve ser compreendida como acontecimentos discursivos que expressam não apenas opiniões individuais, mas efeitos de saber-poder articulados historicamente.

Essa formação discursiva estabelece as condições de possibilidade para que certos enunciados sobre gênero, família e papel social da mulher sejam proferidos e legitimados como verdades, ao mesmo tempo em que silencia e desqualifica vozes dissonantes, especialmente as do movimento feminista.

Assim, é possível afirmar que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". (Foucault, 2022, p. 47).

Dessa forma, Foucault (2022) afirma que uma formação discursiva será constituída e assegurada por um conjunto de relações e de instâncias de emergências que delimitam e especificam um determinado discurso.

Diz-se então que:

Uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (Foucault, 2022, p. 54).

Uma formação discursiva então é aquilo que determina o que pode ser dito a partir de um lugar social específico e por isso ela é marcada por regularidades históricas, e as diferentes formações discursivas formarão o que Foucault nomeou de práticas discursivas.

2.1.2 Problematizações feministas em torno da obra de Michel Foucault

Para tratar do feminismo e do feminino sob a perspectiva dos escritos de Foucault, é importante mencionar que o autor (1926-1984) foi um filósofo francês que exerceu uma influência significativa sobre os intelectuais contemporâneos.

Inicialmente, ressaltamos que algumas áreas de convergência entre Foucault e o feminismo estão ligadas às questões de ética, liberdade, poder, crítica à razão ocidental e à teoria universalizadora do sujeito. Contudo,

As feministas tendem a discordar quanto à utilidade do trabalho de Foucault para a teoria e a prática feministas. Algumas advogam um uso mais foucaultiano, enquanto outras propõem que as presunções subjacentes ao feminismo são antitéticas à sua estrutura teórica. A discussão sobre a utilidade ou não do trabalho dele para o feminismo está situada no grande debate sobre a compatibilidade de uma abordagem pós-moderna com uma política emancipatória, progressista (McLaren, 2016, p.11).

Nesse norte, importa-nos considerar as várias vertentes dos estudos desse importante filósofo para as causas femininas, especialmente porque o autor “[...] questiona a constituição da categoria sexualidade em seus códigos morais ao longo da história, daí a importância de seu trabalho para a teoria feminista” (Narvaz, 2007, p.47).

Nesse sentido, destacamos a interessante obra de McLaren (2016), que conforme destacado pela autora no primeiro capítulo de sua obra, e anunciado por Foucault, em 1982, em “O Sujeito e o Poder”, o foco dos estudos desse filósofo ao longo de sua vida foi a história das diferentes formas como os seres humanos se tornam sujeitos (Foucault, 1995 apud McLaren, 2016). Ou seja, ele investigou as práticas sociais, instituições, relações de poder, discursos e técnicas de si que constituem os indivíduos.

Assim, o principal objeto de suas pesquisas não é o poder/saber, como muitos tendem a acreditar, mas sim o sujeito (Foucault, 1995 apud McLaren, 2016) e as circunstâncias históricas que propiciaram seu surgimento. De maneira geral, refletir sobre os sujeitos implica considerar os processos de subjetivação ou práticas de objetivação (como em “As Palavras e as Coisas”), as “práticas divisórias” (como exemplificado pela distinção entre “louco” e “são” em “História da Loucura”) e as subjetividades (analisadas especialmente na fase ética de Foucault, a partir das técnicas de si em “História da Sexualidade”, volumes II e III) (Foucault, 1995 apud McLaren, 2016).

Essas questões, consideradas por McLaren (2016), são relativas à constituição dos sujeitos, entrelaçadas ao corpo, à ação política feminista e às subjetividades, que foram os temas

principais da obra da autora, denominada “Foucault, Feminismo e Subjetividade”, diante da qual coadunamos com a ideia expressa: “[...] que práticas de Foucault são transformadas em ferramentas para liberar a mulher da opressão” (McLaren, 2016, p. 11).

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (Haraway, 1995, p.15).

Nesse caminho, McLaren (2016) aborda a noção de subjetividade corporificada que estabelece uma conexão entre feminismo e Foucault, reiterando a relação com o corpo, destacando como ele percebe as relações de poder, tal como discutido por Foucault em “Vigiar e Punir” e defendido por Haraway (1995).

Nesse escopo, McLaren (2016, p11. 11) adverte que:

Meu objetivo é explorar essas tensões entre as próprias feministas e entre as feministas e Foucault, demonstrando que sua obra fornece recursos para articular uma noção de subjetividade que é corporificada e constituída historicamente e através de relações sociais; e que esse eu social, corporificado, é capaz de ação política e moral.

Para compreender essa afirmação, é necessário esclarecer que, quando McLaren (2016) menciona as “práticas de Foucault”, entendemos que ela está se referindo às ferramentas teórico-metodológicas criadas pelo filósofo para analisar as relações de poder e suas imbricações na constituição dos sujeitos, haja vista que o pensamento foucaultiano não busca um sujeito essencializado ou fixo, mas investiga os mecanismos discursivos e institucionais que regulam a subjetividade e a normatividade de gênero.

Dessa forma, as feministas que dialogam com Foucault frequentemente mobilizam sua teoria para questionar os regimes de verdade que impõem normas de gênero e sexualidade, problematizando o papel das instituições na produção da feminilidade e dos corpos femininos. Como aponta Butler (2019), a perspectiva foucaultiana permite deslocar a crítica feminista de uma simples denúncia do patriarcado para uma análise mais complexa sobre como as relações de poder são produzidas e regulam a subjetividade feminina.

Segundo Verona (2021, p.6), “[...] para as feministas, a forma de encarar as relações culturais do corpo contribui para a dominação, porque a atuação do sujeito masculino, branco e racional é sempre priorizada frente ao corpo feminino.

O conceito primordial é superar a subordinação da mulher. Apesar das várias, e às vezes conflitantes suposições das posições feministas discutidas, há coisas em comum entre elas. Primeiro, por ser o feminismo um movimento social e político devotado à superação da subordinação feminina, a teoria feminista

pode fornecer recursos para mudanças sociais e políticas. Esses recursos podem incluir ferramentas para análise crítica e programas positivos para mudanças (McLaren, 2016, p. 26).

Nessa perspectiva, Pelegrini (2012) ressalta que os movimentos e teorias feministas têm adotado a resistência às normas e às categorias identitárias fixas em vários níveis, alterando assim as formas de exercício do poder na sociedade contemporânea. Mesmo em contextos de dominação, é possível, de alguma forma, reverter o exercício do poder.

As diferentes vertentes do feminismo abordam, cada uma a seu modo, as múltiplas formas de opressão vividas pelas mulheres, considerando fatores como classe social, raça, etnia, sexualidade e contexto histórico-cultural. Embora compartilhem o objetivo comum de promover a igualdade de gênero e combater as diversas manifestações de sexismo, cada corrente teórica se constrói a partir de referenciais próprios, o que resulta em enfoques distintos sobre as causas da desigualdade e as estratégias de enfrentamento.

Quadro 3 – Vertentes do feminismo e suas características

Vertentes do Feminismo	Descrição
Feminismo Liberal	Defende a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens dentro do sistema capitalista. Enfatiza reformas legais e políticas, como direito ao voto, participação política e igualdade salarial.
Feminismo Socialista	Relaciona a opressão feminina à estrutura capitalista. Defende a emancipação da mulher por meio do trabalho e da luta de classes, entendendo que apenas o fim do capitalismo garantirá a igualdade de gênero.
Feminismo Radical	Atribui a raiz da opressão feminina ao patriarcado. Propõe mudanças estruturais, como a abolição de gênero e a crítica à sexualidade compulsória. Destaca pautas como a crítica à pornografia, prostituição e maternidade compulsória.
Feminismo Materialista	Considera o capitalismo e o patriarcado interligados e inseparáveis. Destaca a exploração do trabalho reprodutivo e doméstico das mulheres como parte central da opressão.
Feminismo Interseccional	Foca nas múltiplas opressões enfrentadas por mulheres devido à interseção de fatores como raça, classe, sexualidade e deficiência. Surgiu para corrigir a exclusão de mulheres racializadas e marginalizadas em outros feminismos.
Feminismo Negro	Vertente focada na experiência das mulheres negras, considerando a opressão de gênero e raça de forma combinada. Critica o racismo dentro dos feminismos tradicionais e propõe soluções específicas para mulheres negras.
Feminismo Indígena	Contesta a universalização do feminismo e destaca a luta das mulheres indígenas, que muitas vezes não se identificam com o movimento feminista tradicional. Prioriza a defesa de seus povos e territórios.
Feminismo Lésbico	Destaca o lesbianismo como ferramenta política contra a heterossexualidade compulsória. Defende o amor entre mulheres como forma de libertação e resistência.
Feminismo Decolonial	Questiona a herança colonial e os impactos do imperialismo na opressão das mulheres. Analisa as relações de poder globais e como o feminismo pode ser usado para resistir a estruturas coloniais e racistas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Senado Federal (2024)

De acordo com o entendimento apresentado, quando se fala em feminismo liberal, entende-se que este movimento busca garantir que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades e direitos dentro da sociedade, sem necessariamente questionar a estrutura do sistema econômico vigente. Já o feminismo radical entende que a opressão das mulheres não é apenas uma consequência do sistema econômico ou da desigualdade social, mas sim um problema estrutural do patriarcado, que molda e sustenta essa hierarquia de poder.

Quando se fala de poder e feminismo sempre entra em questão o poder sobre o corpo da mulher. Nesse sentido, McLaren (2016) diz que o feminismo, de forma radical, centra-se nas diferenças da mulher para o homem. Para ela, “As feministas radicais admitem que há diferenças biológicas significativas entre homens e mulheres. A primeira e mais importante é a diferença na capacidade reprodutiva; mulheres podem gerar filhos, homens não” (p.18), complementando que:

Enquanto antigas feministas radicais viam a capacidade de gerar filhos como um possível impedimento à sua liberação completa, as radicais feministas posteriores celebram a capacidade reprodutiva da mulher. Para as feministas radicais, a associação das diferenças das mulheres para os homens vai além da diferença de gerar filhos; elas focam no corpo e nas questões de sexualidade, violência contra a mulher e saúde da mulher... (McLaren, 2016, p.18).

Disso, depreendemos que as feministas radicais mais antigas enxergavam a capacidade de ter filhos como um obstáculo à plena emancipação das mulheres. Já as feministas radicais de hoje, pelo contrário, celebram a capacidade reprodutiva feminina como uma dádiva.

Elas não veem essa diferença apenas pelo prisma da maternidade; pelo contrário, ampliam o foco para questões cruciais como o corpo, a sexualidade, a violência contra a mulher e a saúde feminina e ainda, as “feministas radicais acreditam, como as feministas liberais, que as mulheres devem ter igual acesso a meios e oportunidades para conseguirem superar sua subordinação” (McLaren, 2016, p. 18).

Entretanto, igualdade de acesso não é suficiente; as próprias instituições devem passar por mudanças para cumprir com as perspectivas e experiências das mulheres. E as instituições que servem especificamente às necessidades da mulher devem ser desenvolvidas e mantidas. A dominação sistemática de sexo/gênero é a causa fundamental da opressão da mulher. (McLaren, 2016, p. 19).

Em consonância, Haraway (1995, p 36) diz que as tensões em torno da distinção sexo/gênero na história recente da teoria feminista não é recente, visto que “O sexo é recuperado” para ser reapresentado como gênero, que “nós” podemos controlar”. E, isso, para

a autora, “Parece impossível evitar a cilada da lógica apropriacionista de dominação, inscrita no par binário natureza/cultura e na linhagem que ela gerou, incluindo a distinção sexo/gênero”

Da mesma maneira as feministas colocam que não se trata da luta contra a sexualidade, mas contra sua própria produção discursiva. A sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico, não necessariamente à realidade, mas aos discursos sobre ela que são produzidos pelas relações de poder (Verona, 2021, p. 6).

É importante ressaltar, que ao longo da história novas vertentes feministas foram surgindo, à medida que os discursos sobre a condição da mulher se modificavam conforme aconteciam novas emergências sociais, políticas e culturais. Nesse processo, o feminismo indígena desponta como uma vertente que não apenas denuncia as opressões de gênero, mas também se fundamenta na defesa dos territórios tradicionais, na preservação das tradições originárias e na exaltação da ancestralidade como fonte de resistência e saber. Trata-se de um feminismo que articula gênero, território, identidade étnica e espiritualidade, rompendo com as lógicas coloniais e patriarcais impostas pelos discursos ocidentais hegemônicos.

A pesquisadora Karipuna (2021) afirma que como mulher indígena e pesquisadora, não identifica, em território nacional, um movimento feminista indígena declarado nos moldes tradicionais. No entanto, ela analisa a existência de um movimento de mulheres indígenas, cujas pautas, como já mencionado, diferem significativamente das reivindicações que emergiram, a priori, no movimento feminista clássico. Essas mulheres lutam por direitos que atravessam não apenas a questão de gênero, mas também a defesa dos territórios, da ancestralidade, da espiritualidade e da coletividade, elementos centrais em suas formas de existência e resistência.

De acordo com Karipuna (2021, p.4):

Reivindicamos, por exemplo, o direito à vida e à cura da Terra. Passar a chamá-los de feminismos indígenas seria uma estratégia política, para estar em novos espaços de tomada de decisão. Além de que os feminismos indígenas seriam muitos, tanto quanto o são as quantidades de povos originários — e caso as parentas destes povos os desejem nomear desta forma.

Essa afirmação aponta para uma diversidade situada nos feminismos indígenas, que não são constituídos por uma única corrente teórica, mas formas manifestações discursivas diversas, relacionadas aos modos de vida e de resistência de cada povo originário. O feminismo indígena, nesse sentido, não se limita à luta por igualdade entre homens e mulheres, mas propõe um renascimento coletivo frente às múltiplas formas de violação de direitos, sejam eles patriarcais, coloniais ou capitalistas.

Karipuna (2021) ainda cita em seu artigo a pesquisadora e liderança indígena Sônia Guajajara, que afirma que o machismo presente em muitos territórios indígenas é uma herança

deixada pelos povos colonizadores. Segundo Guajajara, a violência contra as mulheres indígenas não faz parte da cultura originária, mas foi inserida historicamente por meio do processo colonial, que impôs valores patriarcais e estruturas de dominação masculina às comunidades indígenas.

Embora o machismo não seja parte da cultura dos povos originários, ele foi introduzido por meio do processo colonizador, o qual se deu em múltiplas etapas: inicialmente com a tomada dos territórios, seguida da dominação dos corpos, especialmente os femininos, e finalmente com a subjugação e apagamento dos saberes tradicionais indígena.

Mas é importante ressaltar, que os resquícios do processo colonial ainda estão fortemente presentes nas comunidades indígenas, manifestando-se nas relações de poder, nas estruturas sociais e nos discursos que perpetuam desigualdades. No entanto, esses efeitos da colonização vêm sendo rebatidos e enfrentados pela resistência das mulheres indígenas por meio de suas práticas discursivas que procuram valorizar a ancestralidade, reativação dos saberes indígenas e a denúncia das inúmeras opressões que ainda persistem.

Com base no conceito de relações de poder defendido por Foucault, é importante destacar que ainda que o poder possa parecer absoluto e sem possibilidades de libertação, ele nunca é total, pois está sempre acompanhado de formas possíveis de resistência. Para Foucault, onde há poder, há necessariamente de resistência, e é nesse contexto que se inscreve o discurso das mulheres indígenas.

Por meio de suas falas, ações e saberes, essas mulheres desafiam as lógicas coloniais, patriarcais e racistas que historicamente buscaram silenciá-las. Elas constroem seus discursos não apenas a partir da tradição oral e da vivência comunitária, mas também por meio da crítica de novos saberes, pela apropriação, seja por meio da inserção no meio acadêmico, da atuação política institucionalizada ou da participação em movimentos sociais

Nessa premissa, MacLaren (2016) acentua que algumas feministas criticam especificamente a concepção de poder de Foucault. Elas argumentam que sua visão de que “o poder está em todo lugar” dificulta a distinção entre os que dominam e os que são dominados. Para o feminismo, é fundamental uma concepção de poder que possa demonstrar as assimetrias nas relações de gênero. Com tantas reservas em relação ao trabalho de Foucault, a autora questiona-se: por que as feministas deveriam se interessar por suas teorias?

Ironicamente, os que discutem que as ideias de Foucault podem ser interessantes para o feminismo se focam em muitas das mesmas questões que as feministas que criticam o pensador, como sua rejeição de metanarrativas e uma estrutura normativa, sua noção de poder e sua crítica dos modelos filosóficos tradicionais de subjetividade (MacLaren, 2016, p.12).

Esse paradoxo mostra uma complexidade inerente às interações teóricas, em que os mesmos pontos de discórdia podem servir tanto como bases de crítica quanto como trampolins para novas interpretações. É como se, ao tentar debater com Foucault, as feministas se vissem presas num jogo de espelhos, no qual suas críticas refletem os próprios fundamentos que poderiam, potencialmente, enriquecer suas teorias.

Aqui abrimos um parêntese para avaliar: de qual feminismo estamos falando? Quem são ‘elas’? A crítica que se faz a Foucault, de que o poder está em todo lugar e por isso não pode ser combatido (opondo-se à ideologia marxista), é talvez inapropriada, porque ele aponta onde há mais poder, e como esse poder funciona nas instituições. E comparado ao ideal marxista, nele a mulher e tampouco outros grupos identitários tinham espaço.

A crítica feminista à concepção de poder de Foucault, conforme apontado por MacLaren (2016), refere-se especialmente às dificuldades que algumas teóricas do feminismo encontram na ideia de que o poder está distribuído de maneira difusa em toda a sociedade, isto é, compreendemos que a atualidade é marcada por um movimento de insurreição de saberes dominados (Foucault, 2000, p.97).

Desta feita, algumas abordagens feministas dificultariam a identificação clara de opressores e oprimidos, tornando desafiadora a luta contra a desigualdade de gênero. No entanto, essa crítica é mais comumente associada ao feminismo materialista e socialista, que sustenta que o patriarcado é uma estrutura sistemática de dominação e que é possível traçar uma divisão mais nítida entre grupos dominantes e subordinados. Em conversa de Foucault e Gilles Deleuze, reforça-se que:

As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado (Foucault, 2000, p.36).

Por outro lado, há também feministas que encontram nas teorias foucaultianas ferramentas úteis para a compreensão das dinâmicas de poder. O feminismo pós-estruturalista, por exemplo, utiliza a noção de poder de Foucault para analisar como discursos constroem as identidades de gênero e mantêm relações assimétricas, permitindo uma crítica mais ampla das instituições que reforçam essas desigualdades. Scott (1995, p. 92) pode ser considerado nessa assertiva:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.

Isso pressupõe que o gênero é uma das referências centrais pelas quais o poder político é concebido, legitimado e contestado. Ele não apenas reflete a oposição entre homem e mulher, mas também a constrói e a reforça, sendo que, em nosso entender, para se manter a estabilidade do poder político, essa referência deve parecer inquestionável e imutável, como se fosse parte da ordem natural ou divina, e não uma construção social. Dessa forma, a oposição binária e as relações de gênero tornam-se intrínsecas ao significado do poder e nesse sentido questionar ou alterar qualquer aspecto dessa estrutura ameaça todo o sistema, pois desestabiliza as bases que sustentam a hierarquia e a distribuição de poder.

Em outras palavras, a manutenção das normas de gênero é essencial para a preservação do *status quo* político e social. Como pontua MacLaren (2016), paradoxalmente, tanto as feministas que criticam Foucault quanto aquelas que o utilizam concordam em alguns pontos fundamentais, como a rejeição a metanarrativas totalizantes e a necessidade de desconstrução de modelos tradicionais de subjetividade.

A comparação entre a visão foucaultiana e a abordagem marxista também levanta uma questão importante. Enquanto o marxismo clássico dá primazia à luta de classes e à exploração econômica, frequentemente relegando questões de gênero a um papel secundário, Foucault desloca a atenção para as microrrelações de poder e para a forma como elas são incorporadas e reproduzidas nos corpos e instituições.

Acreditamos, nesse ponto, que a rejeição de Foucault às grandes narrativas e às estruturas normativas não deve ser vista apenas como um entrave, mas talvez como uma oportunidade para repensar as bases sobre as quais se constroem as práticas feministas. E “Essas práticas tanto permitem quanto restringem, além de a liberdade ser tida como situada dentro de matrizes materiais, institucionais e disciplinares. Concluo mostrando que sua ideia de práticas de si pode ser aplicada às práticas feministas contemporâneas” (MacLaren, 2016, p. 13).

Afinal, se o poder está em toda parte, conforme sugere Foucault, então as possibilidades de resistência e transformação também estão presentes em cada fissura e interstício do tecido social. Em vez de se ater apenas à superfície das discordâncias, seria mais produtivo explorar

as profundezas dessas aparentes contradições e extrair daí novas formas de compreender e combater as desigualdades de gênero.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais. (Foucault, 1988, p. 98 apud França; Brauner, 2018, p. 3).

Desse modo, ao olharmos para as possíveis interseções entre o pensamento de Foucault e o feminismo, fica claro que, mesmo com as críticas fortes, especialmente sobre a concepção de poder e subjetividade, há um campo rico de convergências. As feministas que se debruçam sobre a obra de Foucault não estão apenas indo contra suas ideias; estão, na verdade, pavimentando novos caminhos e ressignificando conceitos para jogar luz na complexa rede de relações de poder na sociedade.

Embora muitas feministas reconheçam a importância das contribuições foucaultianas para a análise do poder e dos discursos, há críticas em relação à sua concepção de sujeito. Isso porque, para Foucault, o sujeito é constituído historicamente por meio de práticas discursivas e relações de poder, o que, segundo algumas teóricas feministas, pode limitar a agência individual e a possibilidade de transformação social. Ou seja, ao enfatizar que o sujeito é sempre efeito de discursos e de contextos históricos específicos, Foucault não oferece um caminho claro para a ação política emancipatória, algo que é central para as propostas feministas que buscam justamente romper com as opressões estruturais e promover mudanças sociais concretas.

Segundo Rago (2016), as reclamações são baseadas na ligação entre subjetividade e ação moral e política. As ações morais e políticas são necessárias para a teoria e prática feministas enquanto estiverem ligadas a possibilidade de transformação individual e mudança social. Porém, Rago (2016, p. 82) também retifica que:

Assim como sua noção de poder tem dois aspectos: a dominação, que restringe; e o aspecto produtivo, que engendra, sua ideia de sujeito constituído pelo poder também tem dois aspectos; sujeitos têm um papel ativo na sua própria produção. Similarmente, as disciplinas tanto capacitam quanto restringem. E os sujeitos produzidos por meios delas não são apenas danificados e limitados por elas, mas também ganham força, habilidades e recursos.

Para exemplificar essa dinâmica, podemos citar o Estado patriarcal, que age por meio da submissão das mulheres às normas tradicionais e sexistas. Esse sistema atua como uma forma de poder disciplinar, moldando corpos, comportamentos e papéis sociais de acordo com uma lógica hierárquica de gênero. No entanto, mesmo sendo constituídas por esse sistema, as mulheres, na condição de sujeitos, também possuem ação ativa na sua emancipação e a capacidade de resistir a essas normas opressoras. Um exemplo claro dessa resistência é o próprio movimento feminista, que surge como uma forma de contestação e subversão das estruturas patriarcais, reivindicando novos discursos, direitos e espaços de atuação para as mulheres.

Portanto, é justamente nesse jogo dialético que mora o potencial revolucionário do encontro entre Foucault e o feminismo, um encontro que, com certeza, promete continuar desafiando e enriquecendo a luta por um mundo mais justo e igualitário, em que as mulheres possam ver e se verem como protagonistas de suas vidas.

3 O DISCURSO MISÓGINO UTILIZADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO GOVERNO BOLSONARISTA

Os pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro durante seu mandato, de 2019 a 2022, foram marcados por diversas polêmicas, entre essas declarações destacavam-se aquelas que expressavam posturas misóginas, autoritárias e anticientíficas. Esses posicionamentos demonstravam discursos que reforçavam valores conservadores, aprofundando as desigualdades históricas, especialmente aquelas de gênero, raça e classe.

Para compreender como esses discursos puderam emergir e reverberar nos diversos setores da sociedade, torna-se fundamental analisar as condições de possibilidade que viabilizam e disseminação desses enunciados, assim como sua associação com outros discursos que, de alguma maneira, perpetuam a opressão contra as mulheres na sociedade contemporânea.

Nesse norte, Foucault (2022, p. 34) explicita que:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluí.

Assim, ao analisar um enunciado o que buscamos é compreender a singularidade histórica e cultural de uma determinada formação discursiva, o que interessa e a elucidação do lugar de sujeito que determina e das condições históricas de possibilidade dos discursos (Passos, 2019, p.10).

Para essa análise, mobilizamos inicialmente alguns enunciados que emergiram dos pronunciamentos e entrevistas do ex-presidente Jair Bolsonaro e que foram produzidos em discursos que tinham como temática a mulher, materializando um posicionamento machista e patriarcal que ainda vê a existência da mulher como inferior e dependente do homem em vários aspectos sociais. Os enunciados, foco da análise, são:

“O homem, de sua costela, veio uma mulher”¹⁶;

“As mulheres estão praticamente inseridas à sociedade”¹⁷;

“Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”¹⁸;

¹⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html Acesso em: 28 jul. 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/hoje-as-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade> Acesso em: 28 jul. 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-declaracao-de-bolsonaro-sobre-tema-estados-lancam-campanhas-contra-turismo-sexual-23642854>. Acesso em: 28 jul. 2024.

“O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”¹⁹;
“Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”²⁰

“Uma notícia boa para as mulheres, né. Se bem que notícia boa para as mulheres é beijinho, rosas, presentes, férias. É isso mesmo? Isso que vocês gostam? Eu também gosto”²¹.

Para tanto, o quadro a seguir aponta a categorização dos enunciados proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto esteve à frente da presidência do Brasil, e foram retirados de entrevistas e de pronunciamentos ao longo do seu mandato, de 2018 a 2022, mostrando as regularidades enunciativas na construção de uma retórica misógina e conservadora.

Quadro 4 – Categorização dos enunciados pelas regularidades discursivas

Categoria	Enunciado
Violência simbólica e discursiva	Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade
Violência simbólica e discursiva	Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim
Violência simbólica e discursiva	O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer
Desqualificação do feminino	O homem, de sua costela, veio uma mulher
Desqualificação do feminino	As mulheres estão praticamente inseridas à sociedade
Normalização do estereótipo feminino.	Uma notícia boa para as mulheres, né. Se bem que notícia boa para as mulheres é beijinho, rosas, presentes, férias. É isso mesmo? Isso que vocês gostam? Eu também gosto.

Elaborado pela autora (2025)

As categorizações foram realizadas com base nas regularidades identificadas nos enunciados, considerando os elementos recorrentes que estruturam o discurso. Os dois primeiros enunciados foram categorizados a partir das regularidades discursivas identificadas, que mostram estratégias semelhantes de desqualificação da figura da mulher. Em ambos os casos, há um movimento de menosprezo às conquistas do movimento feminista, à ascensão das mulheres ao espaço público e à sua constituição como sujeitos autônomos e independentes. Tais

¹⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em: 28 jul.2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/patricia-campos-mello-processa-presidente-jair-bolsonaro/> Acesso em: 28 jul. 2024

²¹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/bolsonaro-afirma-que-noticia-bom-para-mulher-e-rosa-e-presentes-1.2726340>. Acesso em: 1 ago. 2024.

discursos recorrem a elementos de uma retórica religiosa conservadora e patriarcal, reforçando estereótipos de gênero e legitimando uma visão que limita o papel da mulher à esfera privada, emocional e subordinada.

Os três enunciados seguintes foram agrupados em uma mesma categoria por apresentarem, de forma explícita, conteúdos de cunho sexual, comprovando uma estratégia discursiva comum nos discursos do ex-presidente.

Já o último enunciado foi categorizado dentro da lógica de normalização do feminino, ao associar a mulher a elementos fúteis e frívolos. Ao afirmar que “mulher gosta é de presentes, rosa e férias”, o ex-presidente reduz a figura feminina a estereótipos superficiais, esvaziando sua dimensão política e intelectual. No contexto do discurso, essa afirmação contribui para deslegitimar a seriedade das pautas femininas, como a luta contra a violência de gênero, ao tratar as demandas das mulheres como menos urgentes ou menos relevantes frente a outras questões

Por meio dessa categorização é possível notar como tais enunciados reforçam as desigualdades de gênero por meio da desqualificação do feminino, da violência simbólica e da normatização do estereótipo feminino, elementos centrais na produção discursiva da violência contra a mulher no cenário político brasileiro.

Embora haja uma separação na categorização dos enunciados, em todos eles o discurso proferido pelo ex-presidente desqualifica a mulher seja por meio da violência simbólica, sustentada pelos efeitos de verdade produzidos pelo poder dominante, seja por meio da violência discursiva, que permite a reverberação desses enunciados através dos discursos, sobretudo pelas redes sociais, ampliando seu alcance e legitimidade social.

Os enunciados foram escolhidos porque materializam um posicionamento misógino do ex-presidente e uma forma de estimular a sujeição da mulher aos moldes tradicionais de opressão e violência. Os pronunciamentos não foram analisados em sua integralidade, somente os enunciados que tiveram destaque na mídia.

Além disso, a pesquisa buscou entender como esses discursos misóginos e machistas reativam "verdades" sobre os sujeitos, nesse caso as mulheres e de que forma essas verdades são historicamente construídas. Um exemplo disso, é o enunciado “Bela, recatada e do lar”, que sintetiza regimes de verdade estruturados ao longo do tempo e que reforça uma memória patriarcal. Essa construção sustenta a ideia de que a mulher deve ser bela, muitas vezes reduzida a um troféu para o marido, ao mesmo tempo em que precisa ser recatada, controlar seus impulsos e desejos, e permanecer restrita ao espaço privado, assumindo o papel de dona de casa e mãe.

Essa análise parte do pressuposto de que, mesmo após décadas de avanços, a presença das mulheres no espaço público ainda é questionada por setores conservadores. É justamente nesse contexto que o ex-presidente encontra terreno fértil para estruturar seu discurso político conservador, sobretudo ao direcionar ataques contra grupos minoritários.

Segundo Nogueira (2001) apud Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), os marcos internacionais da primeira onda do feminismo concentraram-se principalmente em questões civis e jurídicas. No entanto, conquistas como o direito ao voto e a possibilidade de as mulheres concorrerem a cargos eletivos, embora já tenham sido alcançadas em diversos países, ainda não foram suficientes para superar as dinâmicas sociais de desvantagem enfrentadas pelas mulheres.

Destarte, mesmo sendo uma pauta central da primeira onda feminista, é essencial que o debate sobre a participação política das mulheres seja de forma contínua no contexto atual, a fim de eliminar os estereótipos e os privilégios que associam ao gênero masculino a competência para ocupar espaços de poder.

Na perspectiva foucaultiana, a história não se desenvolve de forma linear e contínua, como defendem os teóricos do historicismo clássico. Ao contrário, Foucault propõe uma visão segundo a qual os saberes são organizados em diferentes regimes de verdade, próprios de cada período histórico. Esses regimes não evoluem de maneira progressiva, mas são marcados por rupturas, recomeços e mudanças abruptas. Ou seja, ao longo da história, ocorrem descontinuidades que afetam os processos históricos, os saberes produzidos e as relações de poder que os atravessam.

É fundamental salientar que ao se autodenominar defensor dos valores tradicionais e conservadores, o ex-presidente reforça um posicionamento contrário às políticas de igualdade de gênero, negando os avanços na inserção da mulher no espaço público e desacreditando os direitos conquistados pelo movimento feminista ao longo da história. Tal posicionamento não apenas deslegitima a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão, como também cria uma ruptura simbólica e discursiva com os marcos legais e sociais construídos ao longo das últimas décadas em prol dos direitos das mulheres.

Esses discursos fortaleciam suas políticas antiprogressistas, consolidando uma base de eleitores reacionários que compartilham do mesmo pensamento e resistem às mudanças sociais, especialmente às que promovem avanços nos direitos das mulheres.

Assim, a partir da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, as políticas voltadas ao combate da violência contra as mulheres e à promoção da igualdade de gênero entraram em declínio. Com a chegada de Bolsonaro à presidência, os setores responsáveis pela articulação da agenda progressista foram ocupados por representantes de ideais conservadores e

religiosos²². O slogan “Deus, pátria, família” criou um contexto propício à desarticulação das políticas públicas voltadas às mulheres.

De acordo com Biroli, Quintela e Tatagiba (2022), durante os governos petistas a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres com *status* ministerial foi interpretada como uma retificação histórica em favor dos movimentos feministas. Tal iniciativa representou uma conquista relevante para o avanço das agendas progressistas, consolidando os esforços para a promoção da igualdade de gêneros no Brasil.

Ainda de acordo com as pesquisadoras, em 2015, durante a crise política que antecedeu o golpe parlamentar de 2016, Dilma Rousseff implementou uma reconfiguração institucional ao fundir a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), culminando na criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Essa medida pode ser compreendida como uma estratégia de institucionalização de políticas interseccionais, destinada a fortalecer os direitos historicamente marginalizados e a promover uma agenda progressista no cenário nacional.

Com a ascensão da extrema direita após o golpe de 2016, o então presidente Michel Temer extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos, incorporando suas secretarias ao Ministério da Justiça e da Cidadania. Em 2017, essas estruturas foram transferidas para a Secretaria Geral da Presidência da República e, posteriormente, em 2018, passaram a integrar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

As autoras também apontam que a partir da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, observou-se um progressivo desmantelamento das políticas públicas direcionadas à promoção dos direitos dos grupos minoritários.

De acordo com as pesquisadoras:

Esse foi o percurso até que se chegasse, em 2019, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com ativação desse dispositivo institucional em uma perspectiva oposta aos objetivos para os quais foi criado. Sua criação é, de certo modo, o reconhecimento paradoxal de que as lutas pela institucionalização das políticas de gênero ganharam legitimidade. A novidade está na utilização desse espaço para políticas de gênero orientadas por perspectivas convencionais, como a da valorização da família. E, no que toca diretamente este artigo, em sua gestão por indivíduos com compromissos antagônicos àqueles dos movimentos feministas (Biroli, Quintela, Tabagiba, 2022, p.8).

²² Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13870-pesquisa-mostra-os-retrocessos-nas-politicas-para-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Nesse contexto, podemos destacar que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que como o próprio nome sugere, está alinhado a um posicionamento conservador e tradicionalista. O ministério promove a valorização da chamada “família tradicional brasileira”, baseada no casamento heterossexual e pautada em ideais patriarcais e religiosos. Tal orientação privilegia a manutenção de estruturas de poder assimétricas, reforçando, por exemplo, a submissão da mulher ao homem e reinterpretando preceitos bíblicos para sustentar determinadas políticas como a criminalização do aborto, frequentemente considerado um pecado e cuja proibição é exaltada como valor moral.

O MMFDH, segundo Biroli, Quintela e Tatagiba (2022, p.32) é:

Os cargos principais do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos são ocupados por mulheres que têm em comum o ativismo antiaborto, com atuação pública reconhecida, em uma perspectiva moral na qual a família, a infância e os “não nascidos” têm prioridade em relação as mulheres como sujeitos de direitos.

Entre as principais lideranças do MMFDH, figuram Damares Alves, Cristiane Britto e Ângela Gandra Martins, cujos discursos e práticas políticas reforçavam pautas antifeministas e se posicionavam firmemente contra a legalização do aborto, alinhando-se a uma agenda conservadora e religiosa.

A ruptura promovida por esses discursos em relação à agenda progressista anteriormente em curso dá origem a um novo acontecimento discursivo, no sentido foucaultiano, que não apenas expressa posições conservadoras, mas também produz efeitos de verdade alinhados a uma lógica patriarcal, religiosa e antidemocrática. Tais discursos reorganizam o campo do dizível e passam a legitimar políticas públicas que reforçam desigualdades, impactando diretamente as ações voltadas à promoção da igualdade de gênero no Brasil.

Politicamente, o ex-presidente Jair Bolsonaro utilizava esses discursos como estratégia de governo, fortalecendo não apenas a misoginia, mas também a exaltação de valores patriarcais como um sistema regulador dos 'bons costumes' e dos valores tradicionais, alinhando-se a uma perspectiva neoconservadora da sociedade brasileira.

Esse tipo de posicionamento, adotado pelo ex-presidente em seus discursos, nos quais a mulher é a pauta principal, sustenta estruturas de poder patriarcais e cria condições para a perpetuação da violência simbólica contra as mulheres, uma forma de violência historicamente recorrente. Além disso, ao utilizar seu lugar privilegiado de fala, o ex-presidente contribuiu para o retrocesso nas políticas de igualdade de gênero e no combate à violência contra a mulher.

Assim, é importante reforçar que as condições de emergência desses enunciados caracterizam práticas conservadoras e patriarcais, reforçadas por governos de extrema direita.

Porém, é necessário entender que os enunciados não devem ser reduzidos a meras opiniões ou representações sociais generalizáveis, mas sim como a constituição e construção do objeto (Passos, 2019, p. 10).

Implicitamente, esses discursos abrangem um emaranhado de possibilidades, seja na busca por apoiadores que compartilham dessa visão tradicional difundida nos enunciados, seja como estratégia para obter maior visibilidade midiática em momentos de fragilidade política, como nos casos de propagação de *fake news*, acusações de corrupção, entre outros.

Dessa forma, faz toda diferença, na repercussão do discurso, quem o enuncia (ou seja, a posição de sujeito que ocupa quem enuncia) e as condições de possibilidades da sua enunciação. No caso dos enunciados proferidos por Jair Bolsonaro, sua posição social como presidente era privilegiada pela época histórica no qual esses discursos estavam circulando era propício a pensamentos de opressão à minoria.

Para compreender esses discursos, partimos da premissa de que os sujeitos são constituídos pelas formações discursivas que abordam a misoginia dentro do contexto político. Além disso, é essencial analisar como as condições históricas determinam quais discursos são legitimados e quais são silenciados.

Os enunciados mobilizados para análise seguem as regularidades discursivas comuns às relações estabelecidas no campo associado, fazendo alusão a discursos passados que reativam práticas patriarcais e reforçam a ideia de que o lugar da mulher é no espaço privado. Além disso, os enunciados atuais abrem um campo de possibilidades para a emergência de novos discursos que sustentam e legitimam a violência contra a mulher.

Os enunciados misóginos que emergem dos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro demonstram um padrão de repetição ao longo de sua carreira política. Quando ainda era deputado, por exemplo, ele ofendeu a então deputada Maria do Rosário, afirmando: 'Ela não merece porque é muito ruim, porque é muito feia, não faz meu gênero. Jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece'

As regularidades nos enunciados analisados concentram-se, principalmente, em citações religiosas que reforçam a sujeição da mulher a papéis privilegiados pelo sistema patriarcal, colocando-a em uma posição de inferioridade em relação aos homens. Além disso, destacam-se discursos que contêm referências sexuais, nos quais a mulher é subjetivada como objeto de desejo e futilidade.

Para compreender a dinâmica discursiva do governo Bolsonaro, abordaremos no próximo tópico, de forma breve, o fenômeno do Bolsonarismo. Analisaremos como esse movimento se articula com elementos típicos do populismo de extrema-direita, da religiosidade

exacerbada e de um nacionalismo conservador. Dentro dessa perspectiva, também será destacado o conceito de "Guerra Cultural", utilizado como estratégia discursiva e simbólica pelo governo, com o objetivo de criar inimigos internos, sobretudo aqueles que defendem os direitos de grupos marginalizados.

3.1 Guerra cultural e manipulação da informação: o papel da mídia e das redes sociais na estratégia política do bolsonarismo

A ideia de guerra cultural, amplamente difundida pelo bolsonarismo, tem suas raízes em uma estratégia discursiva que busca transformar debates políticos em um conflito existencial entre o bem e o mal. Rocha (2021) diz que o bolsonarismo assimilou a guerra cultural como um método de mobilização política permanente, convertendo adversários políticos em inimigos existenciais a serem eliminados: “Salvo engano, a função de uma granada é explodir. Na mentalidade do ministro, que, num dia que já parece distante, foi ungido como superministro, o inimigo deve mesmo ir pelos ares. Poucas vezes a brutalidade de uma metáfora infeliz foi tão reveladora” (p.182).

A ascensão da extrema direita no Brasil atingiu um padrão semelhante ao dos Estados Unidos da América - EUA, utilizando redes sociais, desinformação e manipulação emocional para consolidar uma base militante ativa. Como aponta Sahd (2024, p. 3), o bolsonarismo consiste em:

[...] reproduz essas representações estruturadas de forma verticalizada, que também são difundidas por meio de robôs e perfis falsos e não excluem elementos espontâneos de produção e reprodução, explorando medos, preconceitos e posições politicamente regressivas arraigadas no senso comum.

Entendemos que essa influência se manifestou no uso de narrativas conspiratórias, na difusão de *fake news* e na exploração da pauta do nacionalismo cristão, elementos centrais tanto no trumpismo quanto no bolsonarismo.

Diante desse espectro observado por olhos mais atentos à conjuntura política do país, as redes sociais desempenharam um papel de catalisador de discursos na construção e consolidação da extrema direita brasileira, pois elas funcionaram como espaços de articulação, mobilização e difusão de discursos polarizadores. No caso do bolsonarismo, a internet possibilitou a formação de comunidades digitais que atuam em torno de uma lógica de guerra política por meio de agressões, desinformação e hostilidade sistemática contra adversários políticos.

Dibai e Dalmonte (2022, p. 143), em atenção a esse clima político, asseveram que a comunicação digital dos apoiadores de Bolsonaro baseava-se na interconexão de afetos, criando um ambiente de “[...] comunicação polarizada ancorada em blocos retóricos complementares e concomitantes de amor ao líder e ódio aos oponentes”. Os referidos autores argumentam que o bolsonarismo ainda utiliza uma estratégia de construção de inimigos não apenas na esquerda, mas em diversos setores da sociedade, promovendo uma política de segregação e destituição do outro como mecanismo de restrição democrática, configurando um fenômeno que demonstra como a militância digital bolsonarista se estruturou em redes sociais como Telegram, Twitter e Facebook para consolidar uma retórica populista e autoritária, reforçando a polarização política no país.

Em consequência, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, foi o desdobramento de um processo de radicalização política que se intensificou, como exposto, a partir dos protestos de 2013, favorecendo um ambiente de ascensão de discursos populistas e autoritários, que se consolidaram nas redes sociais como uma guerra cultural contra a esquerda e instituições democráticas.

Segundo Dibai e Dalmonte (2022, p. 145), “[...] a base bolsonarista reproduz marcas de 'amor' por Bolsonaro, edificando um processo de culto ao líder [...] e de aversão aos opositores, que apesar de não ser incomum na história política brasileira, ressurgiu agravada, escancarada e violenta”. Entendemos disso, que a dinâmica se alinha à análise de Rocha (2021, p. 58), que argumenta que a ascensão bolsonarista foi construída por meio da “retórica do ódio”, que transformou a política em um campo de batalha onde o inimigo não deve ser destruído, mas eliminado.

Nesse viés, deduzimos que a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil foi sustentada por um forte discurso contra o “sistema”, o qual mobilizou setores conservadores relevante e expressivos contra as instituições democráticas tradicionais, como a imprensa, o judiciário e os partidos políticos, o que, de fato, aconteceu por meio de uma retórica simplista e de cunho conspiratório, que estruturou um antagonismo entre “o povo de bem” e “as elites corruptas”, criando um cenário no qual qualquer oposição era retratada como inimiga da nação.

Para Sahd (2024, p. 4), “[...] a demonização das instituições democráticas pelo bolsonarismo é parte de um projeto político que busca deslegitimar a oposição e fortalecer um conservadorismo ideológico e anti-institucional”. A reconfiguração do conservadorismo no Brasil também esteve diretamente ligada à aliança entre Bolsonaro, setores militares e grupos religiosos, isso porque a sua campanha resgatou elementos do moralismo religioso para fortalecer a ideia de que sua vitória representava uma luta entre o bem e o mal, por meio,

especialmente, de evangélicos e católicos ultraconservadores em defesa de valores atinentes “pátria” “família” e “Deus”.

Como bem observa Sahd (2024, p. 10), “[...] a retórica bolsonarista se apropriou da simbologia cristã e militar para explicar um projeto autoritário, no qual os opositores são vistos como inimigos a serem eliminados”. A partir disso, a aliança estratégica garantiu ao bolsonarismo um espaço privilegiado na política institucional, ao mesmo tempo em que reforçou sua base social e ideológica, tornando o conservadorismo brasileiro mais radical e beligerante.

A disseminação de notícias falsas e desinformação foi um dos principais instrumentos utilizados pelo bolsonarismo para consolidar sua base eleitoral e enfraquecer seus opositores. Narrativas “fabricadas” promoveram um conjunto de factoides descritos “[...] como “A guerra do Brasil”, indicando maniqueísmo e belicosidade. Reforça a estigmatização do outro a “ideologia de gênero” e as menções ao suposto “Kit gay”, apresentados como parte do plano comunista global para destruir o capitalismo, o Ocidente e os valores cristãos”, que foram amplamente difundidas nas redes sociais e desenvolvidas para alimentar a polarização política no Brasil.

Segundo Ribeiro e Modesto (2023, p. 1), “[...] No cenário brasileiro, a polarização está presente em diversos contextos, principalmente no contexto político e pode ser capaz de influenciar o endosso de notícias falsas”. Outrossim, os autores destacam que a crença em notícias falsas é reforçada pelo efeito de bolha das redes sociais, em que algoritmos selecionam conteúdos que confirmam como pré-existentes do usuário, reduzindo sua exposição a informações divergentes (Ribeiro; Modesto, 2023), ou seja, a desinformação fortaleceu o bolsonarismo como movimento político e contribuiu para o enfraquecimento do debate democrático no país.

3.1.1 O Discurso político e a construção de inimigos

O bolsonarismo pode ser compreendido como um regime populista autoritário, alinhado a estratégias discursivas semelhantes a outros líderes de extrema direita ao redor do mundo, como Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orbán na Hungria e Rodrigo Duterte nas Filipinas. Uma característica central desse tipo de populismo é a construção de uma narrativa que opõe o “povo de bem” aos inimigos internos e externos, promovendo um discurso de deslegitimação das instituições democráticas.

Na perspectiva de Sahd (2024, p. 8), “Após o governo Temer, a polarização chegou ao paroxismo em 2018, desdobrando-se em violência simbólica cotidiana e, em diferentes circunstâncias, física e até assassinatos. A prisão de Lula e a surpreendente eleição de Bolsonaro são desfechos dessa década *sui generis*, com o capitão capitalizando o antipetismo”. Isso se justifica porque, “[...] carente da faculdade da razão, o outro é deslegitimado e demonizado. A banalização dessas expressões demonstra o esvaziamento do debate público, característico dos fascismos (Sahd, 2024, p. 4).

A retórica populista bolsonarista também compartilha semelhanças com a *alt-right* norte-americana, principalmente na forma como transforma o debate político em uma guerra cultural, mobilizando ressentimentos e frustrações sociais. Como aponta Rocha (2021, p. 45), quando fala do tratamento dado aos políticos do PT: “Como conciliar o apuro formal com o rito jurídico e o grosseiro esforço de desumanização dos adversários políticos? Pois é bem esse o propósito da retórica do ódio, qual seja, transformar o outro num nada, de modo a permitir sua eliminação simbólica”.

Nesse intento, a desinformação e a difusão de notícias falsas foi um divisor de águas, como demonstrado por Ribeiro e Modesto (2023), que asseveram que a polarização política intensifica a adesão a notícias falsas, especialmente entre grupos que já possuem um posicionamento ideológico consolidado, resultando na legitimação de discursos manipulados como verdades absolutas.

Ademais, a construção de inimigos comuns é um elemento essencial da estratégia bolsonarista, utilizada para fortalecer sua base de apoio e desviar o foco de crises políticas e econômicas. Os alvos principais dessa construção são "comunistas" e "globalistas", categorias amplas que englobam qualquer grupo ou indivíduo que se oponha ao governo. Como observam Dibai e Dalmonte (2022, p. 146), o que levou Jair Bolsonaro e a extrema direita ao poder no Brasil foram as “[...] exaltações ditatoriais, sedimentos segregativos, soluções violentas, intolerância a pluralidade (religiosa, sexual, identitária, ideológica), desfazimento de consensos históricos, rechaço aos direitos humanos e rejeição a políticas de mobilidade social”.

Como será discutido no próximo tópico, a análise dos enunciados que emergem dos pronunciamentos do ex-presidente demonstra que os grupos minoritários foram priorizados como principais alvos na construção simbólica de inimigos durante o governo Bolsonaro. As mulheres, em especial, foram frequentemente visadas por discursos que buscavam desqualificar sua participação política, relativizar suas demandas por direitos e reforçar estereótipos de gênero, contribuindo para a manutenção de uma lógica patriarcal e excludente no espaço público.

Nesses discursos, a mulher é frequentemente desqualificada como sujeito histórico de direitos, sendo retratada de forma estereotipada, emocional e submissa. Essa representação nega sua trajetória de conquistas políticas e sociais, apagando o papel ativo que as mulheres desempenham na luta por igualdade e justiça. Ao deslegitimar suas reivindicações, o discurso político reforça estruturas de poder patriarcais, reformulado assim regimes de verdades vigentes.

Com a vitória do ex-presidente em 2018, as políticas públicas voltadas às mulheres passaram a adotar uma visão predominantemente familiar, exposta pela criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Sob o comando da pastora Damares Alves, figura de perfil extremista, evangélica e ultraconservadora, sendo que o ministério passou a defender a permanência e a submissão da mulher à esfera privada, exaltando os valores tradicionais e patriarcais que reforçam a diferenciação desigual entre os gêneros (Alves, Tavares, 2023).

Ao ser indicada para o comando do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora Damares Alves rapidamente deixou claro a que veio e quais seriam suas prioridades, ao conceder uma entrevista ao jornal *O Globo*. Na ocasião, suas declarações refletiram um alinhamento com pautas morais conservadoras, priorizando a defesa da família tradicional, o combate ao que chamou de “ideologia de gênero” e a valorização dos papéis tradicionais da mulher na sociedade.

Em seu pronunciamento, ao ser questionada que a mulher nasceu para ser mãe, ela afirmou:

Mas a mulher nasceu para ser mãe, porque nasceu com útero. Nesse planeta Terra, a fêmea nasce com útero para gerar. Então eu não menti. A mulher nasce para ser mãe. Se ela não quer ser mãe, é uma opção dela, mas a mulher nasceu, sim, para ser mãe. Isso é tão instintivo, da natureza humana, que mesmo aquelas que não querem ser mães vão dizer “puxa, eu podia ter sido mãe”. Então a veia salta dizendo que é direito da mulher não querer ser mãe. Eu concordo, mas é uma luta contra a natureza humana. Quem manda são as regras biológicas, que nos fizeram com peito, útero, ovário e trompas, para gerar (Portinari, 2018).²³

Suas falas indicavam uma agenda voltada não para a ampliação de direitos, mas para a manutenção de normas patriarcais e valores religiosos conservadores, promovendo uma visão que esvaziava as reivindicações feministas e menosprezava o poder de decisão das mulheres

²³ PORTINARI, Natália. 'Homens e mulheres não são iguais', diz futura ministra de Direitos Humanos. *Jornal O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/homens-mulheres-nao-sao-iguais-diz-futura-ministra-de-direitos-humanos-23285553>. Acesso em: 21 abr. 2025.

sobre seus próprios corpos, especialmente no que diz respeito à escolha de ser mãe ou não. Essa postura reforça uma lógica de tutela do Estado sobre os corpos femininos, negando-lhes autonomia e subjetividade.

Esse posicionamento é reafirmado quando Damares Alves é questionada se, em sua visão, o papel da mulher se restringe à procriação;

É raça humana. O homem é protetor, provedor, cuidador. Mas a raça humana mudou. Então a gente briga com a natureza. A civilização está mudando e a gente tem que ir para o mercado de trabalho, mas eu gostaria de ter um mundo em que a mulher só trabalhasse se quisesse. Mas não temos essa opção hoje, precisamos trabalhar para sobreviver. Algumas têm prazer em trabalhar, eu, por exemplo. Eu sou privilegiada, porque sou muito feliz com o que eu faço. Mas nem todos são felizes (Portinari, 2018).

Em sua fala, a ministra Damares Alves, reverbera que: *"É raça humana. O homem é protetor, provedor, cuidador [...] eu gostaria de ter um mundo em que a mulher só trabalhasse se quisesse"*, e apresenta uma idealização da ordem natural dos papéis de gênero, em que o homem é visto como provedor e a mulher como figura doméstica por excelência.

Apesar de reconhecer a entrada feminina no mercado de trabalho como uma necessidade imposta pelas condições econômicas, seu discurso romantiza uma estrutura patriarcal, em que a mulher trabalharia apenas por escolha e não por necessidade ou desejo de emancipação. Essa visão reforça uma desigualdade estrutural, pois não reconhece o trabalho como um direito e uma forma de autonomia feminina, mas como um desvio da “natureza” da mulher.

Assim, o que é possível analisar no bolsonarismo, especialmente na construção de inimigos ligados à pauta da igualdade de gênero, é a utilização estratégica de discursos que desqualificam e deslegitimam movimentos feministas e políticas de gênero. Tais discursos não apenas reafirmam papéis tradicionais e hierarquizados entre homens e mulheres, como também posicionam a luta por igualdade como uma ameaça à “ordem natural” da sociedade, criando uma narrativa de confronto entre valores “tradicionais” e “progressistas”. Dessa forma, as mulheres, especialmente as que reivindicam autonomia, direitos sexuais e reprodutivos são retratados como inimigas simbólicas de um projeto político que se ancora no conservadorismo moral, no autoritarismo e na negação de direitos fundamentais.

No próximo tópico, portanto, será feita a análise do *corpus* formado por enunciados misóginos retirados dos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato (2019-2022). Investigamos de que forma esses enunciados são construídos como regimes de verdade por figuras como Bolsonaro, além de explorar como esses discursos funcionam como

estratégia política para angariar novos simpatizantes de um posicionamento conservador e reacionário.

4 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS E A DESLEGITIMAÇÃO DO FEMININO NO BOLSONARISMO

A análise dos enunciados que se seguem tem como objetivo compreender de que modo os discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro produzem e reforçam a desqualificação do feminino no espaço político e social. Partindo de uma perspectiva foucaultiana, considera-se que tais enunciados não operam de forma isolada, mas são constantemente reatualizados pela memória discursiva, que faz circular sentidos historicamente sedimentados e delimita o que pode ser dito, pensado e legitimado em determinado contexto histórico.

É importante realizar essa contextualização, pois os enunciados misóginos do ex-presidente encontram um campo fértil para circular e se disseminar, justamente por serem sustentados por uma memória discursiva patriarcal profundamente sedimentada no seio da sociedade conservadora brasileira, o que favorece sua aceitação e legitimação.

Dessa forma, a primeira categoria a ser analisada será aquela que investiga como esses discursos operam como formas de violência simbólica e discursiva, atuando tanto na desqualificação do feminino quanto na objetivação do corpo feminino.

4.1 A primeira categoria de enunciados Violência Simbólica e Discursiva

Nesta categoria, examinam-se três enunciados que emergem de pronunciamentos realizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em diferentes ocasiões. Além de atuarem como instrumentos de desvalorização do feminino, tais discursos também reforçam e propagam a violência simbólica e discursiva nos contextos em que circulam.

4.1.1 Análise do primeiro enunciado

Assim, no âmbito dessa primeira categoria de análise, o primeiro enunciado examinado foi extraído de uma reportagem veiculada em 25 de abril de 2019, durante um café da manhã com jornalistas de diferentes veículos de comunicação, ocasião em que o então presidente afirmou:

*“O Brasil não pode ser o paraíso do turismo gay. Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora não pode ficar conhecido como o paraíso do mundo gay aqui dentro.”*²⁴

O primeiro enunciado emerge a partir de condições de possibilidades específicas, durante esse café da manhã no qual o ex-presidente é questionado sobre a recusa do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque em sediar uma homenagem a ele como “o homem do ano”.

Na mesma ocasião, o prefeito Bill de Blasio comemorou pelo Twitter o cancelamento do evento, o prefeito ainda criticou a postura do ex-presidente Jair Bolsonaro diante dos grupos minoritários como LGBTQIAPN+ e suas ações destrutivas referente as leis ambientais²⁵.

Ao ser questionado sobre a declaração de Bill de Blasio sobre ser racista e homofóbico, o ex-presidente Bolsonaro justificou que desde 2009 ele começou a ser atacado pelo mundo todo ao se posicionar contra o kit gay. Então ele aderiu a uma pauta mais conservadora, alegando que Brasil não poderia ser visto como um país de turismo gay, “mas quem quiser vir fazer sexo com uma mulher que fique à vontade”²⁶.

O enunciado, “..., mas quem quiser vir fazer sexo com uma mulher que fique à vontade”, reativa uma memória discursiva que normaliza o turismo sexual no Brasil, subjetivando a mulher brasileira a um objeto sexual.

É necessário salientar, que esse enunciado é sustentado por práticas discursivas que ao longo da história privilegiou regimes de verdades que padronizam a erotização e a subjetivação do corpo da mulher brasileira desde a colonização. A exaltação da mulher nativa brasileira era percebida como uma idealização marcada por erotização e exotismo, refletindo uma visão colonizadora que reduzia sua identidade a atributos físicos e simbólicos ligados ao desejo e à sensualidade. Essa valorização, longe de reconhecer sua humanidade plena, reforçava estereótipos que a colocava como objeto de fascínio e submissão frente ao olhar europeu. “Assim, as índias no período colonial, são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação a palidez sem graça das mulheres europeias” (Baseggio; Silva, 2015, p. 22).

²⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/apologia-de-bolsonaro-a-exploracao-sexual-de-brasileiras-e-repudiada-nacionalmente>

²⁵ Disponível em: <https://exame.com/mundo/seu-odio-nao-e-bem-vindo-aqui-diz-prefeito-de-nova-york-a-bolsonaro/>

²⁶ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraíso-gay.html>

As narrativas representativas da exuberância e da sexualidade da mulher brasileira sempre reverberaram por vários espaços sociais e constitui até hoje o imaginário masculino, principalmente dos homens estrangeiros.

Bocayuva (2001, p.17), na obra que analisa os textos de Gilberto Freyre, afirma que cresceu vendo filmes com mocinhos que “são envolvidos pela dança, pela música sensual e pelos braços morenos das nativas”. Um detalhe que não passa despercebido pela autora é que esses mocinhos são estrangeiros (americanos ou europeus) e que a nativa é sempre vista sob uma perspectiva sedutora e hipersexualizada. Bocayuva (2001, p.17) ainda complementa, “Nesses filmes, o Brasil aparecia como um paraíso para o amor romântico e sem compromisso, e a sensualidade das morenas seria sua mercadoria mais valiosa”.

Com base na narrativa da autora é possível constatar a emergência de uma simbologia fantasiosa em torno da imagem da mulher brasileira, construindo discursos que a caracteriza como objeto do imaginário desejoso dos estrangeiros.

Além disso, essa simbologia cria condições de possibilidades que fazem emergir determinadas práticas discursivas que agem sobre os modos de subjetivação desses sujeitos, criando condições para fortalecer a ideia de que o Brasil é realmente um país do turismo sexual.

Por meio de regimes de verdades que atravessam a história, pois embora essas verdades sofram transformações ao longo do tempo, os resquícios dessa forma de objetificação feminina ainda estão presentes em discurso conservadores e misóginos, como esse do ex-presidente.

Observando ainda o processo de construção discursiva em torno da subjetivação da mulher brasileira, como um produto sexual a ser explorado no Brasil, a pesquisadora Kajihara (2010) faz uma análise de como um determinado período histórico em que o próprio Estado promoveu a imagem sensual da mulher com atrativo turístico em campanhas publicitárias da Embratur.

Kajihara (2010) faz um resumo publicitário do período de 1966 a 2008, analisando materiais promocionais e informativos produzidos pela Embratur para divulgar o Brasil para os turistas, segundo a pesquisadora, as imagens disponibilizadas pela empresa influenciavam os fluxos de turismo destinados ao Brasil.

De acordo com Kajihara (2010), a criação da Embratur se deu em pleno regime Ditatorial Brasileiro e foi gerida totalmente pelo poder público. Na época da ditadura militar a Embratur foi usada como um dos instrumentos para ocultar as repressões e torturas que ocorriam no país (Kajihara, 2010 *apud* Santos Filho 2004, p. 2).

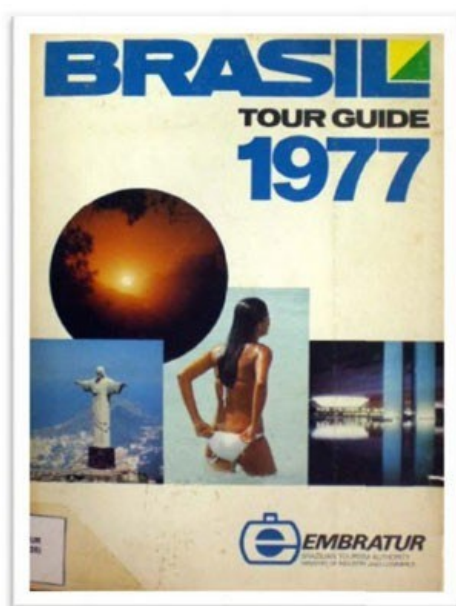
Segundo Kajihara (2010), durante a década de 70, quando o regime ditatorial estava em seu auge mais violento, a Embratur passou a promover os três estereótipos brasileiros, o Rio de Janeiro, o carnaval e a mulher brasileira.

Assim:

A estratégia consistiu em montar uma propaganda política oficial que seria veiculada por meio de um órgão de turismo, em que as belezas do Brasil serviriam para ocultar o que de fato estava ocorrendo no país. Com um apelo voltado à plástica da mulher brasileira, ao carnaval e a hospitalidade do povo em receber o turista estrangeiro, criaram-se instrumentos que exploravam o lúdico das pessoas, transmitindo uma mensagem de otimismo e ufanismo nacionalistas (Kajihara, 2010 apud Santos Filho, 2004, p.2).

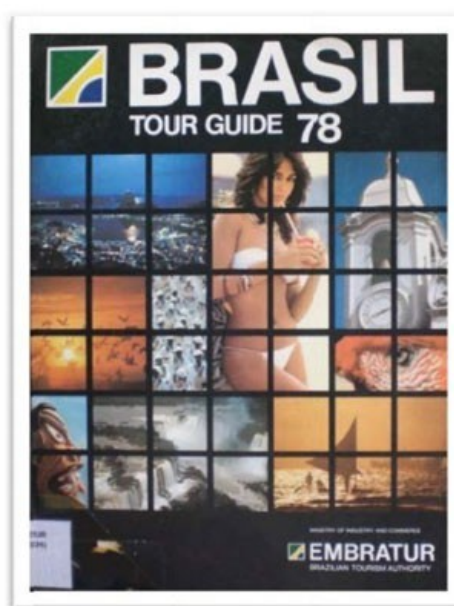
Abaixo veremos algumas das publicações que usavam a mulher brasileira como atrativo turístico.

Figura 1 – Guias da Embratur



Fonte: Kajihara (2010)

Figura 2 – Guias da Embratur



Fonte: Kajihara (2010)

Podemos verificar que no guia de promoção do turismo, desenvolvido pela Embratur, a mulher é o foco principal. Para atrair a atenção, ela está de biquíni, o que nos faz associar à praia, ao sol e ao Rio de Janeiro. Os trajes de banho são deliberadamente dispostos para destacar o corpo bem cuidado, servindo como um atrativo para os turistas do sexo masculino. Ainda que o folheto contenha outras imagens, é possível interpretar que o principal “produto” ali comercializado é a própria figura da mulher.

É fundamental demonstrar que as regularidades discursivas presentes tanto nos enunciados veiculados pela Embratur, em 1977, quanto nas declarações do ex-presidente Jair

Bolsonaro, em 2022. A frase “Quem quiser vir fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” atualiza e reforça o mesmo imaginário construído pela campanha da Embratur, que “comercializa” a imagem da mulher brasileira como um objeto sexual voltado ao consumo de estrangeiros. Dessa forma, estabelece-se um campo discursivo associado, no qual diferentes enunciados se articulam para perpetuar uma mesma lógica de erotização e objetificação da mulher.

Sobre essa atualização de discursos ao longo da história, Foucault (2022, p. 28-29) afirma:

(...) as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (...) A constituição de uma obra completa ou de um opus supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas.

Porém, Foucault (2022) ainda nos adverte que mesmo que os enunciados sejam idênticos entre si e que tenham o mesmo sentido, não podemos afirmar que são absolutos, pois emergem a partir de acontecimentos discursivos específicos. A campanha turística da Embratur emerge do acontecimento “Ditadura Militar”, que visava criar uma estratégia para maquiagem a violência e a repressão do Estado, vista de forma pouco positiva pelo exterior.

Por outro lado, o enunciado que emerge do discurso do ex-presidente está articulado ao acontecimento da “ascensão da extrema-direita no Brasil”, de modo que politicamente permite engajar seus eleitores (seu campo político) ao mesmo que desvia a atenção do cancelamento de sua homenagem no Museu de Nova Iorque. Para refutar as declarações do prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio diz que ele é homofóbico, ele declara que sua posição não é essa, mas que não concordaria com a transformação do Brasil em uma nação de gays.

O enunciado cortado da entrevista do ex-presidente Bolsonaro atualiza a memória que reinterpreta a mulher brasileira como receptiva aos ataques estrangeiros. Normalmente, essa “receptividade” ocorre por interesse, principalmente pela narrativa de posses, que sugere que o homem de uma nação avançada tem a capacidade de proporcionar uma “vida melhor”

O enunciado “... quem quiser vir para fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” reforça, portanto, a noção de turismo sexual, ao mesmo tempo que reaviva essa memória discursiva que enaltece a “brasileira nativa” como pronta para satisfazer os desejos sexuais dos estrangeiros.

É crucial questionar como, em pleno século XXI, com as conquistas notáveis do feminismo ao longo dos anos, a promoção da igualdade de gênero e a maior participação

feminina em vários âmbitos sociais, esse tipo de afirmação machista ainda é dito e aceito pela sociedade.

É necessário considerar as condições de possibilidades históricas para a emergência que, com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e a ascensão da direita ao poder no Brasil, foi instaurado uma cultura de ódio baseada em atitudes e comportamentos hostis, discriminatórios ou violentos que são promovidos ou normalizados.

Esses comportamentos geralmente são voltados para os grupos minoritários (negros, as mulheres e a classe LGBTQIAPN+), como já dito, a eleição de Jair Bolsonaro circunscreveu possibilidades para que os discursos misóginos, homofóbicos e racistas fossem permitidos de serem ditos. Isso foi possível porque o momento histórico foi favorável para que esses enunciados fossem produzidos, representando por uma sociedade conservadora, autoritária e com um posicionamento pautado muitas vezes em regimes de verdades religiosas.

Podemos analisar essa “permissão” para que esse tipo de enunciado exista em uma determinada época histórica (eleição do Bolsonaro) por meio das teorias de Foucault (2014), sobre a circulação dos discursos. De acordo com o autor, o que pode ou não ser dito em determinada sociedade é ajustado pelas redes de poder e as normas de poder aceitas naquele momento no qual o discurso é proferido.

Para Foucault (2014), certos discursos ainda podem ser legitimados ou silenciados, dependendo do momento histórico vigente, geralmente o que pode ser dito é valorizado e apreciado por aquele meio social, o que pode incluir as verdades e os valores predominantes. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p.9

No caso dos discursos bolsonaristas, o que se observa é a objetivação da mulher como ser essencialmente emocional, subordinado, domesticado, uma construção histórica sustentada por enunciados que naturalizam essas posições. A mulher, assim, é transformada em objeto de saber e de controle, definida a partir de valores religiosos, morais e familiares, e inserida em uma lógica de poder que delimita o que ela deve ser, fazer e desejar. Esses discursos, portanto, não apenas falam sobre a mulher, mas produzem a mulher como um certo tipo de sujeito subordinado, reforçando sua exclusão simbólica do espaço público e político.

Nesse contexto, o processo de objetivação se mostra fundamental, pois antes de um sujeito existir como tal, ele precisa ser construído como objeto de saber e de controle. No caso dos discursos misóginos analisados, as mulheres são transformadas em objetos discursivos reduzidas a estereótipos, fragilizadas, sexualizadas ou excluídas do espaço público.

Assim, Foucault (2004, p. 235) ressalta:

Essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de "jogos de verdade": ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras. Mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso. Em suma, a história crítica do pensamento não é uma história das aquisições nem das ocultações da verdade; é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das "veridicções", entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos: quais foram as condições dessa emergência, o preço com o qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constituiu, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o a priori histórico de uma experiência possível.

A objetivação da mulher como objeto sexual está vinculada a um conjunto complexo de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos que, ao longo do tempo, sustentaram práticas discursivas de exclusão e subalternização. Historicamente, a herança colonial impôs uma visão hipersexualizada da mulher brasileira, associando seu corpo a uma disponibilidade erótica voltada ao olhar masculino, especialmente o estrangeiro, imagem amplificada por discursos que reforçam a separação entre os espaços público e privado, destinando às mulheres uma função restrita à esfera doméstica.

Socialmente, essa objetivação é mantida por regimes de verdade patriarcais e machistas, que agem como dispositivos de poder capazes de naturalizar desigualdades, sustentando concepções que reduzem o feminino ao emocional, ao frágil ou ao disponível. Todos esses fatores estão conectados às condições de possibilidade, nas quais se definem os limites do que pode ou não ser dito, pensado e legitimado em determinado tempo histórico.

O mandato do ex-presidente Bolsonaro foi caracterizado por várias declarações misóginas e pela destruturação de políticas públicas focadas na igualdade de gênero e na luta contra a violência contra a mulher. O emprego desses discursos foi frequentemente utilizado como tática política para atingir grupos específicos de apoiadores. No enunciado acima, nota-se o reforço dessa perspectiva da mulher como mercadoria sexual e um convite explícito para que estrangeiros busquem esse tipo de "entretenimento".

Sob a perspectiva feminista, essa declaração representa um enfrentamento a esses discursos que advogam pela emancipação e autonomia do corpo feminino, além de defender uma posição contrária à exploração da mulher como objeto sexual. O enunciado também sugere um apagamento das concepções feministas que propõem a reconfiguração dos discursos sobre a sexualidade feminina.

O próximo enunciado do ex-presidente a ser analisado inscreve-se na mesma regularidade discursiva, a que tratam do corpo da mulher e a forma como ele é objetivado.

4.1.2 Análise do segundo enunciado

O segundo enunciado a ser analisado emerge de uma declaração feita a repórteres e simpatizantes em 18 de fevereiro de 2020. A declaração refere-se à reportagem da jornalista Patrícia Campos Mello, que denunciou um esquema irregular de disparos de mensagens anti-PT durante as eleições de 2018, financiado por empresários²⁷. A reportagem também mostrou o uso irregular de CPFs de idosos para registrar chips de celular e criar robôs responsáveis pelo envio em massa de mensagens falsas via WhatsApp.

As declarações de Bolsonaro ocorreram após o depoimento de Hans River na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News* no Congresso Nacional. Hans, ex-funcionário da empresa de marketing digital Yacows, que atuou na campanha eleitoral do ex-presidente, trouxe informações sobre o funcionamento do esquema.

O ex-presidente ao ser questionado explana:

*"O depoimento do Hans River foi no final de 2018 para o Ministério Público ele diz do assédio da jornalista em cima dele. Ela queria um furo, ela quer dar um furo (risos) a qualquer preço contra mim. Lá em 2018 ele já dizia que ela chegava e ia perguntando: 'O Bolsonaro pagou para você divulgar pelo WhatsApp informações?'"*²⁸

Ao analisarmos o enunciado 'Ela queria dar o furo', notamos que essa frase é comumente utilizada no meio jornalístico para se referir à publicação de uma reportagem ou matéria com exclusividade. No entanto, ao dizer 'Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim', o ex-presidente enfatiza o duplo sentido da expressão, associando 'furo' a uma conotação sexual, comparando-a ao órgão sexual feminino. Ao proferir essa frase e, em seguida, soltar uma

²⁷ EMPRESÁRIOS bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de São Paulo**, out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancamcampanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2024.

²⁸ BOLSONARO repete ofensas de depoente a repórter e entidades de imprensa repudiam. **Jornal Nacional**, 18 de fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/18/bolsoro-repete-declaracao-de-empresario-de-que-jornalista-ofereceu-sexo-por-informacao.ghml>. Acesso em: 05 dez. 2024.

gargalhada, o ex-presidente intensifica o tom de deboche e reforça a carga pejorativa do enunciado. A risada atua como um recurso discursivo que legitima a sexualização da fala e desqualifica ainda mais a mulher mencionada, minimizando a gravidade do comentário por meio do riso.

Primeiramente, para analisar esse enunciado, é fundamental destacar que o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro emerge em meio às acusações de disparo de *fake news* durante sua campanha presidencial, em 2018. Em 2020, o inquérito das *fake news*, conduzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ganhou destaque, e a pressão sobre o governo aumentou significativamente. Nesse ambiente de tensão, o ex-presidente utiliza o discurso como forma de contra-ataque, buscando desacreditar jornalistas e veículos de comunicação.

O ataque à jornalista Patrícia Campos foi utilizado pelo ex-presidente como estratégia política para atrair atenção midiática, aumentar sua visibilidade e fortalecer seu engajamento com a base eleitoral. Esse tipo de ataque também funciona como “cortinas de fumaça”, desviando o foco de temas mais complexos e polêmicos, como escândalos de corrupção, ineficiência governamental ou crises políticas.

Ainda, é possível afirmar que, ao proferi-lo, o ex-presidente assume um posicionamento machista, buscando desacreditar de todas as formas as denúncias feitas pela jornalista. A insinuação sexual só se torna possível porque se trata de uma mulher, reforçando uma estratégia de desqualificação baseada no gênero. Dessa maneira, tenta-se invalidar suas denúncias e desmerecer sua imagem por meio de insinuações de cunho sexual.

Ao longo de toda a sua carreira política, Jair Bolsonaro tem deixado claro que não é simpatizante da igualdade de gênero. Seu posicionamento machista e conservador sugere uma visão na qual, se dependesse de sua vontade, as mulheres teriam pouco acesso ao espaço público. Essa visão conservadora sinaliza a exaltação de ideais patriarcais que ainda persistem em nossa sociedade, ganhando maior apelo após a ascensão da extrema direita em 2018.

Sobre esse tema Margareth Rago (2004, p. 34) afirma:

Embora tenhamos aprendido a ler a divisão das esferas da vida social e sexual com as lentes masculinas, elitistas e brancas do século XIX, que definiu o espaço privado como o lugar natural das mulheres, enquanto o público caberia aos homens, as instigantes reflexões da filósofa alemã Hannah Arendt são muito mais iluminadoras das formas sutis da exclusão social, de gênero e étnica então realizadas e referendadas pela ciência burguesa.

O discurso de Bolsonaro se insere em uma tradição discursiva patriarcal que, historicamente, desqualifica a participação das mulheres na política e na esfera pública. Sua

retórica não é isolada ou casual, mas sim um eco de uma memória discursiva que reforça desigualdades e naturaliza a subordinação feminina.

A perspectiva foucaultiana afirma que os discursos não surgem do nada; eles se ancoram em enunciados anteriores e/ou concomitantes criando um campo de regularidades discursivas. Isso significa que, quando Bolsonaro desqualifica mulheres com agressões verbais, ele não apenas expressa uma opinião individual, mas reinsere e atualiza na esfera pública discursos que já tiveram (e ainda têm) efeitos concretos sobre a vida das mulheres.

Sobre a atualização dos discursos, Foucault (2022, p. 119-120) explica que eles são:

(...) constituídos, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (elementos rituais em uma narração; proposições já admitidas em uma demonstração; frases convencionais em uma conversa). É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica (uma ordem não abre as mesmas possibilidades enunciativas que as proposições de uma axiomática ou o início de uma narração). É constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações cujo status é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro.

Ao erotizar a expressão “Ela queria um furo”, Bolsonaro não apenas desqualifica a jornalista Patrícia Campos Mello, mas também transforma a crítica política em um ataque de cunho sexual. Essa estratégia discursiva reforça a ideia de que o espaço da mulher deve ser restrito ao âmbito privado, um conceito enraizado em discursos históricos que legitimam a exclusão e o silenciamento feminino na tomada de decisões.

A falta de simpatia e as atitudes de silenciamento em relação às propostas de igualdade de gênero foram temas recorrentes no governo Bolsonaro, como, por exemplo, quando ele afirmou que “a mulher deveria ganhar menos por engravidar”.

Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? “Poxa, essa mulher está com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade (Lima, 2015, n.p).

Esse enunciado indica a resistência do ex-presidente em respeitar e aceitar a igualdade entre homens e mulheres, além de reforçar o posicionamento neoliberal presente ao longo de

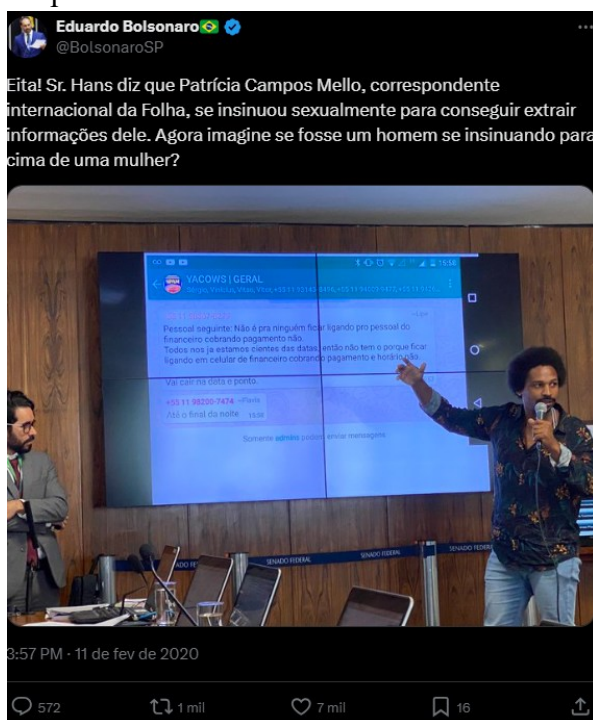
seu governo. É importante destacar, que o Estado brasileiro ainda está longe de promover uma igualdade real, especialmente entre os grupos minoritários. Esse tipo de situação contribui para a fragmentação da sociedade.

De acordo com Santos (2016, p. 16), “A sociedade torna-se fragmentada por diversos apartheids, sendo polarizada ao longo de eixos econômicos, sociais, políticos e culturais”, e toda essa fragmentação pode ser observada na divisão da sociedade em grupos que defendem ideias racistas, misóginas, homofóbicas e até mesmo nazistas.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro essa fragmentação da sociedade se materializou no que chamamos de Guerra Cultural. No Brasil, esse termo tem sido frequentemente usado para descrever o embate entre setores conservadores e progressistas, especialmente em temas como educação, direitos das minorias e políticas públicas de inclusão.

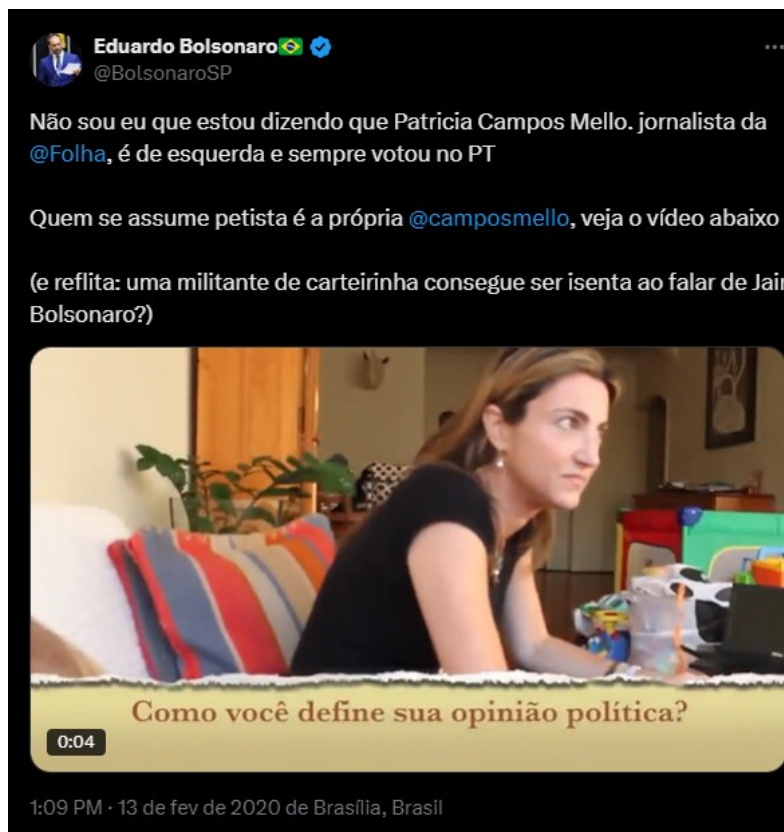
É importante demonstrar como o discurso de uma figura pública pode servir como gatilho para a mobilização de ataques coordenados por seus apoiadores, bem como se inscrever em uma rede que permite visualizar a composição de seu campo associado. Quando Bolsonaro fez o pronunciamento, ele legitimou e incentivou uma narrativa misógina que rapidamente se espalhou pelas redes sociais e foi amplificada por seus aliados, ao mesmo tempo que deu sustentação ao que já se dizia sobre a jornalista nas redes sociais, como podemos ver em postagens desse período feitas por um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro.

Figura 3 – Tweet do Deputado Eduardo Bolsonaro



Fonte: Twitter, 2020

Figura 4 – Tweet do Deputado Eduardo Bolsonaro



Fonte: Twitter (2020)

Na Figura 3, é possível analisar que o tuíte do deputado Eduardo Bolsonaro é publicado dias antes do pronunciamento de seu pai, o ex-presidente. Em seu *post*, o deputado informa: “Sr. Hans diz que Patrícia Campos Mello se insinuou sexualmente para conseguir extrair informações”.

Ao citar o depoimento de Hans River (sem provas concretas), Eduardo se distancia da acusação direta, mas, ainda assim, propaga a ideia de que a jornalista Patrícia Campos Mello agiu de forma antiética. Essa atitude também é representada pela própria imagem postada por ele, que mostra Hans Silver em seu depoimento para o Ministério público.

Embora Eduardo Bolsonaro se distancie formalmente das acusações veiculadas por Hans River contra a jornalista, seu discurso é permeado por elementos subjacentes que, de forma indireta, corroboram tais imputações. Nesse contexto, produz-se um efeito de verdade, um regime pelo qual os seguidores assimilam e naturalizam determinadas narrativas, conferindo-lhes legitimidade.

Aquilo que não é dito constitui uma dimensão ativa do discurso, funcionando como um mecanismo de produção de saber. Esses saberes, por sua vez, se organizam enquanto regimes de verdade, que delimitam o que pode ser reconhecido como válido em determinado contexto

histórico. Ao expor sua opinião por meio de um tuíte, o deputado mobiliza um discurso que constrói uma narrativa específica, sustentando a ideia de que a jornalista, de fato, assediou Hans Silver, narrativa essa que, ao ser reiterada publicamente, busca instituir-se como verdade dentro do campo discursivo.

Sobre isso, Foucault (2014, p.13-14) afirma:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

Assim, segundo Foucault (2014), essa *vontade de verdade* funciona como um mecanismo de exclusão de certos discursos. Ela se sustenta em avaliações legitimadas por instituições e se estrutura a partir de uma rede de espaços e posições sociais que conferem aparência de verdade a determinados enunciados. Esse processo seleciona quais vozes são autorizadas a falar e quais são marginalizadas, contribuindo para a manutenção de relações de poder e para a naturalização de discursos hegemônicos como verdades incontestáveis.

Ou seja, ao expressar seu posicionamento sobre as denúncias feitas pela jornalista Patrícia Campos Mello, o deputado acaba por legitimar e autorizar a circulação de discursos sexistas entre seus seguidores, conferindo-lhes um caráter de verdade incontestável. Essa postura também reforça a lógica de exclusão e silenciamento de vozes femininas, especialmente quando estas desafiam estruturas de poder estabelecidas.

Eduardo Bolsonaro usou seu alcance nas redes sociais para lançar dúvidas sobre a credibilidade da jornalista Patrícia Campos Mello, antes que seu pai fizesse o ataque direto. Esse tipo de estratégia não apenas desqualifica a jornalista individualmente, mas também reforça um padrão de violência simbólica contra mulheres que ocupam espaços de poder, especialmente no jornalismo e na política. A ideia é sempre a mesma: transformar mulheres críticas em alvos de ataques, desacreditando sua competência e minando sua credibilidade.

Em seu tuíte o deputado ainda frisa “Agora imagine se fosse um homem, se insinuando para uma mulher?”. Esse questionamento é um claro exemplo de inversão de papéis e de uma estratégia discursiva comum usada para minimizar denúncias de misoginia.

Ao tentar transformar a jornalista em algoz, ele desloca o foco da questão central em tentativa de descredibilizá-la e cria uma falsa simetria entre homens e mulheres no contexto de assédio.

Essa falsa equivalência entre os gêneros denuncia que homens e mulheres não ocupam as mesmas posições de poder na sociedade, posto que historicamente o assédio contra as mulheres é uma prática recorrente e sistemática usada para silenciá-las ou desqualificá-las, logo, a situação inversa é extremamente rara e não carrega as mesmas consequências sociais.

Esse tipo de discurso, portanto, fortalece uma narrativa de que mulheres só conquistam espaço no jornalismo, na política ou em outras áreas de poder por meio de sua sexualidade, e não por competência. Esse é um dos pilares da violência simbólica contra as mulheres.

Ainda no dia 13 de fevereiro de 2020, Eduardo Bolsonaro publica um outro tuíte (figura 4) contendo um vídeo curto em que a jornalista Patrícia Campos Mello aparece afirmando que é de esquerda e que sempre votou no PT. O trecho divulgado se concentra exclusivamente nessa fala, sem informar a fonte original da entrevista. Assim como em um tuíte anterior no qual o deputado afirma que a jornalista teria assediado Hans River, neste caso também Eduardo Bolsonaro adota uma postura que o distancia da responsabilidade sobre a veracidade do conteúdo apresentado no vídeo de Patrícia. O enunciado que se destaca no tuíte é o seguinte:

"Não sou eu que estou dizendo que Patrícia Campos Mello, jornalista da @Folha, é de esquerda e sempre votou no PT. Quem se assume petista é a própria @camposmello, veja o vídeo abaixo".

Em tom provocativo, o deputado ainda insinua falta de imparcialidade por parte da jornalista ao afirmar:

"E reflita: uma militante de carteirinha consegue ser isenta ao falar de Jair Bolsonaro?"

Trata-se, como se nota, de uma fala que busca deslegitimar o trabalho jornalístico de Patrícia Campos Mello, colocando em dúvida sua neutralidade com base em uma suposta declaração pessoal do seu posicionamento político.

No tuíte, é possível perceber que Eduardo Bolsonaro menciona diretamente a jornalista Patrícia Campos Mello e o jornal *Folha de São Paulo*. Essa atitude vai além de uma simples citação: ela intensifica o caráter pessoal do ataque e mostra uma tentativa de minar a credibilidade tanto da jornalista quanto da instituição jornalística que divulgou as denúncias.

Ao expor de forma tão direta seus alvos, o deputado acaba por fomentar um ambiente de hostilidade e alimentar uma rede de ódio nas redes sociais, direcionando seus seguidores contra Patrícia e o veículo de imprensa como se percebe nos tuítes na sequência.

Figura 5 – Tweet de um seguidor do Deputado Eduardo Bolsonaro



Fonte: Twitter (2020)

Figura 6 – Tweet de um seguidor do Deputado Eduardo Bolsonaro



Fonte: Twitter (2020)

Na imagem (figura 5), extraída dos comentários feitos por seguidores de Eduardo Bolsonaro na postagem sobre o posicionamento político da jornalista Patrícia Campos Mello, aparece a imagem de uma mulher, antecedido pelo seguinte enunciado irônico: "Jornalista indo às ruas em busca de mais um 'furo'".

Essa frase, empregada de forma pejorativa, tenta ridicularizar e sexualizar o trabalho da jornalista, recorrendo a um duplo sentido ofensivo. Trata-se de uma estratégia comum em ataques misóginos, que visa desqualificar a profissional por meio de insinuações de cunho sexual e machista, especialmente após sua exposição em postagens de figuras públicas com grande alcance.

Na imagem, é possível identificar um processo de objetificação da mulher, refletindo uma visão misógina presente em determinados setores da sociedade. Essa percepção associa diretamente a aparência e o vestuário feminino, especialmente roupas curtas a julgamentos morais depreciativos, rotulando mulheres como “vadias” ou “vagabundas”. Tal representação não apenas reforça estereótipos sexistas, mas também contribui para a naturalização da violência simbólica e do desrespeito à liberdade individual e à dignidade das mulheres.

O corpo da mulher sempre foi utilizado como instrumento de submissão ao seu gênero. Ele é, ao mesmo tempo, exaltado quando atende aos padrões de beleza e desejo impostos pela sociedade, e desvalorizado ou ridicularizado quando foge desses padrões estabelecidos, especialmente por uma perspectiva conservadora. Essa dualidade mostra como o corpo feminino é constantemente julgado e controlado, servindo ora como símbolo de idealização, ora como alvo de críticas e opressão.

No que diz respeito ao corpo feminino, é possível afirmar que ele tem sido historicamente submetido a uma ideologia de submissão da mulher em relação ao homem, perpetuada ao longo dos séculos. Esse controle se manifestou, principalmente, por meio da sexualidade e da função reprodutiva atribuída às mulheres. Com o advento da globalização, esse domínio sobre o corpo feminino não apenas permaneceu, como se intensificou, agora amplificado por novos meios de controle social, como os discursos midiáticos, padrões estéticos e o consumo.

Nos discursos midiáticos, como observamos no enunciado de um dos seguidores de Eduardo Bolsonaro, a estratégia adotada para humilhar e desacreditar a jornalista Patrícia Campos Mello foi a insinuação, por meio da imagem compartilhada, de que ela estaria “em busca de furo” uma expressão carregada de duplo sentido. Nessa construção ofensiva, a jornalista é objetificada e comparada a uma garota de programa, reforçando um estereótipo

sexualizado e vinculado à vestimenta feminina, como se a forma de se vestir determinasse o caráter e a moral da mulher.

Além disso, o enunciado “a jornalista indo às ruas em busca de mais um furo” reforça ainda mais a insinuação de que, ao buscar informações exclusivas os chamados “furos jornalísticos”, a jornalista estaria oferecendo favores sexuais em troca. Essa construção simbólica, perversa e misógina, tenta vincular o exercício profissional da mulher a uma suposta promiscuidade, deslegitimando seu trabalho e reduzindo sua atuação ao corpo e à sexualidade.

Esse tipo de objetificação da mulher, com ênfase em sua vestimenta, é amplamente difundido, especialmente em casos de estupro. É comum ouvirmos frases como: “Ah, mas olha só a roupa que ela estava usando”, uma tentativa de transferir a culpa da violência sofrida para a vítima. Tal discurso emerge na esteira de uma cultura machista que julga o valor e o comportamento das mulheres com base em sua aparência, ignorando completamente o fato de que o único responsável por um estupro é o agressor. Essa lógica perversa perpetua a revitimização e dificulta o enfrentamento da violência sexual.

Além disso, como já mencionamos, no tuíte Eduardo Bolsonaro ele marca a *Folha* como a instituição responsável por publicar as denúncias feitas pela jornalista. Essa marcação não é aleatória, ela direciona os ataques não apenas à figura de Patrícia Campos Mello, mas também ao veículo jornalístico que lhe deu voz. Na imagem em questão, é possível observar que os seguidores do deputado não se limitam a atacar a jornalista; eles também desferem críticas e ofensas ao próprio jorna da Folha, em uma tentativa de deslegitimar tanto a profissional quanto a instituição que respalda seu trabalho investigativo.

Na figura 6, além de confirmar uma regularidade discursiva, a novidade é a inserção de Hans River na cena, retratado como um “cliente” que se recusa a fornecer informações após supostamente ter sido assediado pela jornalista. Essa representação distorce os fatos, reforça estereótipos machistas e perpetua a narrativa de desacreditar a profissional por meio de insinuações sexuais. Ao colocar Hans River nesse papel, a imagem busca legitimar a falsa acusação de assédio contra Patrícia Campos Mello, desqualificando seu trabalho jornalístico de maneira ofensiva e difamatória.

É importante salientar que todos esses enunciados na esteira de discursos que compõem o pronunciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. É como se houvesse uma preparação discursiva, uma construção progressiva de sentido, que visava naturalizar a violência simbólica e a misoginia. Assim, quando Bolsonaro afirma que “ela quer dar um furo a qualquer preço contra mim”, esse enunciado já encontra terreno fértil, previamente moldado por insinuações e ataques que buscavam ridicularizar e deslegitimar a jornalista Patrícia Campos Mello. A frase,

que carrega um duplo sentido sexual, passa a ser recebida por parte da sociedade quase como algo banal, um “simples trocadilho”, graças à estratégia discursiva que a antecedeu.

Vale pontuar ainda que, apesar de ter sido alvo de inúmeros ataques violentos à sua imagem, a jornalista Patrícia Campos Mello não se calou diante desses discursos de ódio. Pelo contrário, ela resistiu com firmeza, reafirmando seu compromisso com o jornalismo e a busca pela verdade. Sua postura resiliente diante das tentativas de deslegitimação mostra a força de sua atuação profissional e o enfrentamento corajoso à violência simbólica e à misoginia que ainda permeiam parte do cenário midiático e político.

Em forma de repúdio aos ataques de cunho sexual que sofreu e que ganharam ampla repercussão na mídia, Patrícia Campos Mello publicou, em 2020, um artigo intitulado “Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques.”²⁹. Nesse texto, a jornalista denuncia a violência simbólica, o machismo estrutural e o uso de discursos sexistas como forma de intimidação e silenciamento das mulheres, especialmente daquelas que ocupam espaços de destaque e enfrentam o poder. O artigo é um ato de resistência e uma resposta contundente aos ataques, reafirmando seu direito à liberdade de expressão e ao exercício do jornalismo com integridade.

Além disso, diversos órgãos ligados ao setor jornalístico no Brasil manifestaram apoio à jornalista Patrícia Campos Mello, diante dos ataques que sofreu. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo publicaram notas de repúdio, condenando veementemente as agressões de cunho sexual e os ataques à sua credibilidade profissional³⁰. Essas manifestações reforçaram a importância da liberdade de imprensa e do respeito às mulheres jornalistas, destacando que a tentativa de silenciamento por meio da violência simbólica não deve ser tolerada em uma sociedade democrática.

A disseminação de enunciados misóginos e machistas no caso da jornalista Patrícia Campos Mello representa um reflexo claro do panorama político marcado pela ascensão da extrema-direita no Brasil. Esses discursos não surgem de forma isolada, mas sim como parte de uma estratégia articulada que visa deslegitimar vozes dissidentes, especialmente as femininas, por meio da violência simbólica e do ataque pessoal. Trata-se da materialização de uma cultura

²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depoimento-no-brasil-sermulher-nos-transforma-em-alvo-de-ataques.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2025.

³⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entidades-saem-em-defesa-de-jornalista-atacada-na-cpi-das-fake-news/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

do ódio, incentivada e amplificada por figuras públicas e seus seguidores, que se utiliza do sexismo como ferramenta de intimidação, silenciamento e controle social.

Os discursos sexistas e machistas, como o direcionado à jornalista Patrícia Campos Mello, foram recorrentes durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esses enunciados não apenas refletiram, mas também reforçaram uma postura institucional de desrespeito às mulheres, especialmente aquelas que ocupavam posições de visibilidade ou questionavam o poder estabelecido. Como veremos nos próximos enunciados, esse tipo de estratégia discursiva tornou-se uma marca frequente daquela gestão, contribuindo para a normalização da misoginia no espaço público e político.

4.1.3 Análise do terceiro enunciado

O terceiro enunciado “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer” emerge de um discurso proferido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no dia 6 de julho de 2019, ao sair do Palácio do Planalto. Na ocasião, ele comentava sobre temas sensíveis como as demarcações de terras indígenas e o desmatamento da Floresta Amazônica. A declaração foi feita em resposta a críticas do Papa Francisco³¹ que, no mesmo dia, havia alertado para uma “mentalidade cega e destruidora que favorece ao lucro a justiça”, referindo-se à devastação da Amazônia. Bolsonaro, por sua vez, afirmou que os países europeus agem como se fossem donos da floresta e dos recursos do bioma, dizendo:

“Se encontrar 1 hectare de devastação de terra, eles têm razão [sobre o desmatamento no Brasil]. Agora me convida e voar a Europa, se tiver 1 hectare de floresta, vocês têm razão. Essa é a realidade. O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, falou Bolsonaro pedindo desculpas às mulheres pela sua declaração logo em seguida.... (Jair Bolsonaro, 2019)³².

É importante salientar, que ao usar essa metáfora de cunho sexual para se referir ao país, Bolsonaro não apenas desvia do conteúdo da crítica ambiental, como também recorre a um

³¹ COLLET, Andressa. Papa: Amazônia sofre com mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro. **Vatican News**, 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-07/papa-francisco-amazonia-laudato-si-amatrice.html>. Acesso em: 01 jun. 2025.

³² ROCHA, Ludmyla. O Brasil é virgem que todo tarado de fora quer, diz Bolsonaro. **Poder 360**, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-e-virgem-que-todo-tarado-de-fora-quer-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

discurso machista e objetificador, transformando o Brasil em uma figura feminina vulnerável, desejada por “tarados”, numa clara tentativa de dramatizar o discurso nacionalista por meio da sexualização simbólica da pátria.

Esse estigma da sexualização no Brasil reforça uma ideia amplamente difundida no exterior: a de que o país é um território hipersexualizado, frequentemente associado a roteiros turísticos voltados ao prazer e ao erotismo. Tal visão estereotipada ignora a complexidade cultural e social brasileira, reduzindo sua identidade nacional a uma imagem exótica e sensual. Essa narrativa, muitas vezes alimentada por discursos internos como o do ex-presidente Jair Bolsonaro, contribui para a perpetuação de uma lógica colonial e machista, na qual o corpo sobretudo o corpo feminino e a nação são objetos de desejo, submissão e exploração.

Outra forma de analisar o enunciado “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer” está na associação da virgindade à figura de meninas ou mulheres muito jovens, geralmente menores de idade. Esse tipo de metáfora, ao utilizar a ideia de “virgem” em um contexto de desejo e posse, pode, ainda que de forma indireta, evocando interpretações relacionadas à exploração sexual infantil. A escolha dessa imagem não é neutra: ela carrega uma carga simbólica que banaliza a violência sexual e reforça padrões culturais profundamente problemáticos, nos quais a pureza feminina é colocada como objeto de cobiça e domínio, naturalizando, inclusive, práticas abusivas.

Ao analisarmos o enunciado sob esse viés, nos deparamos com outro discurso do ex-presidente que também evoca, de forma preocupante, a temática da exploração sexual infantil. Em diferentes ocasiões, Jair Bolsonaro utilizou linguagem ambígua ou inadequada ao tratar de questões sensíveis envolvendo sexualidade, muitas vezes reproduzindo estereótipos perigosos e normalizando situações que, na verdade, deveriam ser combatidas com rigor.

Os discursos misóginos e sexistas proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro não representam uma novidade ao longo de seu mandato. A objetificação da mulher, centrada em seu corpo e nas suas complexidades, foi uma constante em suas falas públicas. Sempre que possível, o ex-presidente utilizou essas características para reforçar estereótipos de gênero de forma pejorativa, reduzindo a mulher à sua aparência física e invalidando sua capacidade intelectual e profissional.

Em 14 de outubro de 2022, durante sua campanha à reeleição, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, concedeu uma entrevista ao canal do *YouTube* Paparazzo Rubro-Negro. Nessa entrevista, o então candidato afirmou que, durante uma visita a determinada cidade, “tinha rolado um clima” com algumas de meninas de 14 e 15 anos, uma conotação sexual ao se referir a adolescentes. Na entrevista o ex-presidente enuncia:

“Eu parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas menininhas, três, quatro, bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas num sábado numa comunidade. E vi que eram meio parecidas. Pintou um clima, voltei. ‘Posso entrar na sua casa?’ ” Entrei. Tinham umas 15, 20 meninas sábado de manhã se arrumando. Todas venezuelanas. E eu pergunto: meninas bonitinhas de 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê? Ganhar a vida” (Jair Bolsonaro, 2022)³³.

Na fala do ex-presidente, destaca-se ainda a menção de que se encontrava em uma 'comunidade', o que reforça a ideia de vulnerabilidade econômica das meninas citadas. Tal referência expõe um cenário de desigualdade estrutural em que, muitas vezes, a exploração sexual é naturalizada como única possibilidade de sobrevivência.

Além de destacar que o lugar era uma comunidade, ele ainda afirma que as meninas envolvidas eram venezuelanas, esses elementos não são meramente descritivos: funcionam discursivamente para reforçar uma representação de fragilidade social e econômica associada a corpos femininos racializados e migrantes. Em um contexto marcado por desigualdade estrutural e xenofóbica, a exploração sexual aparece, muitas vezes, como uma das únicas saídas possíveis para meninas em situação de vulnerabilidade.

Esse processo de racialização³⁴ contribui para a naturalização da presença de determinados corpos em espaços sociais específicos, como se houvesse uma espécie de destino previamente traçado para essas subjetividades. No caso da fala do ex-presidente, os discursos atuam de forma a normalizar a ideia de que mulheres que vivem em comunidades e que são migrantes sobretudo racializadas estão, mais propensas à prostituição. Tal enunciado não apenas reproduz estigmas históricos, mas também participa ativamente da produção de um saber que associa pobreza, migração e feminilidade à disponibilidade sexual.

Ainda analisando esse enunciado a luz dos estudos discursivos foucaultianos podemos entender que a fala do ex-presidente mostra o funcionamento de dispositivos de poder que produzem saberes sobre esses corpos saberes que os classificam como disponíveis, descartáveis e sujeitos a formas específicas de controle e violência. Trata-se de uma lógica biopolítica que regula quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser expostas à exploração sem comoção pública. Ao mesmo tempo, esse tipo de enunciado contribui para a consolidação de

³³ DEISTER, Jaqueline. “Pintou um clima”: por que fala de Bolsonaro reforça casos de exploração sexual de m. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/18/pintou-um-clima-por-que-falade-bolsonaro-reforca-casos-de-exploracao-sexual-de-meninas/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

³⁴ De acordo com Guimaraes (2016) por racialização entende-se: Da perspectiva individual, a racialização opera pela classificação espontânea de um indivíduo, um grupo, ou um agrupamento regional ou residencial em termos de raça: chama-se de negro ou negra uma pessoa, uma entidade, ou um bairro.

regimes de verdade que naturalizam a desigualdade e reforçam a marginalização de populações migrantes e periféricas.

Sobre Bio-poder, Foucault (1999, p. 131) nos explica:

A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas- escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações.

Ou seja, o bio-poder diz respeito a uma forma de exercício do poder que emerge a partir do século XVIII, centrada na administração da vida, e não mais exclusivamente na ameaça da morte. Diferentemente do poder soberano, cuja prerrogativa era 'fazer morrer ou deixar viver', o bio-poder se caracteriza pela lógica de 'fazer viver e deixar morrer'. Isso significa que o foco do poder se desloca do corpo individual para a população, buscando regular a vida por meio de estratégias que envolvem o controle da saúde, da natalidade, da sexualidade e de outros aspectos da vida humana.

Nesse sentido, o discurso do ex-presidente, ao referir-se de maneira sexualizada a meninas adolescentes venezuelanas em situação de vulnerabilidade, materializa uma operação biopolítica que vai além da simples fala individual. Tal enunciado participa da produção de um regime de verdade que naturaliza a sexualização precoce de determinados corpos especialmente os femininos, racializados e periféricos, regulando, de forma implícita, quais vidas são passíveis de cuidado e quais podem ser expostas à violência e à exploração.

Como explica Foucault, o biopoder atua na gestão da vida e da morte, não por meio da força bruta, mas por meio da normatização de condutas e da fabricação de subjetividades. Assim, em vez de proteger esses corpos, o discurso político os posiciona em um lugar de risco constante, funcionando como uma tecnologia de poder que seleciona, classifica e hierarquiza vidas.

Esse posicionamento, tão presente no discurso político do ex-presidente e de seus seguidores, contribui para a normatização de certos regimes de verdade que incidem diretamente sobre grupos minoritários. Por meio de enunciados reiterados publicamente, constrói-se uma rede de saberes que legitima a exclusão, a inferiorização e a deslegitimação de determinadas identidades. Tais discursos, ao se apresentarem como verdades absolutas ou naturais, produzem subjetividades e moldam práticas sociais, atuando como tecnologias de

poder que regulam quem pode falar, quem pode ser ouvido e quais existências são reconhecidas como legítimas.

Seguindo esse panorama de normatização de regimes de verdade sobre grupos minoritários, é possível citar o pronunciamento da então ministra Damares Alves, ao ser questionada sobre o alto índice de estupros de meninas na Ilha de Marajó. Em sua resposta, a ministra afirmou que os casos de violência sexual ocorrem porque as meninas 'não usam calcinha', e propôs, como medida de enfrentamento, a construção de uma fábrica de roupas íntimas na região. A então ministra enunciou:

Especialistas chegaram a falar para nós que as meninas lá são exploradas porque não têm calcinhas, elas não usam calcinha porque são pobres. Se for calcinhas, vamos levar calcinhas para lá, conseguimos um monte, nós temos que levar uma fábrica de calcinhas para a Ilha de Marajó, gerar empregos lá e calcinha sair baratinha para as meninas lá. Então nós já estamos buscando, se alguém tiver uma fábrica de calcinha e quiser colaborar com a gente, venha (SBT NEWS, 2019).

Tal enunciado ilustra o modo como o discurso estatal pode agir como um dispositivo que desloca a responsabilidade da violência para os próprios sujeitos vulnerabilizados, ao mesmo tempo em que moraliza a questão e propõe soluções simbólicas que pouco ou nada alteram as estruturas de poder. Percebe-se que esse tipo de formulação discursiva não é ingênuo, ela constrói uma verdade conveniente que despolitiza a violência, oculta a omissão do Estado e reforça a noção de que a proteção da infância depende de padrões morais e de consumo, e não de políticas públicas progressistas.

Como já mencionado nesta pesquisa, o ex-presidente Jair Bolsonaro sempre se posicionou a favor de uma economia de mercado, alinhada a uma perspectiva neoliberal. Dentro dessa lógica, o enunciado da então ministra Damares Alves “temos que levar uma fábrica de calcinhas para o Pará” explicita a imbricação entre moralismo e mercado, característica dos discursos da extrema-direita contemporânea. A proposta de enfrentamento da violência sexual por meio da criação de uma fábrica não apenas despolitiza a questão estrutural da violência de gênero, como também reforça uma lógica neoliberal que transforma direitos sociais em oportunidades de negócio.

O debate em torno de discursos que naturalizam a violência é de extrema importância, sobretudo em um país como o Brasil, onde os índices de exploração sexual infantil permanecem alarmantes. A situação torna-se ainda mais crítica quando se observa que políticas de conscientização e de proteção raramente alcançam territórios mais afastados e vulneráveis, como é o caso da Ilha de Marajó. Em vez de enfrentar as causas estruturais dessa violência,

como a pobreza, o racismo, o machismo e a negligência do Estado, certos discursos institucionalizados optam por soluções superficiais que apenas reforçam a exclusão e a estigmatização desses corpos. Trazer esses enunciados para o campo de análise é, portanto, uma forma de tensionar os regimes de verdade que sustentam essas práticas e de reivindicar políticas públicas que, de fato, considerem as complexidades sociais e territoriais envolvidas.

No próximo tópico, analisam-se os enunciados proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que carregam a prerrogativa de desqualificar os avanços e as conquistas femininas. Tais discursos não apenas atuam na manutenção de estereótipos de gênero, como também contribuem na deslegitimação histórica das lutas feministas, contribuindo para a perpetuação de uma cultura misógina enraizada em estruturas patriarcais.

4.2 A segunda categoria de enunciados: Desqualificação do feminino

Nesta categoria, serão analisadas duas declarações retiradas de pronunciamentos realizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em momentos distintos, nas quais fica explícita a desvalorização do feminino. Esse fato exalta a continuidade de uma memória discursiva de matriz patriarcal, que encontra terreno propício para se manter ativa e alcançar maior visibilidade no contexto do bolsonarismo brasileiro.

4.2.1 Análise do primeiro enunciado

O enunciado “As mulheres estão praticamente inseridas à sociedade”, emerge de um discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro em um evento intitulado “Brasil para elas, por elas e com elas”, no dia 08 de março de 2022, Dia Internacional da Mulher.

Figura 7 – Reportagem Jornal Metrôpoles



Fonte: Jornal Metrôpoles (2022)

Em seu discurso o ex-presidente enuncia que:

“Lá naquele meu tempo, é história: ou a mulher era professora ou dona de casa. Dificilmente uma mulher fazia algo diferente disso lá nos anos 50, 60. Hoje em dia, as mulheres estão praticamente integradas à sociedade”, afirmou. “Nós as auxiliamos, nós estamos sempre ao lado delas. Não podemos mais viver sem elas” (Jair Bolsonaro, 2022)³⁵

O enunciado expõe uma tentativa de naturalizar um suposto cenário de igualdade de gênero já alcançado no país. No entanto, ao afirmá-lo dessa forma, o discurso esvazia o sentido político da luta das mulheres por equidade, apagando os inúmeros obstáculos estruturais que ainda marcam a experiência feminina no Brasil como a desigualdade salarial, a sub-representação política, o feminicídio e a violência doméstica.

Ao citar que nos 50 e 60 a única alternativa da mulher era ser professora ou dona de casa, remete-se a uma idealização nostálgica de um passado marcado por rígidas normas de

³⁵ SAID, Flavia. Bolsonaro diz que mulheres estão “praticamente integradas à sociedade”. Metrôpoles, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade>. Acesso em: 19 mar. 2025.

gênero, em que as mulheres eram socialmente autorizadas a ocupar apenas o espaço privado para sua existência: o lar e com alguma concessão (geralmente autorizada pela figura masculina), a sala de aula. A enunciação, ao ser colocada de forma aparentemente neutra ou até mesmo afetiva, esconde um processo de naturalização de desigualdades históricas perpetuada pelo sistema patriarcal, funcionando como um discurso que legitima o confinamento das mulheres a funções socialmente subordinadas.

Sobre esse aspecto Rago (2004, p.31) afirma que “Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas que exigem pouco esforço físico e mental”.

Ancorados nessa afirmação, é possível analisar que ao citar esse passado com tom de normalidade ou até de idealização o discurso do ex-presidente contribui para a manutenção de um imaginário social que ancora a identidade feminina à submissão e à passividade.

Além disso, ao enuncia que “Nós as auxiliamos, nós estamos sempre ao lado delas. Não podemos mais viver sem elas”, aponta um discurso marcado por um paternalismo sutil e por um exercício de poder mascarado de apoio as mulheres.

Ainda é possível observar que há um silenciamento das lutas dos movimentos feministas pela inserção das mulheres nos espaços sociais, especialmente no mercado de trabalho e na esfera pública, como é o caso atualmente. Ao desconsiderar esses enfrentamentos históricos, o discurso dominante tende a delegar tais conquistas aos homens, retratando-os como figuras benevolentes que “ajudaram” ou “permitiram” essa integração. Dessa forma, as mulheres são retiradas da posição de protagonistas de suas próprias lutas, e o avanço de seus direitos passa a ser narrado como uma concessão masculina, e não como fruto de mobilização política e de resistência.

Em síntese, o enunciado analisado demonstra como o discurso político proferido por Jair Bolsonaro, ao minimizar as conquistas feministas e naturalizar a inserção das mulheres na sociedade, atua no sentido de silenciar as lutas históricas por igualdade de gênero. Ao delegar as vitórias das mulheres aos homens que as ‘ajudaram’, esse discurso não apenas despolitiza as conquistas, mas também reforça o poder simbólico de um regime patriarcal que resiste às transformações sociais.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, e a ascensão da extrema-direita no Brasil, o discurso político que prevaleceu foi claramente conservador e religioso, pregando um retorno aos valores tradicionais familiares. Esse movimento discursivo, muitas vezes embasado em preceitos patriarcais e religiosos, buscou deslegitimar as políticas públicas progressistas que visam a

inclusão e proteção de grupos minoritários, especialmente mulheres, negros, indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+. Em um contexto de crescente polarização política, essas forças conservadoras passaram a criminalizar o debate sobre a igualdade de gêneros, tentando reconstruir uma narrativa de “moralidade” que apaga as conquistas das lutas sociais e feministas.

Nesse sentido, os enunciados proferidos por figuras políticas como Jair Bolsonaro e por integrantes de seu governo não apenas materializam um posicionamento conservador, mas normalizam certos dizeres por meio de discursos que legitimam desigualdades e reforçam hierarquias sociais, especialmente no que diz respeito ao gênero, à raça e à sexualidade. Tais discursos inscrevem-se no que Foucault chama de regimes de verdade, que são práticas discursivas que, em determinada época, determinam o que pode ser dito, pensado e reconhecido como verdadeiro.

Esse posicionamento conservador, que exalta valores tradicionais e afirma modelos familiares normativos, pode ser observado na seguinte declaração proferida pelo ex-presidente:

“E quando se fala em mulher também, não se pode deixar de pensar e falar em família: o que é uma família? Como a família era vista há pouco tempo, aqui dentro dessa edificação [Palácio do Planalto]. Quem se lembra do PNDH-3, quem se lembra do PLC-122, quem se lembra de ideologias e tantas e tantas outras coisas? Quem se lembra dos nomes que antecederam a ministra Damares? Estamos no caminho certo, o respeito acima de tudo. A preservação dos valores familiares” (O antagonista, 2022)³⁶.

Aqui o ex-presidente destaca mais os elementos conservadores da extrema-direita que articulam o discurso político patriarcal e que defendem como modelo universal a família tradicional, ao afirmar que “não se pode deixar de falar em família”. Quando se fala em mulher, Bolsonaro reduz a identidade feminina ao seu papel dentro da estrutura familiar, reforçando um modelo heteronormativo, patriarcal e religioso que exclui múltiplas formas de existência, afeto e organização familiar.

Essa enunciação, sob a ótica foucaultiana, funciona como uma estratégia discursiva de controle dos corpos e das subjetividades, uma vez que estabelece um modelo único e legítimo de família aquele baseado na moral cristã, no casamento heterossexual e na submissão da mulher.

³⁶ O ANTAGONISTA, Redação. Bolsonaro diz que “mulheres estão ‘praticamente integradas’ à sociedade. **O Antagonista**, 2022. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Ao mencionar negativamente políticas como o PNDH-3³⁷ e o PLC-122³⁸, o ex-presidente também realiza um movimento de rejeição a avanços nos direitos humanos e à criminalização da homofobia, sinalizando que tais iniciativas são ameaças aos “valores morais” que ele pretende preservar.

Ainda é importante ressaltar, que ambos os projetos mencionados por Bolsonaro o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) e o PLC-122, que visava criminalizar a homofobia, foram idealizados por membros do Partido dos Trabalhadores (PT), partido que constantemente se torna alvo de deslegitimação no discurso bolsonarista. Ao rememorar esses projetos de forma pejorativa, o ex-presidente não apenas reforça o discurso de oposição entre o seu governo e as pautas progressistas, mas também mobiliza seus apoiadores a rejeitarem qualquer iniciativa que envolva a ampliação de direitos civis, associando-as à “ameaça ideológica”.

Nessa premissa podemos analisar que o que está em jogo aqui não é apenas uma divergência de projetos políticos, mas a produção de um efeito de verdade em que certos sujeitos e propostas são desqualificados de antemão, enquanto outros são validados como legítimos, morais e corretos. Isso mostra o quanto o discurso conservador, quando articulado ao poder, funciona como um dispositivo que constrói inimigos simbólicos, desqualifica lutas sociais e impede o avanço de políticas públicas voltadas à igualdade.

Em um país como o Brasil, no qual a desigualdade de gênero é gritante, o discurso da não integração plena da mulher à sociedade não apenas reproduz uma lógica excludente, mas também reforça estruturas históricas de dominação. Quando figuras públicas legitimam essa ideia, seja ao minimizar as lutas feministas ou ao reduzir a presença das mulheres no espaço público a uma concessão masculina contribuem para a manutenção de um regime de verdade que naturaliza a subalternidade feminina.

³⁷ O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi instituído pelo governo brasileiro em 2009 e tem como objetivo principal promover e proteger os direitos humanos em todo o país.

O programa é uma iniciativa do governo federal e foi elaborado com a participação de organizações da sociedade civil e de outros setores da sociedade. O PNDH-3 tem como base os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal brasileira. Tem como objetivo principal garantir a promoção e defesa dos direitos humanos em todas as áreas da vida, como saúde, educação, trabalho, segurança, meio ambiente e cultura. Entre as medidas previstas pelo PNDH-3 estão a criação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual, o combate à tortura e à violência policial, a garantia do acesso à justiça para grupos vulneráveis e a promoção do direito à moradia, alimentação e água potável. Disponível em: <https://portaliedf.com.br/pndh-3/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

³⁸ Foi um projeto de lei de 2006 e ficou conhecida como lei anti-homofobia apresentado pela então deputada Iara Bernardi. O projeto de lei tinha por objetivo criminalizar a homofobia no país e foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Essa ideia é normalizada e aceita por parte dos seguidores do ex-presidente, principalmente quando tal pronunciamento vem precedido de imagens simbólicas, como fotografias ao lado de várias mulheres (figura 7) que buscam construir uma narrativa de apoio e valorização feminina. No entanto, essas imagens atuam como estratégias discursivas que mascaram a estrutura excludente do discurso conservador, ao mesmo tempo em que reforçam a autoridade simbólica do líder político.

Ao associar a presença de mulheres em eventos oficiais ou em registros midiáticos à ideia de inclusão, o discurso se torna um espetáculo, encobrindo a ausência de políticas efetivas voltadas à igualdade de gênero. Além disso, essa encenação pública também serve para desmobilizar a crítica, ao sugerir que não há desigualdade afinal, as mulheres “estão ali”. O que se oculta nesse jogo discursivo é justamente a diferença entre presença e participação efetiva, entre representação simbólica e acesso real às esferas de decisão.

4.2.2 Análise do segundo enunciado

Em seu pronunciamento no Dia Internacional da Mulher, de 2019, o então presidente Jair Bolsonaro retoma discursos que desqualificam a mulher como sujeito independente e possuidora de direitos historicamente conquistados, ao afirmar: “O homem, de sua costela, veio a mulher”. Essa enunciação, ao evocar uma narrativa religiosa de origem, subordina simbolicamente a figura feminina à masculina, reforçando um ideal patriarcal no qual a mulher é apresentada como um ser derivado do homem, e não como sujeito autônomo.

Em uma data na qual a mulher deveria ser homenageada por sua trajetória de lutas, conquistas e resistência histórica frente às desigualdades de gênero, o então presidente opta por um discurso que reforça estereótipos tradicionais e apaga os avanços promovidos pelos movimentos feministas. Ao resgatar uma narrativa religiosa que subordina a mulher ao homem, o pronunciamento não apenas desvaloriza as pautas femininas, como também expõe uma tentativa de resignificação conservadora do papel da mulher na sociedade, alinhada a uma lógica patriarcal e de cunho religioso.

“O homem, de sua costela, veio uma mulher. E, a partir desse momento, pela graça de Deus, de vocês vieram todos nós. Está na bíblia também que a mulher sábia edifica o lar” (Bolsonaro, 2019)³⁹.

Ao utilizar esse tipo de discurso em uma data marcada historicamente pela luta das mulheres por direitos e reconhecimento, o então presidente reforça um modelo de feminilidade tradicional, associado ao cuidado do lar, à sabedoria doméstica e à subordinação à figura masculina. Ou seja, reafirma a lógica da submissão feminina ao espaço privado, tão presente e defendida nos regimes patriarcais, em detrimento da valorização de sua autonomia e participação ativa na esfera pública.

Ao invocar a Bíblia como fonte de autoridade, o discurso se ancora em um regime de verdade religioso, o que contribui para a produção de subjetividades femininas moldadas pela obediência, pela abnegação e pela responsabilidade de sustentar moralmente a família. Trata-se de um silenciamento simbólico das conquistas feministas e uma tentativa de reinserir a mulher em um espaço restrito, sob o controle ideológico de uma ordem social conservadora.

No mesmo discurso, o ex-presidente ainda afirma que em seu governo os ministérios estariam equilibrados quanto à quantidade de homens e mulheres. No entanto, tal afirmação mostra-se ilusória, já que, na prática, a composição ministerial foi majoritariamente masculina, comprovando uma falsa noção de paridade de gênero e reforçando a persistente sub-representação feminina em espaços de poder e decisão.

“Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens” (Bolsonaro, 2019).

A declaração do ex-presidente, *“Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivale a dez homens”*, escancara a contradição entre o que se dá na realidade dos fatos. Ao mesmo tempo em que tenta afirmar uma igualdade de gênero inexistente, demonstra, por meio da

³⁹ BENITES, Afonso. Com duas ministras, Bolsonaro diz que há equilíbrio em ministérios: “Cada uma equivale a dez homens”. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html. Acesso em: 19 mar. 2025.

própria matemática, a desproporção que marca sua gestão: duas mulheres em um universo de 22 ministérios.

Além disso, ao dizer que cada mulher “equivale por dez homens”, ele recorre a uma estratégia discursiva que, embora aparentemente se mostre como um elogio, reforça estereótipos sobre a excepcionalidade da mulher no espaço público, como se sua presença só se justificasse por uma suposta superioridade individual, e não por um direito legítimo à representatividade.

Nesse discurso, o ex-presidente reforça, a inferioridade feminina na política ao destinar apenas dois cargos ministeriais para mulheres em um total de 22 pastas. Ainda que tente suavizar essa desigualdade com a afirmação de que “cada uma dessas mulheres equivale por dez homens”, o gesto é simbólico e superficial, desconsiderando a importância da representatividade efetiva nos espaços de poder.

Essa tentativa de maquiar a desigualdade de gênero materializa um discurso que, sob uma ótica de valorização, mantém a exclusão estrutural das mulheres em posições decisórias. A lógica de “duas mulheres valendo por dez homens” não é um elogio, mas sim a reafirmação da inferioridade feminina nos cargos de decisão, que, longe de promover igualdade, apenas reforça o caráter masculino e patriarcal da esfera política.

Essa declaração ainda nos remete a outro dizer do ex-presidente quando alega que teve quatro filhos homens, mas que no quinto deu uma fraquejada e veio uma mulher. Esse enunciado emerge de uma fala em uma palestra no clube Hebraica em 2017.

“Fui com os meus três filhos, o outro foi também, foram quatro. Eu tenho o quinto também, o quinto eu dei uma fraquejada. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio mulher” (Bolsonaro, 2017).

Esse enunciado pode ser compreendido como um elemento discursivo que reforça um regime de verdade patriarcal, no qual o nascimento de uma menina é visto como um erro, uma falha, uma perda. Na perspectiva foucaultiana, tais discursos não são neutros ou meramente opinativos, eles produzem saberes, organizam subjetividades e funcionam como instrumentos de poder, delimitando o que é socialmente aceito ou desqualificado.

Esses enunciados ao serem proferidos por figuras de autoridade, como um presidente da República, ganham força normativa e contribuem para a reprodução de regimes de verdade patriarcais, nos quais a mulher é historicamente construída como um sujeito inferior, destinado ao espaço privado. Dessa forma, tais declarações não apenas refletem uma visão conservadora,

mas também participam ativamente da manutenção das desigualdades de gênero, ao reforçar representações que limitam o protagonismo feminino nos espaços de decisão e visibilidade social.

Além de reforçar a ideia de que o masculino é o padrão desejado, esse tipo de fala contribui para a naturalização de desigualdades, agindo silenciosamente na legitimação de práticas sociais e políticas que mantêm as mulheres em posição subalterna. Trata-se de um discurso que, ao se repetir e circular com legitimidade institucional, consolida dispositivos de controle simbólico sobre o feminino, relegando-o ao espaço da passividade e da inferioridade.

Embora esses discursos tenham sido proferidos em ocasiões diferentes, o ex-presidente destaca uma visão de mundo em que o feminino está associado a fragilidade e a inferioridade do gênero, ambos os enunciados destacados se conectam a partir do momento que são mobilizados dentro do mesmo regime de verdade, que desvaloriza a existência feminina e cria suportes para a manutenção da ordem de gênero tradicional.

Outro enunciado que demonstra essa predisposição do ex-presidente Jair Bolsonaro a exaltar os grupos majoritários, em detrimento das minorias sociais, pode ser observado em suas falas durante um encontro de evangélicos na cidade de Juiz de Fora, em 15 de julho de 2022. Na ocasião, o ex-presidente afirmou que “as leis foram feitas para proteger a maioria e não as minorias”. Tal declaração explicita a lógica excludente que permeia seu discurso político, reafirmando os privilégios dos grupos historicamente dominantes e naturalizando a marginalização daqueles que não se enquadram nos padrões normativos. Na ocasião o ex-presidente declarou que,

*“Outro dia falei que a mãe quer que o Joãozinho continue Joãozinho. ‘Ah declaração homofóbica’. Meu Deus do céu. Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as majorias. As minorias têm que se adequar”*⁴⁰

⁴⁰ BEHNKE, Emily. Bolsonaro diz que minorias precisam se adequar às leis... Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-minorias-precisam-se-adequar-as-leis/>) © 2025 Todos os direitos são reservados ao Poder360, conforme a Lei nº 9.610/98. A publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia são proibidas. **Poder 360**, 2022. URL. Acesso em: 19 mar. 2025.

Figura 8 – Reportagem Poder 360



Fonte: Poder 360 (2022)

Essa declaração foi feita em resposta a outra fala do presidente, proferida na cidade de Imperatriz, no dia 13 de julho de 2022, na qual o ex-presidente afirmou que “O que queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. A Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família”.

As declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizadas nos dias 13 e 15 de julho de 2022, respectivamente em Imperatriz e Juiz de Fora, explicitam o caráter disciplinador e normalizador dos discursos proferidos por figuras de autoridade. Ao afirmar que “o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda” e que “as minorias têm que se adequar”, o ex-presidente mobiliza um regime de verdade que naturaliza a binariedade de gênero e a heteronormatividade como normas universais e incontestáveis.

Essa declaração do ex-presidente vai frontalmente contra os princípios estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, especialmente no que diz respeito à promoção da dignidade da pessoa humana, à igualdade e à não discriminação. A Constituição, em seu artigo 5º, assegura que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”, reafirmando o compromisso do Estado com a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos independentemente de gênero, orientação sexual, raça, etnia ou crença religiosa.

Ao afirmar que “as leis existem para proteger as maiorias” e que “as minorias devem se adequar”, o ex-presidente não apenas distorce o papel das leis em uma democracia, mas também propaga um discurso que nega os direitos constitucionais das minorias.

Sempre envolvido em polêmicas relacionadas às pautas de gênero, no dia anterior ao Dia Internacional da Mulher, o ex-presidente, durante uma live em seu perfil no Facebook, criticou o concurso do Banco do Brasil, que exigia dos candidatos a conclusão de um curso sobre diversidade e prevenção ao assédio moral e sexual. De acordo com Bolsonaro, tais reivindicações teriam um caráter “educacional ideológico”, e por isso entrou em contato com o presidente da instituição, que lhe teria assegurado que essa exigência fazia parte de um edital anterior, mas que os próximos não incluiriam mais essa obrigatoriedade⁴¹.

Sabemos que assuntos relacionados à diversidade e à prevenção do assédio moral e sexual desempenham um papel fundamental na construção de ambientes de trabalho mais seguros, inclusivos e respeitosos. Essas temáticas integram um processo educativo essencial para desconstruir práticas discriminatórias e promover a equidade de gênero, especialmente em instituições públicas. Ao deslegitimar iniciativas como essa, o ex-presidente não apenas enfraquece políticas de conscientização, mas também contribui para a perpetuação de comportamentos abusivos e naturalizados socialmente, reforçando estruturas de poder desiguais historicamente consolidadas.

Em todos os pronunciamentos do ex-presidente aqui mobilizados, emergem enunciados que rejeitam leis e políticas públicas voltadas à proteção e à ressignificação da igualdade de gênero. Sua retórica constantemente minimiza ou deslegitima avanços sociais que buscam combater desigualdades históricas, reforçando uma visão conservadora e excludente dos papéis sociais de gênero.

A desqualificação do feminino é uma constante nos discursos do ex-presidente, mostrando um caráter conservador que recorre à religião como instrumento para sedimentar determinados regimes de verdade. Esses discursos não apenas reafirmam valores tradicionais ligados à subordinação da mulher, mas também utilizam a autoridade religiosa para legitimar e naturalizar desigualdades de gênero historicamente construídas.

Dessa forma, vale lembrar que esses discursos não são neutros, mas sim práticas discursivas que atuam como instrumentos de poder, produzindo saberes, produzindo subjetividades e reforçando hierarquias sociais historicamente estabelecidas. É importante

⁴¹ PRESIDENTE Bolsonaro volta a fazer lives e promete tentar fazer uma por semana. 17 mar. 2019. Vídeo (20m 30s). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cOWIW_3zcw4. Acesso em: 19 mar. 2025.

deixar claro que os discursos pautados na religiosidade reforçam um caráter conservador, no qual a mulher é constantemente representada como um ser inferior ao homem, destinada a ocupar uma posição de subordinação e dependência. Nesse modelo discursivo, a mulher é vista como criada para ser companheira e submissa ao homem, naturalizando uma hierarquia de gênero que remonta a valores tradicionais e patriarcais.

Assim, esses discursos fomentam uma rede de ódio em torno da figura feminina, legitimando e impulsionando práticas e atitudes discriminatórias. Ao reforçar estereótipos conservadores e naturalizar a inferioridade da mulher, estabelecem condições favoráveis para que ataques de gênero sejam disseminados socialmente, enfraquecendo os avanços conquistados pelas lutas feministas e perpetuando a violência simbólica e estrutural contra as mulheres.

4.3 A Última categoria de enunciado: Normatização do estereótipo feminino

O enunciado a ser analisado emerge de uma fala proferida pelo então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, no dia 1º de setembro de 2022, durante uma *live* em uma de suas redes sociais. Ao longo da campanha, ficou claro que a popularidade do ex-presidente entre o público feminino era reduzida, reflexo de suas diversas declarações misóginas e machistas ao longo do seu mandato.

Na *live*, o ex-presidente discorre sobre seus compromissos de campanha e sobre as ações sociais realizadas durante seu governo. Ao abordar a temática da segurança pública, ele afirma ter “uma boa notícia para as mulheres”, mas antes de indicar qual seria essa notícia, faz a seguinte declaração:

*“Uma notícia boa para as mulheres, né. Se bem que notícia boa para mulher é beijinho, rosa, presente, né, férias. É isso mesmo? É isso que vocês gostam? É, né? Eu também gosto.”*⁴²

⁴² BOLSONARO, Jair. Presidente Jair Bolsonaro fala a nação-live da semana. **Facebook**, 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/617191466593331/?locale=pt_BR. Acesso em: 19 mar. 2025.

O enunciado analisado antecede uma informação sobre segurança pública, na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro informa a diminuição no índice de feminicídio durante seu governo. No entanto, antes de apresentar esse dado, ele faz uma fala que reforça estereótipos de gênero, ao afirmar que “notícia boa para mulher é beijinho, rosa, presente, férias”, minimizando a gravidade de temas como a violência contra a mulher e a necessidade de políticas públicas estruturais.

Embora em seu pronunciamento o ex-presidente Jair Bolsonaro afirme que houve uma diminuição nos índices de feminicídio durante seu governo, ele não apresenta dados concretos que comprovem essa informação. Ainda assim, atribui essa suposta redução diretamente ao trabalho de sua gestão, reforçando a estratégia de se autopromover enquanto defensor da segurança pública.

Ao declarar que “notícia boa para mulher é beijinho, rosa, presente, férias”, o ex-presidente reforça um estereótipo reducionista, sugerindo que as mulheres se interessam apenas por aspectos superficiais e frívolos da vida cotidiana. Essa fala minimiza a relevância de temas sérios, como a queda no índice de feminicídios, insinuando que esses avanços não seriam interessantes para o público feminino.

Esse discurso, embora revestido de uma aparente cordialidade, demonstra uma tentativa de apropriação de uma pauta historicamente vinculada às reivindicações femininas, a luta contra a violência de gênero, como parte de uma estratégia eleitoral. Tal manobra surge durante a campanha de reeleição, momento em que o ex-presidente Bolsonaro tinha o conhecimento da rejeição do eleitorado feminino ao seu nome.

Além disso, ao despolitizar uma questão séria como o feminicídio e inseri-la em um discurso marcado por estereótipos de gênero, o ex-presidente reforça um padrão conservador que ignora a complexidade social e estrutural da violência contra a mulher, padrão esse que já tinha sido visto em outro discurso do ex-presidente no dia 28 de agosto, em um debate eleitoral.

Figura 9 – Reportagem Poder 360



Fonte: Poder 360 (2022)

Durante o primeiro debate presidencial, que ocorreu na emissora Bandeirante, ao ser questionado pela candidata Simone Tebet sobre seu posicionamento em pautas referentes ao público feminino, em sua pergunta Tebet afirma que o ex-presidente “ameaça jornalista; comete misoginia, agride as mulheres brasileiras” e cita que quando era deputado “defendeu um assassino de mulheres no Senado; defendeu um torturador de mulheres” e “além de ter votado contra os direitos das empregadas domésticas, votou contra o contrato de trabalho e os direitos trabalhistas da mulheres”.⁴³ Em resposta, o ex-presidente enuncia que:

“O que a senhora [Simone Tebet] fez? Vem com discurso barato, que eu ataco, que agrido as mulheres. Não cola mais, não cola isso. Hoje uma mulher se porventura se faz algo errado, ela tem que responder por isso e não ser defendida só porque é mulher”.

“Para com essa mania, faz política, fala coisa séria, não fica aqui fazendo joguinho de mimimi”.

⁴³ BEHNKE, Emily. “Chega de vitimismo”, diz Bolsonaro sobre mulheres em debate... Leia mais no texto original: Presidente chamou de “joguinho de mimimi” falas sobre ser contrário a direitos das mulheres.... **Poder 360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/chega-de-vitimismo-diz-bolsonaro-sobre-mulheres-em-debate/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

A declaração em questão mostra uma postura recorrente do ex-presidente, que frequentemente minimiza críticas direcionadas à sua conduta em relação às mulheres, classificando-as como “vitimismo” ou “joguinho de mimimi”. Ao afirmar que “somos todos iguais”, Bolsonaro desconsidera as profundas desigualdades de gênero que estruturam a sociedade brasileira. Apesar de defender, nesse momento, a igualdade entre homens e mulheres, sua fala destaca uma contradição frente a manifestações anteriores, como a defesa de salários menores para mulheres em função da gravidez. Tal inconsistência demonstra que embora o discurso da igualdade seja invocado, práticas e declarações anteriores reforçam distinções discriminatórias, contrariando o próprio princípio enunciado.

Outro enunciado que merece atenção é a afirmação do ex-presidente: “Para com essa mania, faz política, fala coisa séria, não fica aqui fazendo joguinho de mimimi.” Essa fala busca desqualificar o discurso da candidata Simone Tebet. Ao dizer “faz política” e “fala coisa séria”, o ex-presidente sugere, ainda que implicitamente, que uma mulher não sabe fazer política, não é capaz de levar o debate a sério e estaria apenas se vitimizando. Assim, ao reduzir a intervenção de Tebet à ideia de “mimimi”, Bolsonaro reproduz estereótipos de gênero e reforça uma lógica de deslegitimação da participação feminina no espaço político.

Esse posicionamento nos remete ao enunciado anterior, proferido pelo ex-presidente, segundo o qual a mulher “gosta de flores, presentes e de férias”. Ao afirmar isso, Bolsonaro reforça uma representação da mulher como alguém essencialmente ligada ao afeto, ao consumo e ao lazer, negando assim sua capacidade de atuar no campo político e intelectual, por ser considerada excessivamente “sentimental”. Esse conjunto de falas naturaliza um padrão de construção discursiva que associa a mulher à esfera privada, emocional e passiva, enquanto reserva aos homens o monopólio da seriedade, da razão e da ação pública.

Outra informação relevante que merece análise é a declaração do ex-presidente de que, durante seu governo, o índice de feminicídio teria diminuído. Por feminicídio entende-se o assassinato da mulher pelo simples fato de ser mulher, é a última instância de violência sofrida ao longo de sua vida.

Essa violência, longe de ser uma exceção, é naturalizada pelo regime patriarcal que estrutura nossa sociedade, pelo discurso religioso e pela dominação histórica entre os gêneros. Ao longo do tempo, as mulheres foram socialmente moldadas para ocupar uma posição subalterna, sendo constantemente reduzidas à esfera privada e emocional, enquanto os homens detinham o monopólio da razão, da política e da ação pública.

Em outra ocasião, na abertura da assembleia geral das Nações Unidas, em 2022, o ex-presidente confirmou que o investimento de seu governo contra a violência contra a mulher, durante o seu discurso Bolsonaro afirmou que:

"Quero também destacar aqui a prioridade que temos atribuído à proteção das mulheres. Nosso esforço em sancionar mais de 70 normas legais sobre o tema desde o início de meu governo, em 2019, é prova cabal desse compromisso. Combatemos a violência contra as mulheres com todo o rigor. Isso é parte da nossa prioridade mais ampla de garantir segurança pública a todos os brasileiros. Os resultados aparecem em nosso governo: queda de 7,7% no número de feminicídios e diminuição do número geral de mortes por homicídio. Em 2017 eram 30 mortes por 100 mil habitantes. Agora são 19", concluiu.⁴⁴

Porém, ao mesmo tempo em que reivindica o papel de defensor das mulheres, o ex-presidente constrói uma imagem pública amparada em valores conservadores e patriarcais, frequentemente desqualificando pautas feministas e promovendo a deslegitimação de políticas voltadas à equidade de gênero.

Outro problema, segundo relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), é que, durante o governo Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos destinou, em 2022, o menor orçamento desde o início do mandato, explicitando um esvaziamento financeiro das políticas voltadas à proteção e promoção dos direitos das mulheres.

O que se observa, nesse contexto, é uma tentativa de construir um discurso que aparenta privilegiar as mulheres, mas que se insere estrategicamente em um momento de campanha para reeleição. Trata-se de um enunciado marcado por interesses políticos imediatos, que busca produzir um efeito de verdade sobre o suposto compromisso do governo com a pauta de gênero, ao mesmo tempo em que contradiz a prática efetiva adotada ao longo do mandato.

Esse discurso é permeado por uma tentativa de mascarar contradições, ao adotar uma retórica de valorização das mulheres que não se sustenta quando confrontada com os dados concretos de investimento e com os diversos enunciados misóginos proferidos ao longo do governo. Trata-se de uma estratégia discursiva que busca produzir legitimidade diante da opinião pública, especialmente em um momento eleitoral, mobilizando valores como a proteção da mulher e a segurança pública de forma instrumentalizada.

⁴⁴ PIRES, Thalita. ONU: Bolsonaro fala em "proteção das mulheres", mas cortou orçamento de combate à violência. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/onu-bolsonaro-fala-em-protecao-das-mulheres-mas-cortou-orcamento-de-combate-a-violencia/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

É importante ressaltar, que segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em 2020 o governo federal deixou de utilizar cerca de 70% dos recursos destinados ao combate à violência contra a mulher, demonstrando o descompromisso prático com a execução de políticas públicas voltadas à proteção de gênero.

Nesse mesmo período as pesquisas que monitoram os índices de violência contra a mulher no Brasil mostram dados alarmantes durante a pandemia de Covid-19, em 2020. Durante esse período, o índice de feminicídios aumentou de maneira assustadora, o que reflete um agravamento das condições de vulnerabilidade das mulheres.

Se o discurso do ex-presidente realmente refletisse um compromisso concreto com o enfrentamento à violência contra a mulher, seria plausível esperar impactos mais significativos nos índices relacionados ao problema. Não se pode afirmar, com absoluta certeza, que os dados seriam necessariamente melhores. No entanto, a não utilização de aproximadamente 70% dos recursos disponíveis para essa finalidade, em 2020, conforme apontado pelo INESC, sugere um descaso administrativo que pode, sim, ter comprometido a efetividade das políticas públicas no período.⁴⁵

Sobre isso, Bueno (2021, p. 7) explica:

Desde os primeiros meses de isolamento social, importantes organizações internacionais, como a ONU Mulheres, relatavam, com base no aumento em pedidos de ajuda em linhas telefônicas de canais de atendimento, que havia um incremento de casos de violência doméstica em todo o mundo e que as mulheres eram suas principais vítimas.

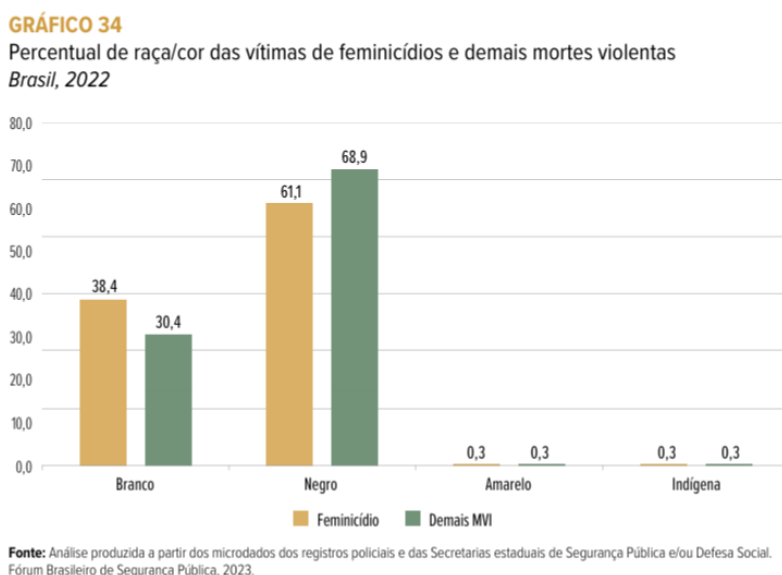
Ademais, como aponta Bueno (2021), embora os índices de violência de gênero tenham apresentado uma leve queda em 2021, em comparação com 2019, essa diferença encontra-se dentro da margem de erro da pesquisa, estimada em três pontos percentuais para mais ou para menos. Isso significa que não é possível afirmar, com segurança estatística, que houve de fato uma redução na violência contra a mulher nesse período. A utilização desse dado, portanto, como evidência de sucesso governamental no combate ao feminicídio, mostra-se frágil e, até certo ponto, manipuladora. Ao se apropriar de um número estatisticamente impreciso para construir uma narrativa de avanço, o ex-presidente utiliza o discurso como ferramenta de poder, no sentido foucaultiano, para estabelecer uma “verdade” conveniente, que encobre a

⁴⁵ INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – INESC. Relatório sobre o orçamento destinado ao combate à violência contra a mulher no Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/relatorio-violencia-mulher-2021.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

persistência das desigualdades estruturais e a violência cotidiana enfrentada por milhares de mulheres.

Assim, faz-se importante apresentar indicadores que comprovem não apenas a gravidade da violência contra a mulher no Brasil, mas também o fato de que essa violência atinge de forma ainda mais intensa os grupos minorizados, como mulheres negras, indígenas, periféricas e transexuais. Diversos estudos e relatórios apontam que, além da desigualdade de gênero, fatores como raça, classe social e identidade de gênero interseccionam-se e ampliam a vulnerabilidade dessas mulheres diante das violências física, psicológica, sexual e institucional.

Figura 10 – Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídio e demais mortes violentas Brasil, 2022



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023)

Nesse gráfico (Figura 10), é possível analisar o perfil das vítimas de violência doméstica e letal, o que indica de forma contundente a presença de um racismo estrutural que atravessa a questão da violência de gênero no Brasil. Segundo os dados, entre as vítimas de feminicídio, 64,1% eram mulheres negras, enquanto 38,4% eram brancas. A mesma tendência se confirma nos homicídios femininos em geral: 68,9% das vítimas eram negras, contra 30,4% de mulheres brancas. Essa disparidade mostra que a mulher negra, historicamente marginalizada, é ainda mais exposta à violência, tanto doméstica quanto social, sendo alvo de múltiplas formas de opressão.

Tais números não apenas desmentem a ideia de que "somos todos iguais", como afirmou o ex-presidente, mas também demonstram que a desigualdade racial é um fator determinante na dinâmica da violência contra a mulher. Ignorar esse recorte é desconsiderar a realidade vivida por uma ampla parcela da população feminina brasileira.

Dessa forma, com base nos dados apresentados pela pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é possível afirmar que os índices de feminicídio e de violência letal contra as mulheres não diminuíram durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao afirmar, em uma de suas *lives* que houve uma redução da violência de gênero sem apresentar dados concretos, o ex-presidente utilizou o discurso como uma estratégia retórica para manipular a realidade e tentar conquistar o apoio do eleitorado feminino durante sua campanha de reeleição.

No entanto, esse esforço se contradiz com suas próprias declarações, como a afirmação de que “mulheres gostam de flores, presentes e viagens”, uma frase que reforça estereótipos de gênero e esvazia qualquer pretensão de compromisso real com as pautas femininas. Assim, o sentido de sua fala se torna incoerente e nulo, confirmando a superficialidade de seu posicionamento diante da gravidade da violência contra as mulheres no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início desta pesquisa a problemática central sempre esteve ancorada na indagação sobre como, em um determinado contexto histórico, certas condições de possibilidade permitiram a reverberação e a legitimação de discursos machistas e misóginos, mesmo em um momento em que o movimento feminista já conquistou avanços significativos no que diz respeito aos direitos das mulheres, incluindo o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à autonomia corporal e a um sentimento social de igualdade.

A contradição que se impõe é justamente a coexistência entre a emergência de discursos de emancipação e a persistência (e até o fortalecimento) de práticas discursivas que desqualificam o feminino, o que exige uma análise das relações de poder e dos regimes de verdade que possibilitam tal cenário.

A afirmativa central desta pesquisa sustenta que os discursos proferidos por Jair Bolsonaro, enquanto presidente da República (2019-2022), confirmam como práticas discursivas de natureza misógina que reforçam desigualdades de gênero, reiteram estereótipos patriarcais e produzem efeitos de verdade que legitimam a subalternização das mulheres. Para a sustentação dessa hipótese, foi necessário mobilizar, no primeiro capítulo, uma discussão histórica dos movimentos feministas, destacando suas origens, conquistas e formas de resistência ao longo do tempo. Compreender o percurso desses movimentos foi fundamental para comprovar como a luta das mulheres por direitos civis, políticos e sociais se constituiu como um enfrentamento direto às relações de poder patriarcais e aos regimes de verdade que, por séculos, naturalizaram a inferiorização feminina.

Sobre as relações de poder, recorremos a Foucault (1988), que compreende que o poder não funciona apenas como uma força de opressão ou de proibição, mas também como algo que produz saberes, discursos e práticas discursivas. O poder, nesse sentido, está intrinsecamente ligado à constituição de novos regimes de verdade e à formação dos sujeitos, atuando a partir de condições de possibilidades específicas que tornam determinadas enunciações historicamente viáveis.

Além disso, essa retomada histórica permitiu também lançar luz sobre os diferentes contextos de opressão vivenciados pelas mulheres, desde a exclusão do espaço público e a negação do direito ao voto, passando pela objetivação do corpo feminino, até os discursos contemporâneos que ainda buscam limitar suas existências a papéis socialmente definidos como “naturais”.

Nesse percurso, foi possível verificar que a luta feminista não é homogênea: ela é atravessada por disputas internas, recortes de classe, raça e sexualidade, e diversas formas de resistência que se reformulam conforme os contextos históricos.

Para que essa análise fosse possível, mobilizamos o conceito de constituição do sujeito proposto por Foucault. De acordo com o autor, o sujeito não é uma entidade fixa, autônoma ou essencialmente dada, mas sim o resultado de práticas discursivas e das relações de poder que, historicamente, o constitui. Em outras palavras, o sujeito se constitui por meio de processos de objetivação pelos quais é transformado em objeto de saber, controle e classificação (a constituição social de homem e mulher por exemplo) e de subjetivação nos quais aprende a se compreender e a se governar segundo normas, valores e regimes de verdade produzidos pela época histórico e social em que está inserido.

A partir dessas premissas, a presente pesquisa foi construída por meio da articulação entre os estudos feministas e os aportes teóricos foucaultianos, com o objetivo de analisar, sob a perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos de Michel Foucault, os pronunciamentos misóginos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Buscou-se investigar de que forma tais enunciados funcionam como estratégia política voltada à mobilização de setores conservadores da sociedade, ao mesmo tempo em que contribuem para a legitimação de discursos contrários à agenda progressista.

Ao fazer essa articulação, foi possível observar que esses discursos não emergem de forma isolada ou espontânea, mas são frutos de práticas discursivas historicamente constituídas, sustentadas por regimes de verdade que atuam em determinadas épocas específicas, destacando como as relações de poder são mobilizadas.

A ascensão de um governo de orientação conservadora e autoritária criou as condições de possibilidade para a legitimação e a ampla difusão de enunciados misóginos, os quais passaram a circular com frequência nos espaços públicos e midiáticos, contribuindo para a normalização da desigualdade de gênero e para o enfraquecimento de pautas progressistas.

Além disso, analisamos como esses discursos possibilitaram a emergência de enunciados mobilizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como estratégia política para alcançar e fidelizar um público conservador, religioso e reacionário, cujos valores e posicionamentos coincidiam com os sentidos propagados por sua retórica. Entre esses sentidos, destacam-se a defesa da família tradicional, a negação das desigualdades de gênero, a desqualificação das pautas feministas, o combate à chamada “ideologia de gênero”, a valorização da autoridade patriarcal e a associação entre moral cristã e política.

Discutimos também como esses enunciados funcionaram como uma espécie de cortina de fumaça, desviando a atenção da população de escândalos e controvérsias envolvendo seu governo. Esses discursos, ao se apresentarem como verdades absolutas, mobilizaram afetos, crenças e moralidades alinhadas a valores patriarcais, reforçando assim a desqualificação do feminino e a tentativa de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres.

Para a realização dessas análises, nos amparamos nos estudos foucaultianos, especificamente nas fases arqueogenalógicas e genealógicas, que nos permitiram compreender a emergência, circulação e legitimação dos enunciados misóginos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A análise arqueogenealógica, nesse sentido, foi decisiva para apresentar as camadas históricas e discursivas que possibilitam a emergência, circulação e legitimação desses enunciados especialmente quando mobilizados por agentes políticos com grande visibilidade pública.

A análise genealógica, por sua vez, destacou como as relações de poder atravessam os saberes e influenciam a construção dos sujeitos e seus comportamentos, formando uma rede de poder que funciona como um mecanismo de controle e normatização. Assim, a pesquisa demonstrou como esses enunciados misóginos foram mobilizados estrategicamente para moldar o entendimento coletivo sobre o papel da mulher na sociedade, reafirmando práticas de dominação e exclusão.

Para a realização das análises, os enunciados selecionados foram organizados em três categorias: Violência Simbólica e Discursiva, Desqualificação do Feminino e Normatização do Estereótipo Feminino. A construção dessas categorias teve como objetivo destacar as regularidades presentes nos discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e demonstrar de que forma tais enunciados agem na desqualificação do feminino, por meio da reprodução de práticas discursivas que reforçam a hierarquia de gênero, a exclusão simbólica das mulheres do espaço público e a manutenção de papéis tradicionalmente atribuídos à feminilidade.

Durante as análises, também foi possível verificar como os discursos do ex-presidente reverberaram socialmente e contribuíram para a criação de uma atmosfera de ódio direcionada às mulheres. Esse efeito pôde ser constatado, por exemplo, no caso da jornalista Patrícia Campos Mello, que foi alvo de ataques misóginos e difamatórios após divulgar reportagens críticas ao governo. Nesse episódio, os discursos proferidos por Jair Bolsonaro extrapolaram o campo da retórica política e atuaram como vetores de violência simbólica, reforçando práticas de silenciamento e deslegitimação das mulheres na esfera pública. Observa-se, assim, a ativação

de regimes de verdade que autorizam a agressão, naturalizam a inferiorização do feminino e promovem a desqualificação da mulher como sujeito de saber e de fala.

No enunciado “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”, observa-se um posicionamento marcadamente machista e patriarcal que reatualiza uma memória discursiva colonial enraizada na construção da imagem da mulher brasileira como objeto de desejo sexual. Tal enunciado convoca sentidos cristalizados historicamente, que associam a mulher à sensualidade, à disponibilidade sexual e à mercantilização de seu corpo, ao mesmo tempo em que reforça a lógica do turismo sexual no Brasil.

Já no enunciado “Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, nota-se uma metáfora profundamente ancorada em um posicionamento misógino e sexualizada que reduz o país a figura de uma mulher virgem, fragilizada e desejada. A expressão “tarado de fora” representa o estrangeiro “predador” que mobiliza também a memória colonial que enxerga o território brasileiro como a figura do corpo feminino, disponível à dominação e à exploração.

Na categoria Desqualificação do Feminino, dois enunciados ganham destaque por mostrarem como o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro atua na negação da autonomia feminina e na reafirmação de hierarquias de gênero: “O homem, de sua costela, veio uma mulher” e “As mulheres estão praticamente inseridas à sociedade”. O primeiro enunciado mobiliza um saber religioso, que reafirma a origem subordinada da mulher em relação ao homem, retomando uma memória discursiva patriarcal profundamente enraizada na sociedade brasileira. Ao evocar a narrativa bíblica da criação, esse discurso naturaliza a ideia de dependência existencial da mulher, apagando sua agência histórica e política.

O segundo enunciado, por sua vez, tenta minimizar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres ao sugerir que a inserção feminina na sociedade é “praticamente” uma realidade consolidada, quando, na verdade, ignora os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e classe, e deslegitima as lutas por equidade. Ambos os enunciados funcionam como dispositivos de poder discursivo que não apenas reiteram a inferiorização da mulher, mas a deslocam do espaço de sujeito político pleno, reduzindo sua participação social à concessão e não ao direito.

Na terceira categoria, a Normatização do Estereótipo Feminino destaca-se o enunciado: “Uma notícia boa para as mulheres, né. Se bem que notícia boa para as mulheres é beijinho, rosas, presentes, férias. É isso mesmo? Isso que vocês gostam? Eu também gosto”. Nesse pronunciamento, o ex-presidente Jair Bolsonaro aciona um repertório discursivo amplamente cristalizado na cultura patriarcal brasileira, no qual as mulheres são associadas à sensibilidade, ao cuidado, ao afeto e à passividade. Ao afirmar o que seria uma “boa notícia” para as mulheres,

reduzida a gestos simbólicos como flores e presentes, o enunciado produz uma imagem feminina estereotipada e normatizada, que exclui a mulher dos espaços da razão, da política e da ação crítica.

Além disso, é particularmente preocupante que esse enunciado emergja no contexto de um discurso que buscava apresentar a suposta redução dos índices de violência contra as mulheres como um feito do governo. Ao associar a “boa notícia” a elementos afetivos e estereotipados como “beijinho, rosas e presentes”, o discurso desvia o foco da gravidade estrutural da violência de gênero, banalizando o tema e deslegitimando as políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

As análises realizadas a partir das três categorias propostas: Desqualificação do Feminino, Violência Simbólica e Discursiva e Normatização do Estereótipo Feminino, demonstram que os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro atuam de forma articulada na consolidação de um regime de verdade misógino que sustenta e reforça o projeto político da extrema-direita no Brasil. Esses enunciados não apenas demonstram práticas discursivas historicamente enraizadas na cultura patriarcal e colonial, mas também atualizam tais práticas em um contexto de crescente conservadorismo, atuando como estratégias de mobilização e fidelização de um público identificado com valores morais tradicionalistas.

A Desqualificação do Feminino enfraquece a legitimidade da mulher como sujeito político, sendo que a Violência Simbólica e Discursiva atua de forma velada, mas eficaz, na manutenção das hierarquias de gênero por meio dos discursos e a *Normatização do Estereótipo Feminino* reforça imagens idealizadas da mulher, alinhadas à família tradicional e à moral cristã. Juntas, essas categorias sustentam um discurso político que desautoriza as pautas feministas, esvazia o debate público sobre desigualdade de gênero e contribui para a reprodução simbólica da dominação masculina na sociedade brasileira contemporânea.

Como já mencionado anteriormente, a categorização é utilizada apenas como um recurso didático para organizar os enunciados, uma vez que, em todos os discursos analisados, há uma desqualificação do feminino e uma constante desvalorização das mulheres e das conquistas obtidas pelo movimento feminista ao longo da história.

O governo bolsonarista teve como eixo central a exaltação de pensamentos conservadores e um saudosismo em relação aos regimes de verdade patriarcais. Isso se torna claro quando o ex-presidente declara: “No meu tempo, ou a mulher era professora ou dona de casa”, reafirmando uma visão que restringe a mulher ao espaço privado e reforça papéis de gênero tradicionais.

Esses discursos são produzidos de modo a esvaziar os espaços de resistência e, ao mesmo tempo, reativar a memória discursiva, entendida em uma perspectiva foucaultiana como o conjunto de saberes, práticas e enunciados historicamente acumulados que continuam a estruturar o que pode ser dito e pensado em determinado contexto. Assim, ao mobilizarem essa memória discursiva, os discursos bolsonaristas reatualizam modelos patriarcais sedimentados há séculos na sociedade brasileira, reforçando regimes de verdade que sustentam a desigualdade de gênero.

Assim, os discursos do ex-presidente reverberam no sentido de minar os espaços de resistência e a autonomia feminina conquistados ao longo de décadas de luta dos movimentos feministas e do processo de empoderamento das mulheres brasileiras, especialmente após a eleição da primeira presidenta do país. Além disso, tais enunciados reativam a memória discursiva conservadora e misógina, legitimando o que pode ser dito sobre as mulheres em determinado contexto histórico e reforçando limites simbólicos que restringem sua participação social e política.

Ao mobilizarem essa memória discursiva, os discursos bolsonaristas reatualizam modelos patriarcais sedimentados há séculos na sociedade brasileira, reforçando regimes de verdade que sustentam a desigualdade de gênero.

E mesmo com a eleição de um governo identificado com pautas mais progressistas, o Congresso Nacional permanece amplamente dominado por parlamentares de extrema direita. Essa configuração conservadora do Legislativo tem possibilitado a aprovação de leis que representam retrocessos significativos para os direitos dos grupos historicamente marginalizados. Um exemplo emblemático foi a aprovação, por maioria, de propostas legislativas que afrontam diretamente os direitos reprodutivos das mulheres, como a chamada “lei contra o aborto”, considerada inconstitucional por diversos juristas e movimentos sociais. Tais medidas mostram que a estrutura discursiva e política que sustenta o conservadorismo e a misoginia no Brasil não se restringe à figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas continua a agir como um regime de verdade dominante que influencia a elaboração de normas, valores e políticas públicas.

Dessa forma, as teorizações desenvolvidas por Michel Foucault há mais de três décadas, especialmente no que tange às relações de poder, aos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos, bem como à legitimação de determinados regimes de verdade, permanecem extremamente atuais e potentes para a análise dos discursos políticos na contemporaneidade. A articulação entre os estudos foucaultianos e os pressupostos do movimento feminista mostr-se, cada vez mais, uma via fértil para compreender as formas pelas quais o poder se infiltra nos

corpos, nos saberes e nas instituições, e como esses mecanismos continuam a produzir e reproduzir desigualdades de gênero.

É importante ressaltar, que embora Foucault não tenha elaborado uma teoria feminista, suas ferramentas analíticas têm sido apropriadas de forma criativa por teóricas feministas que buscam pensar a dominação patriarcal para além da estrutura binária opressor/oprimido, compreendendo-a como um campo de disputas, resistências e produção de subjetividades.

Assim, as considerações finais desta pesquisa não encerram o debate, mas marcam apenas um passo em direção à ampliação das possibilidades de análise crítica dos discursos de poder, sobretudo aqueles que naturalizam a inferiorização das mulheres. O entrelaçamento entre os estudos de gênero e a crítica foucaultiana constituem um caminho promissor para denunciar, resistir e transformar os dispositivos discursivos que sustentam as hierarquias sociais vigentes.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polen, 2019.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Memória da participação política das mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. In: NEVES, A. V., GHIRALDELLI, R., eds. *Trabalho, democracia e participação no Brasil* [online]. Brasília: Editora UnB, 2022, pp.167-194. ISBN: 978-65-5846-130-2. <https://doi.org/10.7476/9786558461654.0008>.

ANDRADE, Daniel Pereira. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109–135, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/?format=pdf&lang=pt>. <<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010006>> Acesso em: 4 jul. 2024.

BASEGGIO, Julia Knapp; DA SILVA, Lisa Fernanda Meyer. As condições femininas no brasil colonial. *Maiêutica - História*, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1379. Acesso em: 6 jul. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. Parte II – A história. In: *O segundo sexo*. 3ra ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v.1- Fatos e Mitos.

BEHNKE, Emilly. Bolsonaro diz que minorias precisam se adequar às leis... Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-minorias-precisam-se-adequar-as-leis/>). A publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia são proibidas. *Poder 360*, 2022. URL. Acesso em: 19 mar. 2025.

BELLO, Enzo.; CAPELA, Gustavo.; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, 2021. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/53884.

BENITES, Afonso. Com duas ministras, Bolsonaro diz que há equilíbrio em ministérios: “Cada uma equivale a dez homens”. *El País*, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html. Acesso em: 19 mar. 2025.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 30, p. e3013, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8676883>. <<https://doi.org/10.1590/1807-019120243013>> Acesso em: 12 jul. 2024.

BITTENCOURT, Juliana Soares. *Mulher, palavra e poder: construções discursivas do feminino em campanhas eleitorais para a presidência*. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10172>. TILLY, Louise A. gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu. Campinas, 1994.

BOCAYUVA, Helena. *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BOLSONARO, Jair. Presidente Jair Bolsonaro fala a nação-live da semana. *Facebook*, 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/617191466593331/?locale=pt_BR. Acesso em: 19 mar. 2025.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do ne*

oliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019. Disponível em: https://tftk.iau.usp.br/wp-content/uploads/tainacan-items/2458/7972/BROWN_Nas-ruinas-do-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

BUENO, Samira *et al.* Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021. ISBN 978-65-89596-08-0.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 15a ed., 2017.

CAETANO, Isabela Fernandes. *O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três “Ondas” do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade*. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2017. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

CARVALHO, Carla Severiano de; FREITAS, Geisa Fróes de. A pandemia de COVID-19 e de misoginia no Brasil: discursos sobre a violação dos direitos das mulheres. *Primeira Escrita*, v.9, n.1, p.113-125, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/15805/11052>. <<https://doi.org/10.55028/rpe.v9i1.15805>> Acesso em: 12 jan. 2025.

CAVALIERE TAVARES, F. Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft: pioneirismo na luta pelos direitos das mulheres. *Revista Interdisciplinar Do Direito - Faculdade De Direito De Valença*, 21(1), e20232106, 2023. <https://doi.org/10.24859/RID.2023v21n1.1418>.

CAVALIERE TAVARES, Felipe. "Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft: pioneirismo na luta pelos direitos das mulheres." *Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença*, v. 21, n. 1, 2023. <<https://doi.org/10.24859/RID.2023v21n1.1418>> Acesso em: 12 dez. 2025.

COLLET, Andressa. Papa: Amazônia sofre com mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro. *Vatican News*, 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-07/papa-francisco-amazonia-laudato-si-amatrice.html>. Acesso em: 01 jun. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Eni Orlandi. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. *Revista de Estudos Brasileiros*, e-ISSN 2386-4540, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/reb2020714469>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sítio).

DEISTER, Jaqueline. “Pintou um clima”: por que fala de Bolsonaro reforça casos de exploração sexual de m. *Brasil de Fato*, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/18/pintou-um-clima-por-que-fala-de-bolsonaro-reforca-casos-de-exploracao-sexual-de-meninas/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

DIBAI, Priscilla; DALMONTE, Edson. A militância bolsonarista em redes online. *Revista eco-pós* (online), v. 25, p. 142-168, 2022. <<https://doi.org/10.29146/ecops.v25i2.27892>>

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. A Antiguidade, Vol 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ELIAS, Rodrigo. Mulheres em conflito. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, São Paulo, jun. 2015.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 15ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

FRANÇA, K. V.; BRAUNER, M. C. C. O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. In: VI Seminário corpo, gênero e sexualidade, III seminário internacional corpo, gênero e sexualidade, Luso-brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade, 2018, Rio Grande. *Anais [...]*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/236.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

FURLIN, Nádia. Agenda neoconservadora como disputa para a política educacional: O discurso da 'ideologia de gênero' em notícias publicadas na internet (2019-2021). *Educação*, v. 1, pág. e108/1–29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/69801>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GALETTI, Camila Cristina Hessel. *Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura*. 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/49985555/Antifeminismo_e_feminismo_liberal_na_pol%C3%ADtica_brasileira_uma_an%C3%A1lise_da_atua%C3%A7%C3%A3o_p%C3%BAblica_de_parlamentares_do_PSL_na_56o_Legislatura_Federal. Acesso em: 13 mar. 2025.

GARCIA, Catharine Capdeville. *Breve história do feminismo*. Claridade, São Paulo, 2015, p. 54.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2006. 120 p.

GARRE, Bárbara Hees; VIEIRA, Ana Gabriela da Silva. Mobilizando ferramentas conceituais da análise do discurso em Michel Foucault. *Contrapontos*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142021000100025&lng=pt&nrm=isEpub.
<<https://doi.org/10.14210/contrapontos.v21n1.p25-38>> Acesso em: 28 jul.

GOMES, Luciana Andrade. *A função mediadora das hashtags no processo de impeachment de Dilma Rousseff*: semiose e transmídia. 2019. 289 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2019.

GONZAGA, Juliane de Araujo. *Novo feminismo: acontecimento e insurreição de saberes nas mídias digitais* / Juliane de Araujo Gonzaga – 2018 393 f.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161–182, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/78FdfBCJpDTgznPQkCpnTbF/?format=pdf>.
<<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.109752>> Acesso em: 01 jun. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-41, jan.1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/182>. Acesso em: 6 jul. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – INESC. Relatório sobre o orçamento destinado ao combate à violência contra a mulher no Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/relatorio-violencia-mulher-2021.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

JAKOBSEN, Kjeld. *A política externa do Partido dos Trabalhadores (PT)*. [livro eletrônico] / Kjeld Jakobsen. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/12/A-politica-externa-Partido-dos-Trabalhadores-PT-1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SAID, Flavia. *Bolsonaro diz que mulheres estão “praticamente integradas à sociedade”*. Metrópoles, 2022. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade>. Acesso em: 19 mar. 2025.

KAJIHARA, Kelly Akemi. A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até 2008. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, n. 3, 01 jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/oit/article/view/5777>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 2, p. e190396, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396 . Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/190396>. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396>> Acesso em: 6 jul. 2025.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2019.

LIMA, Vanessa. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. *Revista Crescer* 2015. SUL 21. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida - Sul 21. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LOIS, Cristina Costa. A gênese da exclusão: o lugar da mulher na Grécia antiga. *Sequência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 20, n. 38, p. 125–134, 1999. DOI: 10.5007/1980-4065.1999v20n38p125. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15515>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e conservadorismos: os ataques a Judith Butler e a “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 59, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9pPVpN7bbGbHX9hd5vjt8zL/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2025.

LYNCH, Richard. A. A teoria do poder de Foucault. In: TAYLOR, Dianna (Org.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 24-318. Edição digital. ISBN 978-85-326-5785-5.

MACHADO, Aline Campos. *Fundamentalismo religioso no governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras*. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde, FACES, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/286370627.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2025.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o ‘kit gay’, ‘ideologia de gênero’ e fim da ‘família tradicional’. *Revista Eletrônica Correlação*, v.17, n.2, dez. 2018. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/110512617/235209395-libre.pdf>. <<https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>> Acesso em: 01 fev. 2025.

MATOS, Marcia Lima de. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPR5jQ/?format=pdf&lang=pt.<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>>Acesso em: 5 ago. 2024.

MCLAREN, Margaret Ann. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016. (Coleção Entreogêneros). 284 p.

MENEZES, Kátia. O discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (organizador). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EduFSCar, 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, 2021. <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>> Acesso em: 12 mar. 2025.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54–77, jun. 2010. <<https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>>

MORIN, Tânia Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa - 1789-1795*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. <<https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-01022010-165929>> Acesso em: 14 jun. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cláudia Maria Braga. Estado do conhecimento: conceitos, específicas e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 2, pág. 154-164, jul. -dez. 2014. <<https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-01022010-165929>> Acesso em 14 jun.2024.

NARVAZ, Marilene. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n1/05.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

NASCIMENTO, Isabela Rodrigues do. *O signifiante “mulher” em disputa no discurso eleitoral [recurso eletrônico]: sentidos atribuídos à mulher nos discursos eleitorais de Lula e Bolsonaro em 2022* / Isabela Rodrigues do Nascimento; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2024. 85 f.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O ANTAGONISTA, Redação. Bolsonaro diz que “mulheres estão ‘praticamente integradas’ à sociedade. *O Antagonista*, 2022. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PASSOS, Isabela Cristina Fernandes. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica. *Scielo Brasil*, 2019. <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35425>>Acesso em: 29 jul. 2024.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1988].

PELEGRINI, Maurício Alves. Foucault, feminismo e revolução. *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*, Campinas, setembro 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342407030_ARQUIVO_MauricioPelegrini-Anpuh2012.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. 191 p. (Tradução do original *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006.)

PINTO, Carla Rodrigues J. Feminismo, História e Poder. *Ver. Sociol. Polit.*, Curitiba V.18, n36, p.15- 23, jun., 2010. <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>

PIRES, Thalita. ONU: Bolsonaro fala em “proteção das mulheres”, mas cortou orçamento de combate à violência. *Brasil de Fato*, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/onu-bolsonaro-fala-em-protecao-das-mulheres-mas-cortou-orcamento-de-combate-a-violencia/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BEHNKE, Emily. “Chega de vitimismo”, diz Bolsonaro sobre mulheres em debate... Leia mais no texto original: Presidente chamou de “joguinho de mimimi” falas sobre ser contrário a direitos das mulheres.... *Poder 360*, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/chega-de-vitimismo-diz-bolsonaro-sobre-mulheres-em-debate/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PORTINARI, Natália. 'Homens e mulheres não são iguais', diz futura ministra de Direitos Humanos. *Jornal O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/homens-mulheres-nao-sao-iguais-diz-futura-ministra-de-direitos-humanos-23285553>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BOLSONARO, Jair. *Presidente Bolsonaro volta a fazer lives e promete tentar fazer uma por semana*. [vídeo]. Publicado em: 17 mar. 2019. Duração: 20 min 30 s. Canal: Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cOWIW_3zcw4. Acesso em: 19 mar. 2025.

RAGO, Margareth. Feminismos e resistências: viver diferentemente o presente. In: Amanda Braga; Israel de Sá. (Org.). *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias na contemporaneidade*. 01ed.Campinas: Pontes, 2020, v. 01, p. 207-228.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998\(11\)/Rago.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998(11)/Rago.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

RAGO, Margareth. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios Ltda, 2016.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Irene Chada. *Contradições entre o público, o privado e o comum: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis*, RJ. Niterói: [s.n.], 2017. 177 f.

RIBEIRO, Diana.; NOGUEIRA, Conceição.; MAGALHÃES, Sara Isabel. As “Onda” s feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Revista Ciências Humanas e Sociais*, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, Ludmyla. O Brasil é virgem que todo tarado de fora quer, diz Bolsonaro. *Poder 360*, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-e-virgem-que-todo-tarado-de-fora-quer-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Martins Fontes. 2ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

SAFATLE, Vladimir. Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 91, p. 55–68, 2017. <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191016>> Acesso em: 4 jul. 2025.

SAFATLE, Vladimir. *Para além da necropolítica*. Instituto Búzios, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.institutobuzios.org.br/vladimir-safatle-para-alem-da-necropolitica/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência* / Heleieth Iara Bongiovani Iara Saffioti.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. - (Coleção Brasil urgente).

SAHD, Fábio Bruno. Neofascismo no Brasil? Posições em debate entre 2018 e 2020. *Tensões Mundiais*, v. 17, n. 34, p. 97-124, 2021. <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.vi20p198186>>

SAID, Flavia. *Bolsonaro diz que mulheres estão “praticamente integradas à sociedade”*. Metrópoles, 2022. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, Luana Ferreira dos. *O discurso autoritário de Bolsonaro e seus impactos sociais e educacionais*. 2022. 55 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, Miracema, 2022.

SANTOS FILHO, João dos. “EMBRATUR, da euforia ao esquecimento: o retorno às raízes quando serviu à Ditadura Militar.” *Revista Espaço Acadêmico*. Abril de 2004. <http://www.espacoacademico.com.br/035/35jsf.htm>. Acesso em 12 dez 2024

SANTOS, Soraya. Uma declaração das mulheres do século XVIII para as mulheres do século XXI. In: GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos* [recurso eletrônico]. Tradução de Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. (Coleção Vozes Femininas).

SARGENTINI, Vanice; SÁ, Israel de. Discursos em luta: os usos e os sentidos do termo "presidente" no debate político-midiático. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice;

PIOVEZANI, Carlos (organizador). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EduFSCar, 2016.

SBT NEWS. Damares diz que envio de roupas íntimas ao Pará pode evitar abusos sexuais. *Youtube*, 25 de julho de 2019. 52s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNAo1n4DO4>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 17 mar. 2025

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2021.

SENADO FEDERAL. *Guia gênero e feminismo*. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/656404/Guia_genero_feminismo.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, José Pedro Alves da. da; CARMO, Vanessa Martins do; RAMOS, Gabriel Bonfim José. As quatro “Onda” s do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, Encontro Virtual*, v. 7, n. 1, p. 101-122, Jan./Jul. 2021. <<https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948>>

SILVEIRA, André Luiz Cohn da. *"Ele não": tradução cultural das masculinidades em conflito materializado no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro*. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/254621/PGET0595-D.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2025.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIQUEIRA, Camila Borges de; BUSSINGUER, Elaine Cristina de Almeida. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris, [S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 145–166, 2020. DOI: 10.5585/rtj.v9i1.14977. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/14977>. <<https://doi.org/10.5585/rtj.v9i1.14977>> Acesso em: 28 jul. 2024.

SOARES, Anne Greice; MAZZARIN, Letícia. A quarta onda feminista no Brasil: discursos e disputas no contexto da nova direita. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Mulheres, conservadorismo e nova direita no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 251–276.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, 2028, pp. 112-135. <<https://doi.org/10.1163/17683084-12341714>> Acesso em 25 jul. 2024.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. Campinas, 1994.

VALLE, Júlia Abrantes. Análisis crítico de la influencia de los discursos políticos machistas como instrumento legitimador de la violencia de género: el discurso actual en la política brasileña. In: ASENSI, Felipe (organizador). *Produção de conhecimento: visões e perspectivas*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021. Disponível em: <https://www.caedjus.com/wp-content/uploads/2021/01/09-miolo-producao-de-conhecimento-visoes-e-perspectivas-vol1.pdf#page=236>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VERONA, S. O. Feminismo pós-estruturalista de Donna Haraway, Judith Butler e Margaret McLaren sobre a sexualidade e a produção do conhecimento. *História e Cultura, Artigos Livres e Resenhas*, v. 10, n. 1, jul. 2021. ISSN: 2238-6270. PDF. <<https://doi.org/10.18223/hiscult.v10i1.3299>> Acesso em: 14 mar. 2024.

ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso. Os impactos do discurso político neoconservador do governo Bolsonaro sobre as políticas públicas relacionadas aos direitos das mulheres no Brasil. In: V Seminário Internacional Desfazendo o Gênero, 22 a 25 de nov. 2021. *Anais [...]*. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_21112021125540.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

ZIRBEL, Inara. “Ondas Do Feminismo.” Blog De Ciência Da Universidade Estadual De Campinas. *Mulheres Na Vilosofia* 7, no. 2 (2021): 10–31.